

SÉRIE
EXTENSÃO
19

Educação e Movimentos Sociais

Allene Lage

Editora
Universitária  UFPE

Educação e Movimentos Sociais

Caminhos para uma pedagogia de luta

Allene Lage

Allene Lage

Educação e Movimentos Sociais

Caminhos para uma pedagogia de luta

Editora
Universitária  UFPE

Recife, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora: Profa. Maria José de Matos Luna

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente: Profa. Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alessandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

CONSELHO CIENTÍFICO

Albanita Gomes da Costa de Ceballos - Medicina Social - CCS, Allene Carvalho Lage - Núcleo de Formação Docente - CAA, Ana Emília Gonçalves de Castro - Design - CAC, Ana Lúcia Fontes S. Vasconcelos - Ciências Contábeis - CCSA, Antônio Carlos Gomes do Espírito Santo - Medicina Social - CCS, Aurino Lima Ferreira - DPOE - CE, Djanise Barros Mendonça Villarroel - PROEXT, Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira - Serviço Social - CCSA, Eliete Santiago - Departamento de Administração Escolar - CE, Heloisa Maria Mendonça de Moraes - Medicina Social - CCS, José Luís Portugal - Engenharia Cartográfica - CTG, José Zanon de Oliveira Passavante - Oceanografia - CTG, Jowânia Rosas - Coordenação de Gestão da Produção Multimídia e Audiovisual - PROEXT, Jerônimo José Libonatti - Departamento de Ciências Econômicas - CCSA, Lucila Ester Prado Borges - Engenharia Química - CTG, Luís De La Mora - Arquitetura - CAC, Marco Antônio Mondaini de Souza - Serviço Social - CCSA, Maria Christina de Medeiros Nunes - Diretoria de Extensão Acadêmica - PROEXT, Maria de Fátima Galdino da Silveira - Departamento de Anatomia - CCB, Maria de los Angeles Perez Fernandez Palha - Engenharia Química - CCEN, Maria do Socorro de Abreu e Lima - Departamento de História - CFCH, Mauro Maibrada - Departamento de Música - CAC, Oscar Bandeira Coutinho Neto - Medicina Social - CCS, Sandro Sayão - Filosofia - CFCH, Vanice Santiago Selva - Geografia - CFCH, Wellington Pinheiro dos Santos - Coordenação de Gestão da Informação - PROEXT

CÂMARA DE EXTENSÃO

Edilson Fernandes de Souza - Presidente - Pró-Reitor de Extensão, Aneide Rabelo - CCS, Oliane Magalhães - CCB, Maria José Luna - CAC, Nélio Vieira de Melo - CAA, Osmar Veras - CAA, Rogélia Herculano - CAV, Zailde Carvalho dos Santos - CAV

COMISSÃO ORGANIZADORA

Marcel Scherz - PROEXT, Sandra Chacon - PROEXT, Wellington Pinheiro dos Santos - PROEXT

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

L174e	Lage, Allene. Educação e movimentos sociais : caminhos para uma pedagogia de luta / Allene Lage. - Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013. xiii, 235 p. - (Série Extensão). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-415-0237-5 (broch.) 1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Sociologia educacional. 3. Movimentos sociais. 4. Pedagogia crítica. I. Título.	
370.115	CDD (23.ed.)	UFPE (BC2013-078)

Agradecimento

Aos estudantes do CAA/UFPE, que me indagam sobre estas caminhadas.

À PROEXT/UFPE, pelo financiamento do Observatório dos Movimentos Sociais, lugar de encontro de todas estas experiências e deste livro, e de outras.

À PROPESQ/UFPE, pelo apoio necessário ao projeto enxoval que fortaleceu o nosso grupo de pesquisa e o Observatório dos Movimentos Sociais.

Ao CAA/UFPE, por ser um lugar de realizações.

Aos Movimentos Sociais, que lutam pela democratização do Brasil, e que nos ensinam o valor da educação nestes espaços de subversão.

Aos meus Mestres que me inspiram e partilham estas caminhadas políticas.

Apresentação

Este livro é um dos resultados da minha produção acadêmica referente a um conjunto de ações e pesquisas reunidas no Projeto de Extensão *Observatório dos Movimentos Sociais*, iniciado em junho de 2007 no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, e renovado anualmente junto a PROEXT por meio dos editais para a obtenção de recursos e bolsas de extensão e que agora em 2012 completa cinco anos.

A ideia desse livro teve sua gênese da minha experiência acadêmica dos últimos doze anos em Movimentos Sociais e Educação, especialmente a decorrida a partir de 2006, como docente do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE. Também se somou a este livro alguns dos resultados da minha tese de doutorado em Sociologia pela Universidade de Coimbra¹ que em conjunto com a experiência acumulada nas minhas ações de ensino, pesquisa e extensão no CAA, me levaram a novas reflexões.

¹ Tese denominada de LUTAS POR INCLUSÃO NAS MARGENS DO ATLÂNTICO: Um Estudo Comparado entre as Experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal, orientada pelo Professor Catedrático Doutor Boaventura de Sousa Santos.

Este projeto agrega um conjunto de atividades que se articulam na área de pesquisa, extensão e ensino em torno do tema movimentos sociais e educação. No campo da pesquisa, trazemos neste livro alguns artigos resultantes do projeto de pesquisa *Movimentos Sociais, Educação e Pesquisa: Caminhos para uma Pedagogia de Luta*, apoiado pela Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESQ), por meio do edital ENXOVAL 2008, para recém-doutores.

Nesse sentido, essa pesquisa teve a intenção de refletir sobre os fenômenos envolvidos nas lutas dos movimentos sociais, procurando estudar os principais aspectos dos projetos educativos desenvolvidos por estas organizações, na perspectiva de aprender com suas experiências pedagógicas. Além disso, pretendeu discutir os principais desafios da pesquisa dentro dos movimentos sociais e a necessidade de inovação de categorias analíticas e de metodologias de investigação, de modo a que os novos estudos desenvolvidos possam também contribuir com as lutas sociais, na medida em que as capacita para diálogo epistemológico e a sistematização dos conhecimentos produzidos por estes sujeitos coletivos em seus espaços de atuação. Em face disso que alguns artigos presentes nesse livro são também resultados dessa pesquisa.

Tendo em conta estes aspectos, esse livro foi organizado no intuito de contribuir com novas ações de pesquisa, extensão e ensino no âmbito da educação nos movimentos sociais.

O primeiro artigo "*Observatório dos Movimentos Sociais: Entre a educação universitária e os novos espaços de formação política para estudantes de pedagogia*" traz a experiência deste projeto na formação dos nossos estudantes de pedagogia, mas também como ação estratégica de diálogo com os movimentos

sociais de Caruaru. O segundo artigo *“Elementos para a compreensão da educação nos movimentos sociais”* tem a pretensão de trazer os aspectos conceituais referente ao tema Movimentos Sociais e Educação e que tem servido de bibliografia básica para os estudantes de pedagogia do nosso Centro, que tem um eixo neste tema.

O terceiro artigo *“Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais”* foi produzido também como bibliografia básica para a disciplina Pesquisa e Prática pedagógica III, e foi resultado das reflexões dos últimos anos na docência dessa componente curricular e no âmbito do Projeto Enxoval, já citado.

O quarto artigo, *“Da subversão dos lugares convencionais de produção do conhecimento à epistemologia de fronteira: Que metodologias podem ser construídas com os movimentos sociais?”* foi resultado de uma reflexão sobre a necessidade de desenvolver instrumentos metodológicos para se trabalhar com estas organizações, partindo do pressuposto que elas detêm um saber específico e a Universidade precisa aprender a dialogar com elas.

O quinto artigo *“Sociologia das Ausências: Para romper com a invisibilidade das lutas por educação dentro movimentos sociais”* foi incluído neste livro por se tratar de um quadro teórico importante para visibilizar as lutas dos movimentos sociais, pois há uma grande dificuldade epistemológica de credibilizar as lutas sociais, a partir de quadros teóricos conservadores.

O sexto artigo *“Pedagogia dos movimentos sociais: Uma Lei-tura da Obra de João Francisco de Souza”* foi elaborado um ano após a morte de querido professor João Francisco, como um tributo à memória deste educador da UFPE, que tanto traba-

lhou em prol das lutas por educação nos movimentos sociais e que sua voz não poderia faltar neste livro.

O sétimo artigo “*As lutas políticas dos movimentos sociais por educação e diversidade*” é resultado de uma reflexão que produziu para uma palestra para os mestrandos/as, dentro do nosso Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, no âmbito da Linha de Pesquisa Educação, Estado e Diversidade.

O oitavo artigo, refere-se ao primeiro projeto de extensão do CAA, do qual fui a autora e coordenadora, “*Projeto de Extensão Caracterização de Organizações da Sociedade Civil de Caruaru-PE*” que deu origem ao projeto do Observatório dos Movimentos Sociais. E por último apresento o “*Catálogo de Organizações da Sociedade Civil de Caruaru-Pe*” que tem sido desde a sua conclusão um instrumento de articulação das organizações de Caruaru, além de material de consulta para as disciplinas do Curso de Pedagogia que tratam das questões relacionadas à educação nos movimentos sociais, como Pesquisa e Prática Pedagógica III e Estágio nos Movimentos Sociais.

A maioria destes artigos foi apresentada em encontros científicos, o que contribuiu para dizer do cuidado acadêmico dedicado na elaboração e no diálogo com a comunidade científica, na expectativa que possa contribuir para produzir novas compreensões e novas ações no âmbito da educação nos movimentos sociais.

Assim, este livro se constitui num incentivo para o aprofundamento dessa temática tanto no ensino, quanto na extensão e na pesquisa, tanto ao nível da graduação e pós-graduação, quanto dentro das lutas dos próprios movimentos

Apresentação

sociais por educação.

Seguiremos *siempre adelante*, como dizia Che Guevara.

Allene Lage

Parte I

**Textos sobre Educação e
Movimentos Sociais**

Observatório dos movimentos sociais: Entre a educação universitária e os novos espaços de formação política para estudantes de pedagogia

A Universidade tradicionalmente se constituiu como lugar de produção do conhecimento credível. Ao longo de sua instituição cristalizou modos hegemônicos de se conhecer o mundo, colocando de um lado tudo o que é científico, portanto relevante e do outro lado, tudo o que é não-científico, portanto marginal.

Por outro lado a universidade despolitizou o conhecimento e sua produção, como se fosse possível um conhecimento puro, fazendo-se crer que a universidade, enquanto lugar do saber elevado havia erradicado totalmente a política, em favor do pensamento neutro. Criou assim, uma aparente neutralidade, como se todas as decisões em seu interior não fossem políticas. Sob a égide da necessidade da formação técnica para o mundo do trabalho construiu estruturas e discursos que deram conta da construção da distância e das hierarquias entre a sociedade e o “saber”, entre a universidade e o diálogo, entre a educação e as lutas sociais.

Segundo Castro-Gomez (2000), o nascimento das ciências

sociais não é um fenômeno aditivo dos marcos da organização política definidos pelo Estado-nação, são constitutivos do mesmo, pois era necessário gerar uma plataforma de observação científica sobre o mundo social que se queria governar. Sem o concurso das ciências sociais, o Estado moderno não teria capacidade de exercer o controle sobre a vida das pessoas, definirem metas coletivas a longo e curto prazo, nem construir e destinar aos cidadãos uma “identidade” cultural. Prossegue dizendo que não só a reestruturação da economia de acordo com as novas exigências do capitalismo internacional, mas sim também a redefinição da legitimidade política, e inclusive a identificação do caráter e dos valores peculiares de cada nação, demandavam uma representação cientificamente avaliada sobre o modo como “funcionava” a realidade social (CASTRO-GOMEZ, 2000).

Nesta mesma direção, Castro-Gomez, diz ainda, que a matriz prática que deu origem ao surgimento das ciências sociais era a necessidade de “ajustar” a vida dos homens ao aparato da produção. Todas as políticas e as instituições estatais (a escola, as constituições, o direito, os hospitais, as prisões, etc.) seriam definidas pelo imperativo jurídico da “modernização”, quer dizer, pela necessidade de disciplinar as paixões e orientá-las para o benefício da coletividade através do trabalho. Do que se tratava era de ligar todos os cidadãos ao processo de produção mediante a submissão do seu tempo e do seu corpo a uma série de normas que seriam definidas e legitimadas pelo conhecimento (CASTRO-GOMEZ, 2000).

Tendo em conta os argumentos de Castro-Gomez (2000) é que pretendemos refletir sobre a experiência do projeto de extensão “Observatório dos Movimentos Sociais” do Centro

Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), enquanto uma fronteira necessária entre a educação universitária, cada vez mais técnica e especializada e a formação política de estudantes universitários cada vez mais escassa e necessária para a (re)construção de suas cidadanias.

Para tanto a nossa reflexão partirá da percepção de extensão universitária de Boaventura de Sousa Santos, ao falar da nova centralidade que as atividades de extensão vão adquirir (com implicações no *curriculum* e nas carreiras docentes). Neste sentido, argumenta que “esta deve atribuir às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2004: 73).

Observatório dos Movimentos Sociais da UFPE

O primeiro observatório surgiu na França, na área da Saúde, e partir desta experiência outros foram surgindo no continente europeu: Inglaterra, Bélgica, Espanha e Itália. Há provavelmente duas razões principais para o amplo desenvolvimento de tais observatórios na área da saúde: (a) as metas da Organização Mundial de Saúde estabelecidas em 1985 foram interpretadas na região europeia basicamente em termos de redução de desigualdades na saúde e, (b) desde que o Tratado de Amsterdã (1999) abriu caminho para a cooperação formal entre os estados membros na área de Saúde Pública, a União Europeia incentivou o desenvolvimento de sistemas de infor-

mação em saúde² .

Em Portugal, na Universidade de Coimbra, existem alguns Observatórios, que nos serviram de inspiração, tanto pela sua atuação quanto pelos resultados de seus estudos, que tiveram excelente impacto dentro e fora da universidade, dando especial vigor às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Entre estes, podemos citar os do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra³ .

No Brasil, e em especial em Fortaleza, podemos citar o Observatório de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Ceará⁴ que também tem desenvolvido ações e contribuindo efetivamente com estudos de impacto social. Na Universidade Federal de Pernambuco, Campus Recife, está em funcionamento o Observatório da Realidade Organizacional⁵ , no Centro Ciências Sociais Aplicadas, que nasceu em 2000, assumiu um caráter interinstitucional em 2002.

Outro exemplo é o Observatório de Favelas⁶ , localizado no Rio de Janeiro, na Favela da Maré, o qual concentra vários projetos sociais e inspirou o governo federal, a lançar o Pro-

² (<http://www.politicasuece.com/observatorio/index.php>)

³ Observatório Permanente de Justiça Portuguesa (OPJ); <http://www.ces.uc.pt/Observatório sobre Crises e Alternativas>; Observatório da Participação, da Inovação e dos Poderes Locais (PEOPLES'); [http://www.ces.uc.pt/osiris/Observatório do Risco \(OSIRIS\)](http://www.ces.uc.pt/osiris/Observatório do Risco (OSIRIS)); [http://www.ces.uc.pt/policredos/Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul \(POLICREDOS\)](http://www.ces.uc.pt/policredos/Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul (POLICREDOS)); <http://www.ces.uc.pt/ogiva/Observatório sobre Género e Violência Armada>; <http://www.op-edu.eu> Observatório das Políticas de Educação e Formação (www.ces.fe.uc.pt/observatorios)

⁴ (<http://www.politicasuece.com/observatorio/>)

⁵ (<http://www.observatorio.dca.ufpe.br/>)

⁶ (<http://www.observatoriodefavelas.org.br>)

jeto Conexões de Saberes para estudantes de origem popular, nas universidades públicas. Muitos outros Observatórios têm sido criados nas universidades, marcando assim uma tendência que une pesquisa, extensão e ensino.

O Observatório dos Movimentos Sociais da UFPE-CAA constitui-se num projeto que agrega movimentos sociais, projetos sociais e funciona como espaço de diálogo e articulação. Trata-se de uma estrutura de extensão, pesquisa e ensino, inter e transdisciplinar que tem por temática central os processos de luta, resistência e organização da sociedade civil, com foco principal nos movimentos sociais, sua dimensão educativa e sua contribuição para a democratização da sociedade.

O seu modelo organizativo está voltado para a articulação com os principais movimentos sociais da região, de modo a abrir espaço para diálogo e trabalho cooperado de pesquisa e apoio aos projetos dos movimentos sociais, especialmente os educativos de Caruaru e os municípios de seu entorno, procurando atender a demanda destas organizações.

Este projeto nasceu em junho de 2007 e a cada ano vem ganhando espaço, credibilidade e visibilidade entre os movimentos sociais da região e outras instituições acadêmicas. Teve sua gênese no Projeto “Caracterização das principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru” (Edital BEX 2006) e a cada ano vai se consolidando cada vez mais, por meio uma efetiva contribuição da UFPE-Campus Agreste, enquanto compromisso social voltada para o fortalecimento e qualificação da sociedade civil organizada.

Assim este projeto foi concebido para contribuir com as lutas sociais em favor da justiça social e da educação nos espaços não escolares, para uma atuação mais alargada da Uni-

versidade, de modo a consolidar sua importância nas questões e ações relacionadas com o tema movimentos sociais e educação⁷.

Partindo destas experiências é que este projeto foi pensado como estratégico para a consolidação do Campus Agreste, pois une extensão, ensino e pesquisa, numa proposta na qual envolve docentes e discentes de todos os Núcleos do CAA, para além de movimentos sociais e demais organizações afins, de Caruaru, Pernambuco e de outros estados do Brasil.

Tem sua produção acadêmica ancorada num pensamento crítico, por meio da reflexão nos debates com os movimentos sociais, em pesquisas de professores e estudantes da UFPE/CAA/Curso de Pedagogia, incluindo projetos de investigação aprovados em agências de fomento nacionais, de iniciação científica aprovados em edital interno e externo e na reunião de artigos acadêmicos de qualidade, avaliados por meio de comitê internacional para a SABERES - Revista do Observatório dos Movimentos Sociais.

Neste sentido este projeto tem a sua singularidade, por se tratar claramente de um projeto que parte em busca do encontro com movimentos sociais, e procura o diálogo com experiências político-acadêmicas destas organizações para os estu-

⁷ O objetivo geral é contribuir com o fortalecimento da sociedade civil organizada da região do agreste de Pernambuco, partindo de uma proposta de forte interação Universidade-Sociedade nas áreas de ensino, pesquisa e extensão na temática Movimentos Sociais, interagindo, dialogando e prestando serviços à sociedade, na medida em que se enriquece com a produção de novos conhecimentos produzidos a partir do diálogo com os movimentos sociais e demais organizações da a sociedade civil organizada e suas principais problemáticas.

dantes e professores do CAA, fazendo com que a extensão alimente a pesquisa para projetos consistentes e, crie espaço para a formação mais qualificada e política de seus estudantes.

Procura ainda articular as experiências ensino-pesquisa de componentes curriculares do Curso de Pedagogia do CAA, voltada para o estudo da educação e pesquisa dentro dos movimentos, como é o caso das componentes obrigatórias: Movimentos Sociais e Educação (3º Período); Pesquisa e Prática Pedagógica 3 - movimentos sociais e a componente Educação Popular (ambas no 4º Período), e eletivas oferecidas por professores ligados ao Observatório, como: Teatro do Oprimido, enquanto prática educativa crítica; Racismo e educação para igualdade das relações étnico-raciais, Diversidade cultural entre outras.

Outra experiência importante do Observatório para a formação política dos estudantes teve lugar no Fórum Social Mundial de Belém 2009, quando este projeto levou quarenta estudantes para viverem a diversidade política de lutas por direitos em escala global, numa excursão pedagógica de dez dias, organizada em seus mínimos detalhes por um grupo de estudantes bolsistas do Observatório, com o apoio da Coordenação deste Projeto, da Direção do CAA, da Pró-Reitoria de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão. Foi de fato uma experiência intensa que marcou politicamente a vida de quarentas estudantes.

Para pensar as experiências de formação política na Universidade

Esta reflexão procurou oferecer elementos para análise de experiências de projetos de extensão universitária, com forte componente e posicionamento político, que aproxime a universidade das lutas sociais, de modo que estas possam criar espaços de formação para seus estudantes, contribuindo para romper o isolamento acadêmico, a que as universidades e a comunidades acadêmicas, de modo geral têm criado e se enclausurado.

Neste sentido, as ações do Observatório têm permitido uma interação entre os diversos Movimentos Sociais da região, algo que não acontecia anteriormente. A partir dos encontros promovidos pelo Observatório houve uma articulação entre membros das Organizações da Sociedade Civil e desses com a Universidade.

Na perspectiva do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE, este projeto permitiu uma troca de saberes e o engajamento de estudantes com as lutas dos Movimentos Sociais, uma vez que estas passaram a frequentar o espaço acadêmico. Estas experiências puderam, ainda, ser vividas por professores.

Isto fortaleceu as ações deste projeto, ampliando o impacto das mesmas na região e na própria instituição. Participar do Observatório tem sido uma experiência que veio ampliar nossa compreensão sobre a importância da atuação dos Movimentos Sociais na democratização da sociedade e dentro da Universidade. Neste sentido a comunidade acadêmica envolvida tem experimentado um novo ponto de vista

acerca da realidade, fato que contribui para a formação de uma consciência política sobre as questões sociais.

As ações relacionadas com as atividades do Observatório têm se constituído numa referência no programa de interiorização da UFPE, em termos de articulação de extensão-ensino-pesquisa e de compromisso social com as lutas por democracia e justiça social, com grande impacto na formação dos estudantes, particularmente dos de Pedagogia.

Arturo Escobar (2003) fala sobre os novos conhecimentos baseados no senso comum que passaram para um primeiro plano. Escobar fundamenta a sua afirmação, a partir da observação dos tipos de conhecimentos, que os ativistas dos movimentos sociais e as ONGs têm vindo a produzir no contexto de lutas que são simultaneamente localizadas e globalizadas (Escobar, 2003:607).

De fato, as lutas sociais tem se constituído como um espaço novos saberes que tem vindo a produzidos em seu interior e somente agora ganha visibilidade. E isto é relevante, na medida em que cada vez mais estudantes e pesquisadores têm se voltado para estas experiências, para compreender seus significados e modos de atuação, como um lugar onde estão a surgir as inovações em vários campos das ciências sociais. O Observatório dos Movimentos Sociais é um exemplo de um novo lugar dentro da universidade onde são produzidos saberes em diálogo com a sociedade organizada.

Assim, criar fronteiras epistemológicas, como lugares intermédios de comunicação entre o pensamento produzido no interior das lutas sociais, com o pensamento produzido dentro dos espaços acadêmicos, concretiza a ideia da universidade cidadã, na medida em que ela forma, é também é for-

mada, na medida em que ela educada é também educada, como tantas vezes disse o mestre Paulo Freire.

Incluir os estudantes nestes espaços cria uma possibilidade concreta de diálogo intenso e formação com os pés fincados na realidade, mas também com a compreensão das concretas possibilidades de transformação social, protagonizadas pelos movimentos sociais e organizações afins.

É nesse lugar-fronteira que une universidade e movimentos sociais, aproxima estudante em formação com militantes, que reclama por novas sociabilidades e desafia velhas fórmulas, que procuraremos refletir sobre as possibilidades de aprofundarmos a democracia dentro dos espaços universitários, ao mesmo tempo em que produzimos conhecimento dialogado.

Referências

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Cd Clacso 2000/2001. Colima, México: Centro Nacional Editor de Discos Compactos, 2000.

ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. Coleção: Questões de nossa época, Vol. 120. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Elementos para compreensão da Educação nos movimentos sociais

Paulo Freire em *Pedagogia da Indignação* diz que homens e mulheres podem mudar o mundo para melhor, para fazê-lo menos injusto. E não fundados em devaneios, sonhos sem raízes ou puras ilusões. O que não é possível, segundo Freire, é pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto, pois as puras ilusões são os sonhos falsos de quem, mesmo estando cheio de boas intenções, faz proposta de quimeras que, por isto mesmo, não podem realizar-se, pois sonhos são projetos pelos quais se lutam. Acrescenta ainda que sonhar com a transformação do mundo e desejar concretamente esta transformação torna-se um ato político, quando nos empenhamos numa luta que exige, vontade, criticidade e esforço cotidiano. (FREIRE, 2000: 53).

De fato, a luta por justiça social não cabe no seio da classe opressora ou dominante; é preciso partir do sonho concreto dos oprimidos, excluídos e subalternizados para os direitos de cidadania e a partir da consciência destes, a capacidade de mudança seja uma realidade.

Assim, pensar algo radicalmente melhor implica, pois, numa rebeldia do próprio pensar, capaz de romper com as

crenças imobilizadoras que geram um saber-fazer submisso, um sentimento de incapacidade e uma descrença na luta política. É dentro deste universo de possibilidades que os movimentos sociais se organizam, lutam e atuam coletivamente.

Movimentos Sociais – abordagens teóricas e analíticas

O termo movimento social, segundo Renon (1996), aparece pela primeira vez, em 1848, pelo historiador alemão Lorenz von Stein, quando estava estudando o movimento operário francês e buscava compreender a formação e as múltiplas expressões do socialismo e do comunismo na sociedade francesa. Marx por sua vez, não trabalhou com o termo ou categoria movimento social, pois para ele é na luta de classes que o ator coletivo – classe operária - luta pela transformação social e se exprime através de suas organizações (sindicatos, partidos, associações).

Entretanto Touraine (1985)⁸, incontestavelmente assume

⁸Em Touraine (1985), as ações coletivas, as lutas e os atores sociais devem ser analisadas à luz de uma teoria dos conflitos. Assim, esse autor considera seis categorias básicas de conflito: 1 - os que perseguem interesses coletivos; 2 - os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; 3 - os que são forças políticas e buscam a mudança das regras do jogo; 4 - os que defendem o status quo e os privilégios; 5 - os derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e 6 - os derivados da busca de construção de uma nova ordem social. Em suma, para Touraine, os movimentos sociais resultam, fundamentalmente, dos conflitos em torno do controle dos modelos culturais.

este termo, aliando a ideia de conflito com a de modelos culturais. Para ele só aqueles movimentos sociais que ultrapassam as simples reivindicações de um grupo ou de uma classe, a fim de por em causa o poder estabelecido, ou visar o controle do desenvolvimento, podem ser caracterizados como verdadeiros movimentos sociais.

Várias são as abordagens teóricas e analíticas sobre movimentos sociais e estas têm a ver com o contexto sócio-histórico de onde se produziu o pensamento teórico sobre este termo. Nessa perspectiva, Renon (1996), afirma que os paradigmas teóricos dos movimentos sociais podem ser considerados sob diferentes rubricas. Em síntese são:

- i) *Neomarxista* , na sociedade industrial os movimentos sociais e a revolução brotam da contradição estrutural central entre capital e trabalho;
- ii) *Interacionista* , do comportamento coletivo, onde os movimentos sociais surgem em situações não-estruturadas, pois são situações em que faltam linhas mestras culturais ou estas linhas foram corrompidas e devem ser novamente (re)definidas;
- iii) *Estrutural-funcionalismo* , nas teorias de massa o indivíduo isolado e fragmentado está ao mesmo tempo livre disposto a participar, nas teorias de tensão estrutural, o motivo principal para o surgimento de movimentos sociais é o equilíbrio distorcido dos sistemas sociais, onde a não-correspondência entre valores e práticas efetivas da sociedade são elementos disfuncionais que de-

safiam a sobrevivência do sistema, e nas teorias da privação relativa a tensão não é dada por condições objetivas das discrepâncias estruturais mas por condições sentidas de forma subjetiva, quando as pessoas sente-se desprivilegiadas em relação as suas expectativas;

iv) *Mobilização dos recursos* , os movimentos sociais se desenvolvem na esteira de uma atividade consciente e conseguem mobilizar recursos materiais simbólicos que lhe estão disponíveis, como dinheiro, o tempo das pessoas e a legitimidade;

v) *Novos Movimentos Sociais* , que se concebe em termos de comportamento coletivo conflitivo que abre espaços sociais e culturais, oferecendo através de sua própria existência um modo diferente de designar o mundo e desafiar os códigos culturais predominantes sobre bases simbólicas; e

vi) *Sociologia da Ação* , onde o próprio centro da vida social é a luta permanente pelo uso de novas tecnologias e pelo controle social das próprias capacidades de transformação da sociedade (RENON, 1996: 502-503).

Para Gohn (2000), existem distinções em quatro paradigmas que são: o marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano.

No que se refere aos eixos analíticos que subsidiam as análises dos teóricos sobre as experiências dos movimentos sociais, Gohn (2008), diz ainda que quatro teorias são possíveis de ser observadas: as teorias construídas a partir de eixos cultu-

rais, as teorias focadas no eixo da justiça social, as teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais e as teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas. Essas quatro teorias, de maneira resumida são:

i) *Teorias construídas a partir de eixos culturais*, relativas ao processo de construção de identidades, em que diferentes tipos de pertencimentos são fundamentais – a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses, etc. Criam-se vínculos, e as ações são frutos de processos de reflexividade: os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo (vide os trabalhos de Melucci, Touraine, entre outros).

ii) *Teorias focadas no eixo da justiça social*, que destacam as questões do reconhecimento (das diferenças, das desigualdades, etc.) e as questões da redistribuição (de bens ou direitos, como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas). As teorias críticas, herdeiras da Escola de Frankfurt, dão sustentação a essas abordagens. São exemplos os trabalhos de Axel Honneth e Nancy Fraser (Sobotka; Saavedra, 2008).

iii) *Teorias que destacam a capacidade de resistência dos movimentos sociais*, elaborações sobre o tema da autonomia, de formas de lutas em busca da construção de um novo mundo, de novas rela-

ções sociais não focadas ou orientadas pelo mercado, da luta contra o neoliberalismo. Nessa abordagem, critica-se veementemente a ressignificação das lutas emancipatórias e cidadãos pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos. Na América Latina, a CLACSO é um bom exemplo de produção teórica nesse eixo.

iv) *Teorias que canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas*. Preocupam-se com os vínculos e redes de sociabilidade das pessoas, assim como o desempenho das pessoas em instituições, organizações, espaços segregados, associações, etc. O paradigma teórico que embasa a elaboração e desenvolvimento dessa abordagem baseia-se nas teorias da privação social, desenvolvidas inicialmente, entre outros, pelos interacionistas simbólicos no início do século XX. Na atualidade, são influenciados por Tarrow (1994, 2005), MacAdam, McCarthy e Zald (1996), entre outros (GOHN, 2008: 442-443).

Recorrendo novamente a Renon (1996), este autor ao discutir sobre movimentos sociais afirma que a maioria dos teóricos, apesar de divergirem em vários aspectos sobre os movimentos sociais concorda num ponto: os movimentos sociais têm um modo de ação coletiva que engloba um tipo específico de relação socialmente conflitiva (RENON, 1996:500).

De fato, o que se constitui na principal função dos movi-

mentos sociais, que é a de tensionar a democracia. Isto significa dizer que os movimentos sociais têm uma função primordial que é a de criar uma tensão no limite da democracia de modo que sua ação atue no sentido de romper este limite, ampliando-a. E quanto mais restrita for esta democracia – em termos de direitos, de distribuição de recursos sociais, de controle social - mais tensão haverá para o alargamento desta fronteira. A democracia nunca foi uma concessão das classes dominantes, mas fruto de lutas protagonizadas movimentos sociais e ações coletivas.

Para Ilse Scherer-Warren (2005) ação coletiva vem sendo denominada, na teoria e na prática, como movimento social. Segundo esta autora, para a teoria social esta categoria tem trajetória, mas sempre esteve presente nesta trajetória a perspectiva analítica que buscava conectar ação política coletiva com a dinamização do social.

Mas foi a partir dos anos 1960, que a maioria dos países do ocidente vivenciou importantes movimentos sociais da forma como hoje conhecemos, tais como movimento estudantil, movimento pelos direitos civis, movimentos pela libertação nacional, como a maioria dos países da África ou contra a ditadura, como os países da América Latina, até mesmo porque o cenário político de ditadura e lutas coloniais nos países desses continentes exigiam uma resposta política por parte da sociedade civil organizada para superar, quer seja o colonialismo, quer seja os regimes ditatoriais.

Nos anos 1970 e início dos anos 1980 um grande número de movimentos sociais surgiu e se disseminou através da América do Norte, Europa e América Latina - movimento de

mulheres, ecológicos⁹, movimentos de luta pela terra, movimento indígena, negro e LGBT¹⁰. Esses movimentos que têm uma ênfase nas lutas por identidade e reconhecimento foram designados de Novos Movimentos Sociais (NMS). Nos anos 1990 emerge o movimento antiglobalização ou movimentos globalizantes. A partir dos anos 2010 emergem com mais visibilidade as lutas por democracia nos países árabes, protagonizada pelos movimentos da sociedade civil local¹¹.

Segundo João Francisco de Souza (1999), os movimentos sociais populares, na América Latina, têm se configurado de acordo com as características estruturais e oscilações conjunturais da região.

Constituíram-se como correntes de opiniões e forças sociais. Enquanto correntes de opinião, aproximam-se por ideias e sentimentos semelhantes. São grupos de pessoas, com posicionamento político e cognitivo similar, que se sentem parte de um conjunto, além de se perceberem como força social capaz de firmar interesses frente a posicionamentos contrários de outros grupos. Pessoas que agem, afirmam posições e se sentem vinculadas. Expressam-se como correntes de opiniões sobre os diversos campos da existência individual

⁹No Brasil a discursão tomou forma em torno da construção das Usinas Nucleares de Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro.

¹⁰Lésbicas, Gays, Transgêneros e Transexuais. Estes movimentos também são designados de LGBTT, onde o último T acresce a palavra Travestis.

¹¹O que difere dos processos de invasão dos Estados Unidos, impulsionada por interesses econômicos, como o caso da guerra do Iraque.

e coletiva, sobretudo dos segmentos sociais explorados, oprimidos e subordinados, cujos temas, quase sempre de maior incidência em suas vidas, em seu cotidiano são: trabalho, habitação, alimentação, participação, dignidade, paz, direitos humanos, meio-ambiente, gênero, gerações etc. Portanto, são força social atuante que se manifesta através de organizações e grupos de diversas e divergentes naturezas, amplitude e vigor (SOUZA, 1999: 38).

Em face da complexidade das abordagens teóricas, analíticas e políticas deste tema é que grande parte da literatura tende a dar relevo às potencialidades existentes nos movimentos sociais, na medida em que sua prática cotidiana faz emergir novos sujeitos, novas identidades e novas sociabilidades. Considerado por muitos como portadores de um novo fazer político, os movimentos seriam “sujeitos políticos”, que a partir de sua atuação e suas lutas estariam construindo uma “nova cidadania” (SCHAAF, 2001).

Organizações Não-Governamentais (ONGs)

Se nos anos 1970 e 1980 as Organizações Não-Governamentais (ONGs) poderiam ser consideradas atores sociais progressistas, como salientam alguns autores (DOIMO, 1995; GOHN, 2000), nos anos 1990 elas cumprem um papel decisivo na implementação das políticas neoliberais, trazendo um novo discurso e um modo de atuação distinto dos movimentos sociais.

Diferentemente da trajetória dos movimentos sociais, a atuação das ONGs não se dá na esfera da luta política por direitos e por isto não tem uma relação conflitiva com o Estado. Sua atuação é técnica e profissional e por isto trabalham na execução de políticas, programas e projetos públicos. Seu quadro não é composto por militantes, mas por profissionais vindos das mais variadas áreas e experiências. O discurso da época privilegiou a presença do voluntariado, como um modo da sociedade civil assumir as funções do Estado em nome da participação e da cidadania.

A grande contradição do voluntariado é que dentro de num sistema capitalista as pessoas precisam ser remuneradas por seu trabalho e uma grande parcela da população necessita ter mais de um trabalho para se manter. Assim o voluntariado e se transformou num grande apelo para que a sociedade civil não organizada assuma as responsabilidades das funções do Estado mínimo, suprimidas pelas políticas macroeconômicas neoliberais. No entanto, só o voluntariado no contexto capitalista, não dá conta dos trabalhos sistemáticos e contínuos de intervenção territorial ou de execução de políticas sociais que as ONGs assumiram.

De modo geral estas organizações têm na sua sustentabilidade financeira um fator extremamente frágil e por isto muitas vezes sua área de atuação pode mudar radicalmente, dependendo das linhas de recursos públicos disponíveis para projetos. Em face disto, se situam na condição de parceiras do Estado sem entrar em nenhum confronto político com os discursos neoliberais. Conforme afirma Gohn (2003), “Não se tratava mais de se ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias” (GOHN, 2003: 24).

A principal área de atuação das ONGs é na área social¹² e se dedicam principalmente à formação de grupos de geração de renda, de cooperativas de trabalho, educação ambiental, educação sexual (DST e AIDS) e educação para a cidadania de crianças, jovens e mulheres em situação de risco.

Movimentos sociais como território de novas sociabilidades. Um lugar de um novo saber-fazer pedagógico

Para Haesbaert (2006) o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, o sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade ou a “contextualização territorial” é inerente à condição humana. Acrescenta ainda que, embora muito variável em suas manifestações, o território está presente em todo o processo histórico (HAESBAERT, 2006: 78).

De fato, a construção de territórios ou a contextualização territorial conforme afirma Haesbaert, é resultado de um conjunto de forças sociais que forjam um determinado cenário histórico-espacial de relações entre grupos sociais e entre poderes. No cotidiano do território emerge uma construção social carregada de simbolismos e significados na qual é possí-

¹²No desmonte do Estado levado a cabo pelas políticas macroeconômicas neoliberais, os setores lucrativos foram privatizados, como o das comunicações, da energia, da água. Já os que não interessavam ao Capital foram repassados para as ONGs, que passaram a executar seus serviços nas áreas sociais, direcionadas ao público que não podiam pagar pelos serviços, por isto mesmo deveria ser financiado pelo Estado.

vel estabelecer as redes de poder, as hierarquias e os novos conhecimentos sociais advindos das experiências dos grupos sociais.

Assim o território é o lugar da história e onde se constrói a historicidade dos sujeitos e das lutas sociais. Tal como afirma Porto Gonçalves “todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas entre lugares” (PORTO GONÇALVES, 2004: 270). Neste sentido podemos afirmar que a territorialidade construída pelos movimentos sociais é tensa, pois se ergue rompendo com a ordem instituída, na medida em que sua construção pressupõe a ideia de um território diferente, num permanente espaço de conflito e de subversão de ordem, no qual estão vinculadas suas reivindicações e lutas e as articulações com as forças sociais e políticas.

Neste território da luta política os integrantes dos movimentos sociais vão se forjando como sujeitos políticos no exercício da militância e dos processos de formação. Constroem em simultâneo uma nova territorialidade, onde o espaço traduz-se numa nova possibilidade de dimensão espacial, política, e cultural diferentes daquelas instituídas pelos poderes hegemônicos. Esta nova territorialidade, contra-hegemônica, rompe com a resignada condição de subalterno, emergindo em um novo lugar, tecido no âmago da luta, pois como nos diz Porto Gonçalves, “o lugar é, ele mesmo, constituído pelas relações de luta e a sociedade se constitui, constituindo seus lugares” (PORTO GONÇALVES, 2004: 269).

Nesta direção, argumenta que uma territorialidade subalterna e submissa forja no cotidiano da luta outra territoriali-

dade, desta vez rebelde, construída nos espaço da luta, entre as estratégias e os processos de resistência, na medida em que o novo sujeito político se forma por meio da tensão entre democracia e exclusão social. Esta nova construção é político e também pedagógica, pois constrói não apenas o militante, mas também o ator coletivo e um conjunto de conhecimentos que estão a subsidiar as análises das experiências mais inovadoras no campo da educação, da sociologia e política.

Esta luta política tem levado os movimentos sociais também a se apropriarem do saber científico e a reinventarem metodologias sociais em campos historicamente afastados de qualquer possibilidade de acesso, como o da educação. Nesta direção os movimentos sociais têm priorizado para além de suas estratégias de ação mais visíveis - ocupações, marchas, greves - uma política da educação, na qual visa transformar e melhor qualificar suas organizações, considerando o fato de que, dentro de um movimento social, a educação tem efeito multiplicador.

Educação como luta política dos movimentos sociais

Compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sócio-históricas, num processo de conquistas e elaborações sociais de significados, nos permite olhar com muita atenção às experiências de educação que vêm sendo produzidas dentro dos movimentos sociais. Indo além do argumento de suprir a escolaridade não obtida durante a vida e até o momento de ingresso no movimento social, estas experiências se consolidam como um processo edu-

cativo que traz intrínseco a concepção do aprender político, que restitui a humanização perdida pela ausência de dignidade, de direitos e de cidadania.

Neste sentido, a educação dentro dos movimentos sociais renova no sujeito o desejo de estudar por diversas razões, tais como o sonho da conquista de direitos, a descoberta de novas subjetividades, a perspectiva da apropriação do saber como aspecto importante instrumento de capacitação para luta política, a realização pessoal, entre outros.

A própria angústia existencial do ser inconformado, buscando sempre novas respostas para os seus problemas, na procura do reconhecimento das discriminações sociais, étnicas, de gênero e de tantas outras, impulsionam o desejo de mudar essas relações excludentes e a alienação com relação aos processos políticos e da participação social.

A um povo ignorante se pode enganar com a superstição e torná-lo servil. Um povo instruído será sempre forte e livre. Um homem ignorante está em caminho de ser um animal escravizado, e um homem instruído na ciência e na consciência, já está em caminho de ser Deus. Não há que duvidar entre um povo de Deuses e um povo de animais escravizados. O melhor modo de defender nossos direitos é conhecê-los bem; assim se tem fé e força: toda nação será infeliz enquanto não eduque os seus filhos. Um povo de homens educados será sempre um povo de homens livres. – A educação é o único meio de salvar-se da escravidão. Tão repugnante é um povo que é escravo de homens de outro povo, como escravo de homens de

si mesmo (MARTÍ, 1975).

Desta forma, problematizar o saber da experiência e compreendê-lo, a partir dos conhecimentos científicos, questionando e sistematizando novos conhecimentos são objetivos que deveriam estar sempre presentes na educação. A educação deve tornar o homem e a mulher livres. Faz-se então necessário tratar o conhecimento e as opções que fazemos a partir de sua constituição social e histórica. Nesta direção pensar conteúdos numa perspectiva crítica, orientado para trabalhar a apropriação do conhecimento, no ato mesmo de ensinar-aprender, exige criatividade e reflexão permanente, de modo a produzir um conhecimento emergente político que auxilie os sujeitos a compreenderem a realidade que os expulsou dos direitos de cidadania e os mecanismos dessa expulsão.

(...) é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor (FREIRE, 1996:51).

De fato, o conhecimento se constrói a partir da relação com o Outro e com o objeto a ser conhecido, onde o sujeito se reconheça no Outro, dentro de um movimento de ida e volta, onde o conhecimento das diferentes áreas forma uma totalidade articulada entre si, que transforma o modo de pensar o mundo, para nele agir.

Entender esta dinâmica que respeita as desigualdades sociais construídas e as diferenças sexuais, étnicas, religiosas, as manifestações regionais e a cultura popular, dentro de um processo de politização e humanização da pessoa, conduz o sujeito a compreender a importância do conhecimento como uma construção histórico-social, fundada numa relação predominante de troca de saberes. Nesta direção, a educação oportuniza a mediação necessária, enquanto processo partilhado entre os sujeitos e o conhecimento, como forma de satisfazer as necessidades de melhor lidar com os aspectos do seu cotidiano, relacionados à sua luta política dentro dos movimentos sociais.

Para Martí (1961), a educação tinha que preparar o trabalhador para enfrentar a vida na sociedade. Nesse sentido dizia que *“en la escuela se ha de aprender el manejo de las fuerzas con que en la vida se ha de luchar”* (MARTÍ, 1961: 200). Este é o desafio que segundo Martí, vem a cabo pelo resultado das atividades dos homens na sociedade, com seus objetivos e fins, interesses e aspirações, conhecimentos e compreensões para o manejo e domínio das forças sociais.

Quando se pensa a educação dentro dos projetos educativos dos movimentos sociais esta adquire dimensões mais amplas em busca da compreensão do mundo, de modo a contribuir para a construção de sujeitos políticos. Dentro desta pluralidade de contextos e historicidades, expandir as fronteiras convencionais dos projetos educativos até os espaços de luta, onde estão atuando os movimentos sociais, cria formas articuladas de espaços e de saberes onde é possível conjugar processos pedagógicos com trajetórias sociais e políticas.

O projeto político é outro aspecto que permeiam todas

as atividades dos movimentos sociais e no qual tem trazido significativos avanços, a partir da formação de uma consciência política, adquirida tanto nas vivências coletivas, como nos processos de formação política ou técnica. Isto resulta na formação de uma identidade revolucionária, na qual forja um novo sujeito capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de opressora, por meio da luta, que capacita seus sujeitos a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que violentamente, os colocam na condição de oprimidos. Neste sentido Paulo Freire diz,

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles pode captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la (FREIRE, 1979: 31).

De fato, enfrentar uma luta para romper sua condição de oprimido pressupõe uma mudança radical no modo de pensar a sociedade e suas possibilidades de transformação. Exige uma Pedagogia da Revolução¹³ no sentido proposto por João Francisco de Souza (2004), que seja capaz de forjar

¹³A ênfase de uma Pedagogia da Revolução é, pois, na perspectiva da hegemonia popular, a produção de um conhecimento unificado ou de uma cultura popular (...) Isso significa que só possível realizar-se a partir do mundo das camadas da classe popular, da compreensão de seus clamores, de suas esperanças, de suas reivindicações, de seus projetos na perspectiva de sua hegemonia. (...)

sujeitos políticos, com capacidade e enfrentamento da realidade, desconstruindo os discursos e ações que historicamente tem mantido à margem da sociedade de direitos um grande contingente de trabalhadoras e trabalhadores.

Neste sentido, os elementos subjetivos presentes na construção destes novos sujeitos emergem dentro da vivência da luta, que é um processo intenso e de transformação radical, no qual estão presentes muitos elementos como a militância, a mobilização política, o enfrentamento do cotidiano, a construção de um sonho partilhado e lutado coletivamente, representado pelas conquistas de direitos.

A educação conjugada com processo de luta coletiva é sem dúvida um processo formativo aonde as pessoas vão se descobrindo seres humanos, vão se construindo sujeitos de direitos, a partir da luta pela sua própria cidadania, como um projeto educativo maior no sentido proposto por Martí, que entendia que a educação, especialmente a formação humanística do trabalhador ocupava um lugar próprio e desempenhava sua função essencial, pois permitia enfrentar com êxito a tarefa do viver humano: *La educación tiene un deber ineludible para con el hombre, no cumplirlo es criminal: conformarle a su tiempo sin desviarle de la grandiosa y final tendencia humana* (MARTÍ, 1961, p. 209).

Despertar novos sujeitos passa necessariamente por ações continuadas de formação e ação política com o propósito de potenciar a militância dos integrantes dos movimentos sociais, formando não apenas no nível das lideranças, mas em

uma Pedagogia da Revolução emerge como um processo de conhecimento/transformação da realidade das camadas da classe trabalhadora pela formação do homem apto à direção desse processo” (Souza, 2004: 354-355).

todos os níveis, numa perspectiva multiplicadora. Nesta direção, o processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação e de isolamento permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade, e a criação de uma fortaleza interna, que induz o sujeito a acreditar em suas possibilidades transformadoras por ele mesmo protagonizado.

Lutar por um novo projeto político pressupõe, antes de tudo, lutar pela formação de novos sujeitos políticos capazes de refletir sobre as suas lutas, questionar os processos geradores de desigualdades e exclusões sociais e inseri-los dentro de um movimento maior de transformação da sociedade. Para Bogo (2001), os métodos de formação dentro dos movimentos sociais são os mais diversificados possíveis e procuraram vincular e articular três elementos pedagógicos: estudo, trabalho produtivo e trabalho de base. Acrescenta ainda que ela deve ser massiva no sentido de atingir um grande número de pessoas em determinado período e nos diferentes níveis para apressar a multiplicação de militantes e quadros; deve ser completa, no sentido de não se limitar à teoria, mas a todos os outros aspectos da organização como a disciplina, o trabalho produtivo, o companheirismo e permanente no sentido de possibilitar diariamente a realização do trabalho de formação, para que ela produza efeitos no indivíduo (BOGO, 2001:109 e 110).

De fato, a formação política dos militantes dos movimentos sociais tem por base a teoria e prática, e principalmente o cotidiano das ações políticas, como a participação em uma mobilização, em uma marcha, em uma ocupação. Nesta direção Arroyo (1989) afirma que “há uma pedagogia em marcha,

que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e político-organizativa”.

A questão das identidades e a reconstrução do sujeito político

Dentro desta acepção, Santos (1993) afirma que qualquer forma de designar aquele que não é Nós significa distanciar e subordinar. Se assim é, pensamos que todas estas formas são modos vigentes de identificações e demarcações coloniais que, vincadas pelas mesmas lógicas de desigualdade de poder, criam conceitos e pensamentos consolidados sobre o Outro como um subalterno, colocando-o numa esfera social periférica ou marginal. Atreito a estas condições, constrói-se ora como sujeito de uma identidade subalterna que luta e resiste, ora como sujeito subalterno, silenciado e degradado socialmente. Dentro desta mesma perspectiva, Santos diz que:

As identidades subalternas são sempre derivadas e correspondem a situações em que o poder de declarar a diferença se combina com o poder para resistir ao poder que a define inferior. Na identidade subalterna, a declaração da diferença é sempre uma tentativa de apropriar uma diferença declarada inferior de modo a reduzir ou a eliminar a sua inferioridade. Sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade (SANTOS, 2002: 46-47).

De fato, a diferença entre uma identificação subalterna e ser subalterno incide principalmente sobre a diferença entre

lutar e resistir ou resignar-se na inferioridade imposta. Rebelar a passividade acarreta uma ressignificação identitária, que transforma a perspectiva de inferioridade numa perspectiva política, que enxerga em si a possibilidade de transformação, de articulação e organização de forças sociais.

No que se refere aos sujeitos, historicamente silenciados de seus discursos e esquecidos socialmente, a questão da identidade tem um aspecto fulcral, na medida em que a identidade imposta tem contribuído para uma resignação social. Santos (2002c), citando Spivak (1996), diz que “a condição do subalterno é o silêncio e a fala é a subversão da subalternidade”.

Esta afirmação faz sentido ao constatarmos que o Outro, separado de Nós é, por si só, uma forma silenciada que assegura a distinção. Sem acesso à sua própria fala, a sua voz cala-se, numa resignação muda, com a qual parece aceitar as opressões e as desigualdades historicamente demarcadas. Contudo, mesmos diante dos difusos campos de silenciamento, que abarcam as esferas sociais de ação, articulam-se muitas vozes - dentro de um aparente silêncio - e criam formas transgressivas de lidar com a ideia da subalternidade.

A identidade é também um sentimento de pertença que assenta em experiências e em crenças partilhadas e nos constrói como sujeitos sociais articulados, com discursos e práticas inteligíveis. De fato, a construção da identidade tem um forte componente relacional que vai sendo formada na medida em que o sujeito social vai construindo as suas experiências sociais, alinhadas com seus valores e com as narrativas políticas, sociais e culturais.

Dentro desta mesma vertente, Hall declara que a atual crise de identidade acontece devido ao estado de constante mutação que faz com que as identidades mudem de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. (HALL, 1998: 21).

Por sua vez, a inserção na vida social cobra ao sujeito a construção da sua representação identitária, como prerrogativa para o reconhecimento de si e do outro. Sabendo quem é e quem é o outro, o sujeito consegue se estabelecer numa perspectiva relacional que irá definir a hierarquia de cada um na teia. Para Lage (2005) a inserção na vida social, orientada pela perspectiva do questionamento sobre o mundo e da ação transformadora sobre esse mesmo mundo, também cobra que o sujeito possua uma representação identitária que lhe permita suportar a dúvida sobre si mesmo, para poder visualizar outras possibilidades sobre si e sobre o mundo. Sem esta condição, estará destinado a permanecer à margem da vida em sociedade (LAGE, 2005:71-72).

Assim, o trânsito social e até mesmo a inserção coletiva e singular pedem a constituição de uma identidade maleável, não rígida, que permita ao sujeito responder as perguntas quem sou? E para onde vou? Mas que também permita a esse mesmo sujeito duvidar dessas respostas e visualizar outras possibilidades sobre si mesmo e sobre o mundo. Caso contrário, a constituição de uma subjetividade conformada por uma identidade rígida, que acredita na verdade imutável da sua essência, nas verdades das suas respostas sobre quem sou e sobre quem é o outro pode, por conseguinte, fazer com que se acredite na verdade imutável do seu lugar social, na

verdade imutável da hierarquia.

Novas Compreensões sobre educação nos movimentos sociais

A nossa pesquisa procurou situar algumas questões que permeiam as experiências educativas dentro dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que procurou pontuar a complexidade teórica e analítica do tema e as interfaces com a educação. Neste espaço as experiências mais inovadoras de educação estão a tomar corpo, e têm vindo a ser estudada por inúmeros pesquisadores principalmente no Brasil, na América Latina e na maioria dos países da Europa. A dinâmica destes lugares conjugada com a necessidade de formação política e apropriação do conhecimento, (re)elaborado à luz das lutas sociais, cria um saber-fazer pedagógico diferenciado, num grupo social onde a maioria dos sujeitos de alguma maneira foram expulsos do modelo tradicional da escola.

Dentre os desafios pedagógicos dos movimentos sociais está a construção da utopia¹⁴ e a formação do sujeito polí-

¹⁴Utopia no sentido dado por Boaventura de Sousa Santos, que argumenta que “a utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece a pena lutar. A utopia é, assim, duplamente relativa. Por um lado, é uma chamada de atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe. Pertence à época pelo modo como se aparta dela. Por outro lado, a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que

tico. Despertar as capacidades luta latentes em todos os seres humanos, mas frequentemente adormecidas por processos de opressão e exclusão social requer processos político-pedagógicos que despertem novos sujeitos, ao mesmo tempo em que dá visibilidade às contradições das sociedades atuais, tornando possível perceber as possibilidades de transformação.

Nesse sentido, os elementos subjetivos presentes na construção desses novos sujeitos políticos e de seus novos territórios emergem dentro da própria vivência da luta, que é um processo intenso e de transformação radical, no qual estão presentes muitos elementos como a militância, os projetos educativos, a mobilização política, o enfrentamento do cotidiano em acampamentos e a construção de um sonho partilhado e lutado coletivamente.

A historicidade construída nos lugares de luta política transforma trajetórias silenciadas em novos marcos políticos, na medida em que seus protagonistas podem se enxergar como sujeitos nos mais variados campos da cidadania. Nesta direção, o processo de tomada de consciência contribui para quebrar as formas de alienação, isolamento permitindo a superação do sentimento de opressão e de subalternidade, que induz o sujeito a acreditar nas suas possibilidades transformadoras por eles mesmos protagonizados. Por fim, a experiência política dentro dos movimentos sociais avança na humanização de seus integrantes, no sentido de uma educação humanizante do sujeito, construída por pedagogias que forjam subjetividades solidárias, capazes de enxergar no Outro a possibilidade de sua própria cidadania.

existe (SANTOS, 1999: 323).

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 13, n. 37, p. 05-30, 1998.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola e o movimento social: relativizando a escola. *Revista ANDE*, nº 12, 1989.
- BOGO, Ademar. O vigor da mística. *Caderno de Cultura Nº 2*. São Paulo: ANCA/MST, 2002.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Anpocs, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org) *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez, 2008

Compreensão da Educação nos movimentos sociais

- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Volume I – Tese de Doutorado. Coimbra: FEUC, 2005.
- MARTÍ, José. *Ideário pedagógico*. Havana: Imprensa Nacional de Cuba, 1961.
- MARTÍ, José. *Nossa América: (antologia)*. São Paulo: Hucitec, 1983.
- RENON, Karin D. *Verbete Movimentos Sociais*. In: OUTHOWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- PORTO GONÇALVES, Carlos W. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimento sociais na América Latina*. In: SEOANE, José (org). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: Clacso, p. 261-271, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Descobrimientos e Encobrimientos*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 38, dezembro, p: 5 – 10. Coimbra: CES, 1993.

Compreensão da Educação nos movimentos sociais

- SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban. In: RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (org). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SCHAFF, A. Van der. *Jeito de Mulher Rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Editora Universitária de Passo Fundo, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SOUZA, João Francisco de. *Pedagogia da revolução: Subsídios*. Recife: Edições Bagaço, 2004.
- SOUZA, João Francisco de. *A democracia dos movimentos sociais populares: uma comparação entre Brasil e México*. Recife: Edições Bagaço, 1999.
- TOURAINE, Alain (1985), The Study of Social Moviments. In: *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 749-87.

Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais

Currículo, Pesquisa e Lutas Sociais

Muitos consideram o currículo apenas a grade curricular de um curso, a divisão em disciplinas e os conteúdos trabalhados traduzidos em ementas e bibliografias. No entanto o currículo é muito mais, pois tem a ver com todo o processo vivido na escola ou na universidade. No âmbito do currículo acontece a reprodução social dos conteúdos e concepções ideológicas, dentro do processo educativo. Nesta direção é definidor do tipo de cidadão/cidadã a ser formado e qual a finalidade de sua formação.

Historicamente a escola tem garantido por meio do currículo sua reprodução tanto ideologicamente quanto em termos de conteúdos específicos. Somente a partir da pós-graduação, quando entra o aspecto da pesquisa, essa percepção muda e o estudante entra num processo de (re)elaboração de seu próprio conhecimento e passa a ganhar autonomia na construção de novos saberes. Esse processo é importante, pois como afirma Paro (1997), “quem só executa deixa de ser

sujeito, e o ser humano é sujeito por natureza, portanto, ao ser alijado da elaboração, participando somente da execução daquilo que alguém “superior” elaborou e determinou, ele perde sua humanidade”.

Portanto o currículo encerra em si todos os aspectos concernentes a formação proposta, a partir de uma combinação de temas e processos de vivências e aprendizagens de modo a construir um conjunto de condições pedagógicas que levem o sujeito, por um lado a elaborar ou organizar o seu conhecimento apreendido ou, pelo outro lado, apenas a reproduzir o conhecimento aprendido.

De fato, a pesquisa é um caminho seguro para o processo de construção do conhecimento sobre mundo, e do autocohecimento, na medida em que contribui para a organização de estruturas cognitivas, por meio da compreensão de métodos que asseguram não a reprodução do conhecimento, mas sua a (re)elaboração, a partir das experiências de seus sujeitos. Neste sentido, convergimos com a ideia de Saviani (2000) quando afirma que a busca pelo conhecimento cada vez mais elevado deve ser sempre o objetivo do processo de ensino-aprendizagem (SAVIANI, 2000).

Nesta direção, Demo (2007) afirma “o que melhor distingue a educação escolar de outros tipos de espaços educativos é o fazer-se e refazer-se na e pela pesquisa”. Este autor diz ainda que “a base da educação escolar é a pesquisa e não a aula ou o ambiente de socialização ou a ambiência física, o mero contato entre professor e aluno” (DEMO, 2007: 7).

Demo tem razão em sua defesa pela pesquisa, pois o processo de conhecimento pela pesquisa leva o confronto da teoria com a prática e a análise criteriosa que permite a

(re)elaboração crítica do conhecimento, a partir da experiência do método que permitirá o estudante a compreender os caminhos metodológicos para refletir sobre os dilemas e curiosidades científicas, descobrindo-se na construção do processo epistemológico. Educar pela pesquisa é uma decisão política, pois tal como afirma Demo “não aparece somente apenas na presença da ideologia, mas, sobretudo no processo de formação do sujeito crítico e criativo, que encontra no conhecimento, a arma potente de inovação, para fazer-se e se fazer oportunidade histórica através dele” (DEMO, 2007: 7).

Outro aspecto importante na formação do sujeito crítico e criativo tem a ver com as áreas e temas das pesquisas e as possibilidades de vivências das experiências de campo oportunizado pelo processo de coleta de dados, mais especificamente aqueles que levam o estudante ao encontro da realidade e de suas contradições. Nesta direção, as lutas sociais surgem como um espaço de aprendizagem acadêmico-político diferenciado quer seja pelo dinamismo deste lugar, quer seja ainda pela urgência da inovação metodológica que possa romper com a subalternização que as metodologias tradicionais impuseram a muitas experiências sociais de luta e a seus processos educativos.

No entanto, apesar desta marginalidade imposta, as lutas sociais em suas trajetórias diversas entraram em campo produzindo experiências de enfrentamento às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, ambientais e políticas, a partir de epistemologias próprias de análise e de intervenção, capaz de confrontar as principais problemáticas sociais e apresentar propostas de transformação para as condições sociais historicamente desiguais.

Portanto existe uma luta epistemológica e por isto ela é política, pois enfrenta as diferenças de poder entre saberes. O que tem levado os movimentos sociais também a se apropriarem do saber científico e a reinventarem metodologias sociais em campos historicamente afastados de qualquer possibilidade de acesso, como o da educação. Sendo assim, os movimentos sociais têm priorizado para além de suas estratégias de ação mais visíveis - ocupações, marchas, greves, entre outras - uma política da educação, na qual visa transformar e melhor qualificar suas organizações, considerando o fato de que, dentro de um movimento social, a educação tem efeito multiplicador.

Esse esforço conjunto de aliar a luta política à luta epistemológica, articulando estratégias de ação com saberes científicos e militantes, tem produzido avanços significativos na forma de atuação dos movimentos, tanto no que diz respeito à sua capacidade de negociação com o Estado quanto no enfrentamento do debate político com as forças conservadoras.

Outro aspecto de muita relevância é o crescente interesse da Academia em estudar os movimentos sociais. Cada vez mais aumenta o número de estudantes – tanto no nível da graduação quanto da pós-graduação - desenvolvendo investigações dentro destas organizações, criando assim uma proximidade com estas lutas numa caminhada epistemológica de aprendizagens mútuas. Neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (2004:74) aponta a pesquisa-ação como um dos caminhos epistemológicos que tem contribuído para a legitimação da universidade, pois transcendem a extensão, uma vez que tanto atuam ao nível da pesquisa quanto da formação.

A pesquisa-ação consiste na definição e execu-

ção participativa de projectos de pesquisa, envolvendo as comunidades e organizações sociais populares a braços com problemas cuja solução pode beneficiar dos interesses da pesquisa. Os interesses sociais são articulados com os interesses científicos dos pesquisadores e a produção do conhecimento ocorre assim estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que não têm poder para pôr o conhecimento técnico e especializado ao seu serviço pela via mercantil (SANTOS, 2004: 75).

Essa aproximação tem diminuído o fosso histórico que separa a ciência das lutas sociais, e recheando não apenas a ciência de realidade social, mas principalmente politizando-a. Contudo esta aproximação universidade-movimentos sociais, forja uma pressão por políticas públicas de educação e por condições de acesso e manutenção voltadas para um público historicamente expulsos dos processos de formação do saber científico.

Os sujeitos educativos dos movimentos sociais que passaram por experiências deste tipo são sujeitos-chave de um processo de (re)elaboração do conhecimento, na medida em que pensando no contexto político, social, educacional, econômico, cultural, ambiental em que vivem, conseguem refletir sobre as possibilidades de superação. Com isto conseguem uma atuação mais qualitativa, porque tiveram acesso não só ao conhecimento, mas porque dominando e se apropriando do conhecimento técnico e da linguagem acadêmica têm a oportunidade de reorganizar esses conhecimentos à luz da luta social.

Pesquisa Qualitativa e a (Re)elaboração do Conhecimento

Deslandes et. al. (1994) diz que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (DESLANDES et. al.1994: 21).

Godoy (1995), por sua vez, vê o potencial da pesquisa qualitativa, levando em conta o fato de esta não enumerar ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumentos estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que se vão definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos, pelo contato direto do/a investigador/a com a situação estudada (GODOY, 1995: 58).

De fato, a pesquisa qualitativa tem um viés que leva o investigador ao encontro de subjetividades que não conseguem se esconder, como acontece no universo da pesquisa quantitativa. As subjetividades afloram fora das regras e condicionamentos prévios, no contato, no diálogo e no confronto da realidade. Entender estas subjetividades e delas extrair novas compreensões requer metodologias claras, que possam admitir a diversidade de discursos, sentidos e sentimentos inéditos dos sujeitos de pesquisa em seus lugares de atuação.

Ao investigador cabe empreender novos caminhos analíticos que construam, a partir do diálogo com os sujeitos, conhecimentos novos advindos de um processo epistemológico criativo que possa dar conta do enorme potencial de aprendi-

zagem que existe dentro do universo da pesquisa qualitativa.

(Re)elaboração do conhecimento: um caminho bem articulado

Diferentemente do que se pensa, uma pesquisa na área das ciências sociais e humanas não nasce dentro de uma experiência específica, ou pelo menos não deveria. A pesquisa nasce a partir de uma curiosidade científica, que surge ao se olhar uma realidade e suas contradições. A experiência ou o caso a ser estudado constitui-se apenas em um campo empírico onde se estuda a realidade, dentro de um tema.

O caminho epistemológico para a (re)elaboração do conhecimento tem coerência e desdobramentos que articulam todos os passos de uma pesquisa. Trata-se pois, de um caminho seguro¹⁵ que é marcado em primeiro lugar pela Problematização¹⁶, seguido pela definição do Problema¹⁷ e do Objetivo Geral.

A partir destes, o passo seguinte é apontar as principais dimensões do tema que contribuam objetivamente para aprofundar as reflexões propostas pelo Problema, de modo a se alcançar novas compreensões durante o exercício epistemológico da construção do saber científico. Em seguida, fazem-se os desdobramentos a partir destas dimensões que vão estruturar a pesquisa - da definição dos objetivos específicos até

¹⁵ Utilizo a designação de caminho seguro para vincar a ideia de que uma pesquisa tem passos bem definidos que vão se moldando a partir do problema da pesquisa.

¹⁶ A problematização é construída ao se olhar o contexto social e suas contradições, dentro do tema que se pretende estudar.

¹⁷ Pergunta ou Problema da Pesquisa.

Orientações epistemológicas

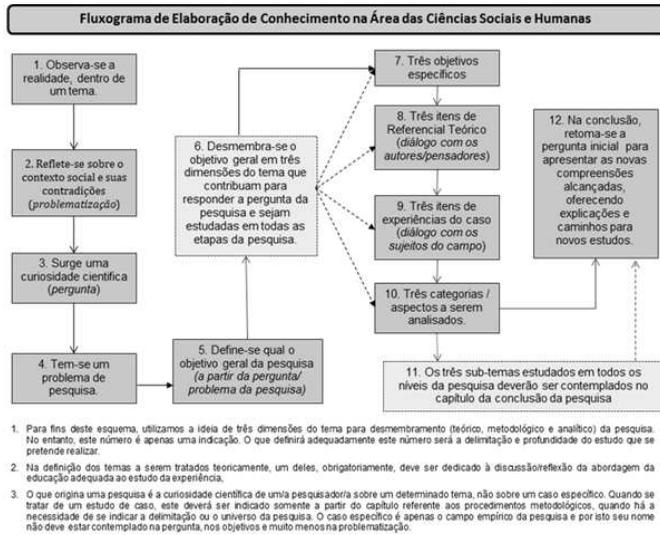


Figura 1. Fluxograma de elaboração de conhecimento

as categorias de análise, conforme mostra o Fluxograma da figura 1.

Conforme aponta o Fluxograma da figura 1, em particular nos quadros 4, 5 e 6, a Pergunta/Problema é fundamental para definir o Objetivo Geral e todo o desdobramento das etapas seguintes, na medida em que as dimensões que serão elencadas deverão ter estreita contribuição para que se alcance o Objetivo Geral. No quadro 6 percebe-se claramente o desdobramento que articulará coerentemente todos as demais etapas da pesquisa. Ou seja, esse desdobramento em dimensões temáticas permite que estas sejam estudadas teoricamente, empiricamente e analiticamente, de modo a asse-

Orientações epistemológicas

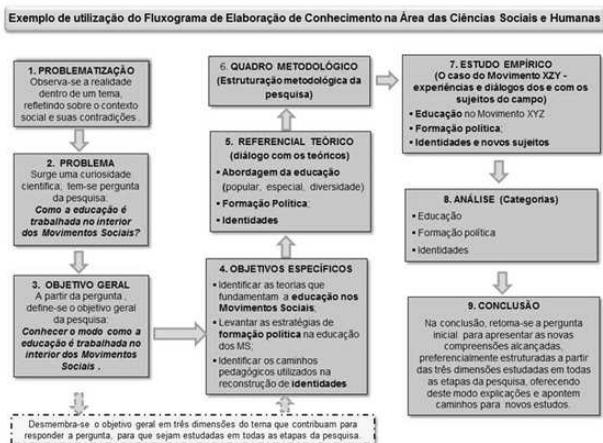


Figura 2. Exemplo de processo

gurar que foram tratadas em todas as etapas da pesquisa.

Completada essa costura epistemológica é possível se encaminhar para as conclusões, na medida em que um tema desdobrado foi refletido rigorosamente em todos os eixos estruturantes do processo de (re)elaboração do conhecimento, tal como pode ser visto no exemplo a seguir (ver figura 2).

Método do Caso Alargado

O melhor método a ser utilizado não é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para que os resultados da pesquisa sejam alcançados. O Método do Caso Alargado é caracteri-

zado por um estudo de caso convencional que tem alargada as suas implicações quando da sua conclusão.

A base inicial deste método, especialmente a procedimental do Estudo de Caso, proporciona aprender com a experiência e enriquecer o aprendizado a partir do encontro da teoria com a realidade, da ação e da criatividade. Sendo assim, a utilização do Estudo de Caso como etapa preliminar é importante por realizar um estudo intenso da(s) experiência(s) para a compreensão do tema pesquisado. Nesta direção Goldenberg (2000) afirma que:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas, com o objetivo de aprender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso complexo. Através de um estudo profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2000: 33-34).

Após a análise holística do caso, surge a necessidade de ampliar o universo das implicações sobre o estudo. Dentro desta perspectiva, o Método do Caso Alargado consubstancia a necessidade de ampliar as conclusões do estudo de caso,

pela especificidade do tema da pesquisa. Este método, utilizado primeiramente por Boaventura de Sousa Santos (1983) e posteriormente por Michael Burawoy (1991; 2000), é muito adequado para estudos isolados e para estudos comparados e também muito utilizados para as temáticas que envolvem uma riqueza epistemológica muito presentes nas experiências de lutas dos movimentos sociais.

Neste sentido, especialmente na sociologia há duas maneiras de fazer a representatividade em estudos comparados. A primeira é pela quantidade que privilegia a análise e tem por base a repetitividade, reduzindo a análise aos aspectos comuns e à incidência e à prevalência destes. A segunda maneira é pela exemplaridade, que estuda e compara os casos pela singularidade e não porque são estatisticamente relevantes, mas sim porque são únicos, representativos de alguma coisa. A partir daí alargam o caso nas suas implicações, não é na análise estrita do caso – o estudo de caso é uma janela através da qual se vê a sociedade e outros fenômenos sociais de forma mais ampla. Desta forma, o Método do Caso Alargado propõe que,

Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único. A riqueza do caso não está no que nele é generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (SANTOS, 1983: 11).

Sendo assim, o Método do Caso Alargado propicia uma conclusão de maior profundidade sobre a investigação realizada, incidindo não apenas sobre os casos estudados – isoladamente ou comparados – mas porque oferece uma estrutura metodológica capaz de ampliar o espectro das reflexões, amplia o universo da análise, de modo que esta possa discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade.

Pesquisa de Campo e Coleta de Dados

A realidade por mais que seja vivida intensamente tem sempre um aspecto de parcialidade e incompletude, quer devido às suas multidimensionalidades, devido a incapacidade do olhar humano em captar a diversidade social sobre todos os aspectos. Deste modo, uma pesquisa de campo deve ser conduzida na perspectiva de construir com os sujeitos da pesquisa ou os sujeitos do campo, novas contribuições teóricas com base na realidade vivida, expressada e consentida pelos grupos.

Nessa direção, o principal “instrumento” de investigação é, sem dúvida, o olhar do(a) próprio(a) investigador(a). Todavia, essa autonomia para construir versões sobre a realidade observada necessita, caso se pretenda contemplar o máximo de realidade possível, ser revestida em um nível de dialogicidade com os sujeitos envolvidos, de modo a transformar o olhar unilateral do(a) investigador(a) num olhar democrático. É, neste âmbito, que surge a ideia de construção partilhada de dados, ancorada na interação como possibilidade de trabalho democrático, indo além do simples ato de observar e de coletar dados.

Importa ainda ter em conta a autonomia que o(a) investigador(a) tem sobre o planeamento do seu trabalho de campo. Nesta medida, existem muitas questões no âmbito das suas decisões, como os vários aspectos relacionados com a sua presença no campo, a duração do seu trabalho, a forma como se dá a sua inserção – as estratégias de observação e de diálogos, interações, comportamentos - e os instrumentos de registo a serem utilizados. Contudo, nem sempre o(a) investigador(a) terá total domínio sobre as pretendidas situações de observação, pois muitas situações planeadas podem não ocorrer, como também podem surgir oportunidades de observação não previstas.

Ou seja, por mais que o/a investigador/a tenha o domínio sobre o planeamento, o modo como se desenvolverá o seu trabalho de investigação no campo, envolvendo vários aspectos e possibilidades do que possa imaginar que seja a realidade com que se irá deparar, haverá sempre um frágil controle sobre as situações a serem observadas, pois não se controla a realidade, principalmente quando esta é estranha e se está somente a observá-la. Podem surgir, então, possibilidades de observação inesperadas e não planeadas, e significativas para a compreensão do tema em investigação.

Lage (2005), diz que o acesso a muitas situações do campo dependerá de algumas estratégias comportamentais que o pesquisador(a) adotará, e que podem ser definidoras do nível de abertura que se pretende alcançar, dentro da experiência em estudo. Assim, aponta as seguintes estratégias, baseada em duas experiências de campo prolongadas:

- ir para o terreno com um planeamento de “possibilidades” de situações a serem obser-

vadas, sem considerá-lo nem muito fechado e nem muito aberto - isto facilitou uma constante adequação do planeamento à realidade que estava a conhecer;

- estar receptiva, atenta e disposta a participar em vários eventos ocorridos, planeados ou não - isto contribuiu para que eu identificasse e expressasse o desejo de participação nas situações importantes, inusitadas ou não, de serem observadas;
- estar disposta a ter uma relação horizontal com os sujeitos da investigação, de modo a construir laços de confiança e possibilidades de diálogo e partilhas – isto abriu um canal de acesso para “experimentar a realidade” que estava a observar, tornando mais rico o contacto e a interacção com os grupos sociais envolvidos;
- não esquecer que todo observador é também um observado e, portanto, a aceitação do outro dá-se nos dois sentidos - com isto quero dizer que não se deve ter pressa em se ser aceito/a pelo grupo no qual se está a desenvolver a investigação; pressionar uma relação de confiança, ainda não estabelecida, pode ter efeitos desastrosos (LAGE, 2005: 203).

Observação participante

A observação participante é uma técnica para o trabalho de campo que proporciona grande aproximação com a realidade sociológica. De fato, o estar no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite, essencialmente, ao pesquisador(a) entrar em contato com a realidade, que está à mão numa imensa variedade de possibilidades de interações, articulações e também contradições. Oferece ainda a oportunidade de espaços de inserção - e aceitação - em universos simbólicos, em formas de organização social e saberes sociais presentes no cotidiano dos grupos sociais.

Segundo Jorgensen, o que se consegue observar é influenciado em grande parte pelo fato de a experiência ser baseada na visão, no som, gosto, cheiro ou em várias combinações dos sentidos. Quanto mais informação se tem sobre alguma coisa com múltiplos pontos de vista e fontes, menor é a hipótese de interpretá-la (JORGENSEN, 1989:53).

De fato, o contato com a realidade traz também a possibilidade de incluir todos os sentidos no trabalho de observação. Traz ainda a possibilidade de uma intensa interação e nesta medida, esta técnica oferece instrumentos para que o(a) investigador(a) se envolva diretamente como participante no cotidiano das pessoas.

O foco de observação das experiências a serem estudadas são os encontros - entre saberes, poderes, grupos sociais e pessoas. Por isso, a cada encontro deve-se observar, além das falas e dos silêncios, os espaços, os atores, as atividades, a atmosfera do ambiente, os comportamentos e os sentimentos. Além da própria observação, outras técnicas podem ser

utilizadas, como a conversa informal e as entrevistas semi-estruturadas. É importante, caso haja condições, recorrer às histórias de vida/oral.

Como diz Becker, as especificidades de uma pesquisa fazem de cada uma delas uma pesquisa singular, na qual o pesquisador deve ter liberdade para construir seu próprio método de acordo com sua caminhada e com os obstáculos e imprevistos que surgem à sua frente (BECKER, 1994). Contudo, um aspecto importante para conseguir realizar uma observação participante, integrada no cotidiano dos grupos estudados, é sem dúvida a permanência prolongada no campo do pesquisador(a), que além de possibilitar um contato mais intenso, cria também a oportunidade para novas percepções, tanto para o investigador(a) no campo, quanto para os grupos sociais em contato com este(a).

Entretanto, sempre que se aborda a questão da permanência prolongada no terreno/campo do(a) investigador(a), a possibilidade de a sua presença interferir na unidade social na qual se inseriu é sempre um ponto polêmico. Contudo, a observação participante é um procedimento de investigação não interferente e bastante discreto, se comparado ao caráter inquisitivo, interferente e indiscreto de questionários e entrevistas formais. Neste sentido, Lazarsfeld (1972:16) chega a classificar os dados obtidos pelo primeiro conjunto de técnicas - observações - como "naturais" e os decorrentes do segundo como "experimentais".

Tomando por base a experiência de Lage (20005 e 20005a) em trabalho de campo prolongado, vivendo com os grupos sociais que estava a estudar e as reflexões de António Firmino da Costa (2001) sobre o problema da interferência do(a) inves-

investigador(a) quando de uma estadia no campo prolongada, podemos apontar alguns aspectos que consideramos relevantes no trabalho de campo:

1. a presença do/a investigador/a não passará despercebida e pode interferir no contexto;
2. falar com pessoas, fazer perguntas, participar em atividades é algo que interfere, porém interfere muito mais ficar parado a olhar, sem dizer nada a ninguém;
3. a presença do/a investigador/a introduz uma série de novas relações entre observador/a e observado/a e reorganiza o próprio contexto social;
4. a questão não está em evitar a interferência, mas tê-la em consideração, controlá-la e objetivá-la tanto quanto possível.

De fato, é importante refletir que a questão da interferência poderá perder um pouco a sua importância, se considerarmos que não existem sociedades completamente fechadas e estáticas. Poderão a todo o momento surgir novas presenças, como também novas ausências e estas estarão sempre em conjunto com o grupo, criando novos dinamismos, acentuando velhos ou até mesmo mantendo-os despercebidos.

Pensamos, neste sentido, que a própria ideia de permanência prolongada acaba por estabilizar os cotidianos que vão absorvendo os estranhos, tornando-os familiares em muitos casos. Do lado do/a investigador/a haverá também uma acomodação dos papéis, a partir do momento em que se passa da novidade à rotina. É claro que isto pode também levantar a

questão da identidade e dos papéis do(a) investigador(a) no campo, para além da questão de relação de proximidade estabelecida com os grupos.

Contudo, importa ressaltar que o fato de se estar bem inserido no campo não significa dizer que haverá confusões sobre o papel e a identidade, ou pelo menos que prejudique o andamento da pesquisa. A nosso ver, isso significa que se avançou principalmente na ideia de uma epistemologia mais democrática, conseguida somente na relação entre sujeito-sujeito e não entre sujeito-objeto, dando assim passos decisivos no estabelecimento de relações democráticas entre sujeitos do conhecimento.

Essa aproximação rompe com as frequentes barreiras impostas pela condição de investigador(a) com as exigências metodológicas de distanciamento entre este e a experiência, provocando também, para além de tudo, um distanciamento epistemológico, que o(a) impede de conhecer mais profundamente a experiência; em vez de viver a experiência passa ao largo dela, mesmo estando inserido no campo.

Outra questão crucial é a saída do(a) investigador(a) do campo. Neste sentido, é muito importante discutir com os sujeitos do campo as primeiras conclusões do trabalho de pesquisa antes de sua saída definitiva. Criar esta possibilidade de diálogo contribui para dirimir muitas dúvidas ou interpretações errôneas sobre o comportamento que ocasionalmente poderão surgir. A nosso ver essa posição de uma saída dialógica traduz-se num comportamento ético que contribui para romper com os fortes argumentos dos sujeitos do campo, em atribuir uma postura arrogante de muitos investigadores(as) na manipulação do conhecimento que adquirem em suas ex-

periências, sem nenhum momento de diálogo.

A realidade e suas narrativas: os diários de campo

Viver a realidade, partilhando o cotidiano com os grupos sociais contribui para um aprofundamento empírico que possibilita não apenas uma riqueza epistemológica, mas também uma vivência sobre aquilo que se pretende compreender, pois ambas oferecem maior proximidade e interação entre o pesquisador(a), a realidade e os sujeitos da investigação.

Nessa medida, torna-se imprescindível o registro da experiência por meio de diários de campo, onde deverão ser anotadas em suas páginas a vivência da pesquisa e o universo que se acessou - de entrevistas à conversas informais, de sentimentos à dados quantitativos, de momentos de tensão até cânticos, marchas e encontros, indo além das observações e reflexões do pesquisador(a). Com isto pretendemos admitir a importância de se criar novas possibilidades de narrativas das experiências de campo, oferecendo aos interessados uma imersão tão profunda quanto possível sobre os casos estudados, dando espaços e possibilidades para novas interpretações e descobertas para novos estudos.

Sem uma forma sistemática de registro das observações, corre-se o risco de findado o período do trabalho de campo, perder a memória de momentos importantes. Nesta direção, o diário de campo é um instrumento não só de registro, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo. É ainda, um instrumento de trabalho diário, literalmente diário, e por isso mesmo um incansável e por vezes saturante trabalho, que exige disciplina, mas que proporciona ao próprio pesquisador(a) uma grande satisfação à

medida que vai sendo construído e redescoberto a cada consulta que se faz dos passos dados. Tal como um álbum de fotografias, que nos leva ao reencontro das descobertas quotidianas (LAGE, 2005a:452).

Assim, à medida que se avança na escrita do diário de campo e este começa a ganhar volume, o investigador(a) começa a perceber sua importância. Quanto mais demorada à experiência do campo, mas importante o diário vai se tornando, pois passa a se constituir numa fonte preciosa de dados organizados, numa memória muito rica sobre a experiência no campo. Além disso, através dos sentidos e sentimentos do investigador(a), é possível outras pessoas conhecerem suas descobertas em seu trabalho de campo.

Pesquisa: Um Percurso de Aprendizagens Mútuas

Paulo Freire tinha uma forma particular de conhecer o mundo. Para ele, o conhecimento dá-se no diálogo do ser humano com o mundo e dos seres humanos entre si com o mundo, por isso muitos dos seus livros foram escritos em forma de diálogos. Um destes, num diálogo com Sérgio Guimarães, disse que:

(...) ninguém aprende individualmente apenas. Quer dizer: nós somos sócio-históricos, ou seres sociais e culturais, e que, por isso mesmo, o nosso aprendizado se dá na prática geral de que fazemos parte, na prática social. (...) não é possível fazer afogar, fazer desaparecer a dimensão individual

de cada sujeito histórico que se experimenta socialmente. (...) Esquecer essa subjectividade, não reconhecer o papel dela no aprendizado da história e mais do que no aprendizado, na feitura da história - que, inclusive, é fazendo a história que a gente aprende a história (FREIRE; GUIMARÃES, 2000: 27).

Por analogia, podemos afirmar que a pesquisa de campo oferece possibilidades de construção intensa de novos conhecimentos e fortes momentos de aprendizagem. O estar no mundo e com as pessoas e seus mundos é transformador, pois cria o contato próximo e intenso com as realidades estudadas, seus saberes e suas histórias de vida.

Santos (2003), ao refletir sobre como as experiências pessoais são assumidas como parte inseparável do processo de produção de conhecimentos, diz que todo conhecimento é autoconhecimento, pois possui um caráter autobiográfico e auto-referenciável que está nitidamente presente na ciência, apesar de não ser assumido por esta.

Hoje sabemos ou suspeitamos que as nossas trajetórias de vida pessoais e colectivas (enquanto comunidades científicas) e os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações laboratoriais ou de arquivo, os nossos cálculos ou os nossos trabalhos de campo constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio. No entanto, este saber, suspeitado ou insuspeitado, corre hoje subterraneamente, clandestinamente, nos não-ditos

dos nossos trabalhos científicos. (...) No paradigma emergente, o carácter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido. (...) Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos (SANTOS, 2003: 53 e 54).

De fato, sem o eixo da nossa subjetividade e sem a bagagem cognitiva que trazemos das nossas experiências pessoais e coletivas, não é possível produzir conhecimentos alheios a tudo isto, principalmente porque o que aprendemos na escola ou na universidade é apenas uma parte do nosso campo de aprendizagem. E nesta direção concordamos com Santos que produzimos um pouco do que somos.

Assim, nós somos o próprio espelho das nossas experiências de campo, e ao estudá-las somos, simultaneamente, estudadas por elas e ao analisá-las também somos analisadas por elas. Como bem fala Paulo Freire: “Não há pensar certo fora de uma prática testemunhal que re-diz em lugar de desdizê-lo” (FREIRE, 2003: 34).

Referências

- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BURAWOY, Michael. The extended case method. In: Burawoy, M. et al. (orgs), *Ethnography unbounded: Power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991, p. 271-287.

- BURAWOY, Michael. Introduction: reaching for the global. In: Burawoy, M. et al. (orgs). *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley: University of California Press, 2000. p. 1-40.
- BURKE, Peter. *Sociologia e historia*. Lisboa: Afrontamento, 1980.
- COSTA, António Firmino da. A pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (orgs). *Metodologia das Ciências Sociais*. 11. ed. Porto: Afrontamento, 2001, p.129-148.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- DESLANDES, Suely Ferreira. et. al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Aprendendo com a própria história II*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 27. Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração*. São Paulo, n° 35, n.2, p. 57-63, mar-abr, 1995.

- GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: Como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- JORGENSEN, D. L. *Participant Observation: a methodology for human studies*. California: SAGE Publications, 1989.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. V.1. *Tese de Doutoramento*. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Coimbra: 2005.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. V.2. *Diários do Trabalho Empírico*. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Coimbra: 2005a.
- LAZARFELD, Paul F. Foreword to the English edition: forty years later. In: JAHODA, M.; LAZARFELD P.F.; ZEISSEL, H. *Marienthal: the Sociography of an Unemployed Community*. Londres: Tavistock, 1992.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 14. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção: Questões de nossa época, Vol. 120).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do “Skylab”. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/> In: *Revista Crítica*, nº 11, maio, p. 9-59. Coimbra: CES, 1983.

Orientações epistemológicas

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

Da subversão dos lugares convencionais de conhecimento à epistemologia de fronteira: Que metodologias podem ser construídas com os movimentos sociais?

Se a proposta de libertação e emancipação da ciência se converteu num projeto de dominação. Nestes termos, tem vindo sistematicamente a relegar os outros processos de conhecimentos que não couberam na categoria do científico – nitidamente colonial, masculino e branco – para um segundo plano, como se esses outros processos de conhecer o mundo não fossem suficientemente capazes de trilhar caminhos credíveis de descobertas cognitivas. Empurrando-os para o ostracismo, firma-se pela clivagem construída entre a ciência e os outros conhecimentos. Assim, constitui-se também como uma forma de ordem do mundo ao nível do saber, ordem esta, que traz implícita um conjunto de relações e mecanismos de poder.

Indo ao encontro desta perspectiva, Claude Álvares (2000) afirma que conhecimento é poder, mas poder também é conhecimento. O poder decide aquilo que é ou não conhecimento. Prossegue dizendo que, diante disto, é que a ciência lutou para limpar o planeta de todas as correntes epistemológicas que dela divergiam, a fim de estabelecer a hegemonia

total do seu próprio pacote de conceitos e conjunto de leis e percepções que eram claramente associadas às investidas agressoras da cultura ocidental. Por fim, acrescenta que é ilusão pensar que a ciência moderna ampliou as possibilidades de um conhecimento verdadeiro. O que ela realmente fez foi tornar o conhecimento escasso. Ao expandir certas fronteiras exageradamente, ela eliminou ou bloqueou outras e com isso, foi pouco a pouco restringindo as possibilidades de enriquecimento do conhecimento disponível à experiência humana (ALVARES, 2000: 55).

De fato, a simbiótica relação entre poder e conhecimento tem se traduzido num verdadeiro epistemicídio¹⁸. Dentro desta perspectiva inscreve-se a ideia da competição epistemológica. Assim, a imposição desta supremacia se constrói como universalidade, como uma única forma de conhecimento, supostamente acima do bem e do mal; uma universalidade repleta de promessas para o desenvolvimento da humanidade. Nessa direção, Boaventura de Sousa Santos (2000) aponta o fracasso destas ambiciosas promessas de uma humanidade com progresso.

A promessa da dominação da natureza, e do seu uso para o benefício comum da humanidade, conduziu a uma exploração excessiva e despreocupada dos recursos naturais, a catástrofe ecológica, a ameaça nuclear, a destruição da camada de ozono, e à emergência da biotecnologia, da engenharia genética e da consequente conversão

¹⁸ Boaventura de Sousa Santos designa por epistemicídio, o processo de destruição criativo promovido pela ciência moderna em defesa do seu privilegiado estatuto (SANTOS, 1995).

do corpo humano em mercadoria última. A promessa de uma paz perpétua, baseada no comércio, na racionalização científica dos processos de decisão e das instituições, levou ao desenvolvimento tecnológico da guerra e ao aumento sem precedentes do seu poder destrutivo. A promessa de uma sociedade mais justa e livre, assente na criação da riqueza tornada possível pela conversão da ciência em força produtiva, conduziu à espoliação do chamado Terceiro Mundo e a um abismo cada vez maior entre o Norte e o Sul. Neste século morreu mais gente de fome do que em qualquer dos séculos anteriores, e mesmo nos países mais desenvolvidos continua a subir a percentagem dos socialmente excluídos, aqueles que vivem abaixo do nível de pobreza (o chamado “Terceiro Mundo interior”) (SANTOS, 2000: 56).

De fato, os avanços científicos e tecnológicos não conseguiram cumprir essas promessas da ciência moderna e por isto mesmo, é que há um acirrado debate sobre as limitações e os danos que ela tem causado ao longo de seu projeto de hegemonia. Reconhece-se, pelo menos dentro da perspectiva da teoria crítica, que a ciência não contribuiu para distribuir recursos, que o saber científico é relativo, tal como os demais saberes, que a ideia do erro está muito mais presente do que se imagina e por fim, que muitos destes erros foram fabricados como verdades indiscutíveis.

Relativismo, neutralidade e objetividade

O argumento do relativismo dos saberes locais, mediante o universalismo do saber científico, constitui-se numa das principais âncoras que amarra a ideia de superioridade da ciência, como a portadora da verdade incontestável perante as outras formas de conhecimentos. Com este estatuto canônico, de aplicação universal e irrestrita, relativiza todas as outras formas e expressões de conhecimentos, esvaziando-lhes o conteúdo de tal modo, que perdem a dimensão de alternativa.

Indo ao encontro desta ideia, Arriscado Nunes (2001), fala que o olhar distanciado e desincorporado, o olhar “objetivo” e desapaixonado do cientista, o olhar associado à atividade de teorização é um olhar que reduz a percepção à cognição e que a torna inseparável da capacidade de normalizar, de prever, de regular, de dominar, de legislar. As óticas ocupam uma posição central neste projeto, como se manifesta quando se considera a associação do termo “teoria” com o olhar, a visão, o espelho, o reflexo, o exame, a observação (NUNES, 2001: 300-3001).

Sendo assim, é possível afirmar que a ciência reduz a dimensão da realidade, ao excluir dos demais sentidos humanos a possibilidade de se tornarem também instrumentos de captação do real. Todavia, o fato de apenas o olhar está inscrito na ciência como “instrumento científico confiável”, não significa dizer que isto isentará o/a cientista de ter uma visão carregada de escolhas políticas, que possa por em causa a pretensa neutralidade, que se supõe existir durante um trabalho de investigação científica. Esta percepção vai ao encontro da crítica que Marilena Chauí (2002) faz sobre a retórica da neutralidade da ciência. Neste sentido, Chauí diz que, “quando

o cientista escolhe uma certa definição para seu objeto, decide usar um determinado método e espera obter certos resultados, sua atividade não é neutra nem parcial, mas feita de escolhas precisas” (CHAUÍ, 2002:281).

Pondo em causa a impossibilidade da neutralidade do trabalho científico, Sandra Harding trabalha com a ideia da objetividade forte, no qual o elemento de objetividade é produzido sem a promessa de neutralidade total. Para ela, o mito de que a ciência é um empreendimento objetivo, feito corretamente apenas quando os cientistas podem descascar os constrangimentos da cultura deles/as e assim possam ver o mundo como realmente é. Acrescenta ainda, que a ciência é uma atividade socialmente embutida, progride por meio da visão e da intuição e em contextos culturais. Enquanto uma comunidade científica compartilhar suposições, existem hipóteses de uma aplicação mais cuidadosa de métodos científicos (HARDING, 1998).

Para Boaventura de Sousa Santos (2000) a objetividade decorre da aplicação rigorosa e honesta dos métodos de investigação, que nos permite fazer análises que não se reduzem à reprodução antecipada das preferências ideológicas daqueles que as levam a cabo. A objetividade decorre ainda da aplicação sistemática de métodos que permitem identificar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica supostamente desprovida deles.

Nesta concepção, podemos afirmar que a objetividade traz o rigor e a honestidade para dentro da epistemologia, desmistificando o discurso da neutralidade. Se assim é, a objetividade pode trazer a redenção a muitos/as investigadores/as sobre os seus dramas pessoais na tentativa de fazer

uma “ciência pura”, mas sem sucumbirem as suas subjetividades. Nesses termos pode estar a chave para se produzir uma ciência multicultural, legitimada não apenas pelos métodos e rigores científicos ocidentais, mas também, pela capacidade de se construir, a partir da diversidade – subjetiva e cognitiva - uma ciência mais ampla e mais democrática.

E esta objectividade que permite dar conta adequadamente das diferentes e até contraditórias perspectivas, posições etc. que se defrontam quanto ao tema em análise. Isto no entanto deve ser feito de maneira a evitar dois vícios igualmente graves e ambos assentes na fuga a argumentação: a recusa em argumentar a favor ou contra qualquer posição por se pensar que o cientista não pode nem deve tomar posição; ou a recusa em argumentar em favor da posição própria por se pressupor que ela longe de ser uma entre outras é a única ou a única racional e como tal se impõe sem necessidade de argumentação. Nem a objectividade nem a neutralidade são possíveis em termos absolutos. A atitude do cientista social crítico deve ser a que se orienta para maximizar a objectividade e para minimizar a neutralidade (SANTOS, 2000: 31-32).

Se no centro deste debate está a argumentação quanto aos posicionamentos, muitas vezes mais políticos do que técnicos, é a sua fuga, conforme Boaventura de Sousa Santos discerne, que reforça o discurso de uma neutralidade, tão utópica quanto falsa, tendo em conta o carácter hegemônico da

ciência produzida até hoje: colonial, sexista, racista e situada. Nesta medida, o discurso da neutralidade científica impõe-se de forma tão autoritária quanto não neutra, justificando, assim, a continuação de uma ciência baseada nos interesses de uma minoria, que a nomeia como universal e absoluta, de modo a refutar quaisquer outras perspectivas que possam pôr em causa as atuais esferas de poder.

Pluralidades na e para a ciência

A cultura científica é também uma cultura colonial. Entranhada na ideia de superioridade cognitiva e de uma suposta legitimidade de universalidade, a ciência tem enfrentado mais intensamente nos últimos vinte anos duras e justas críticas, que estão a incendiar os debates por uma ciência multicultural. Neste cenário, o feminismo dentro da ciência proporcionou uma série de questionamentos sobre o histórico monólogo científico, consolidado no seu âmago, como um conjunto de vozes. Segundo Santos *et al* (2004), este conjunto de vozes, vindo principalmente das epistemologias femininas e dos estudos sociais e culturais da ciência,

Tratou-se, no fundo, de questionar a neutralidade da ciência, tornando explícita a dependência da actividade de investigação científica de escolhas sobre os temas, os problemas, os modelos teóricos, as metodologias, as linguagens e imagens e as formas de argumentação; de caracterizar, por via da investigação histórica e etnográfica, as culturas materiais das ciências; de reconstruir os diferentes modos de relacionamento dos cientistas

com contextos institucionais, com os seus pares, o Estado, as entidades financiadoras, os interesses económicos ou o interesse público; e, finalmente, de interrogar as condições e os limites da autonomia das actividades científicas tornando explícita a sua relação com o contexto social e cultural em que ocorrem. Ao analisar a heterogeneidade das práticas e das narrativas científicas, as novas abordagens epistemológicas, sociológicas e históricas pulverizaram a pretensa unidade epistemológica da ciência e transformaram a oposição entre as «duas culturas» - a científica e a humanística -, enquanto estruturante do campo dos saberes, numa pluralidade pouco estável de culturas científicas e de configurações de conhecimentos (SANTOS *et al*, 2004:32).

Todas estas questões mostram a diversidade de condições e contextos que podem interferir na atividade de fazer ciência. Contudo, importa realçar que todas estas conjunturas epistemológicas são definidoras, não apenas do tipo de ciência produzida, mas, principalmente da credibilidade que dependerá em muito do local onde é produzida, assumindo os seus adjetivos – de centro ou de periferia - e dependendo de onde esteja situado o seu território. Assim, definidas as condições de produção do conhecimento e os seus determinantes sociais mais amplos, pode-lhe conferir poder ou desapropriá-lo de qualquer tipo de reconhecimento.

Nessa direção, Mignolo (2003), argumenta que a ciência - conhecimento e sabedoria - não pode ser separada da língua; as línguas não são meros fenômenos “culturais” nos quais os

povos encontram a sua “identidade”; são também o lugar em que o conhecimento está inscrito. “E, uma vez que as línguas não são algo que os seres humanos têm, mas algo que os seres humanos são, a colonialidade do poder e do saber veio gerar a colonialidade do ser” (MIGNOLO, 2003: 632-633).

Externamente a ciência também se depara com a exigência de se abrir, para o diálogo com outros saberes. Neste âmbito Santos *et al* (2004) falam da perspectiva multicultural que tem vindo a reconhecer a existência de sistemas de saberes plurais, alternativos à ciência moderna ou que se articulam em novas configurações de conhecimentos. Argumentam ainda que a abertura a uma pluralidade de modos de conhecimentos e de novas formas de relacionamento entre estes e a ciência, tem sido conduzida com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemônicos e não hegemônicos é mais desigual e violento (SANTOS *et al*, 2004: 44-45).

O conjunto desta pluralidade tem reivindicado, com legitimidade, espaços de articulação entre saberes que possibilitem configurações mais democráticas, que ampliem as possibilidades de diálogos e reconhecimentos. A luta não é das mais fáceis, já que ela ocorre entre esferas de poder consolidadas pelos históricos processos de dominação, frente aos outros conhecimentos. Refletindo sobre as formas de conhecimento, Boaventura de Sousa Santos (2000), diz que no projeto da modernidade é possível distinguir duas: o conhecimento-regulação, cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem e o conhecimento-emancipação, cujo ponto de ignorância se designa por coloni-

alismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade.

Segundo este autor, no conhecimento-emancipação, a ignorância é o colonialismo e o colonialismo é a concepção do outro como objeto e conseqüentemente o não reconhecimento do outro como sujeito. Acrescenta ainda que, nesta forma de conhecimento, conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito. Esse conhecimento-reconhecimento é o que designa por solidariedade. Assim, afirma, que por estarmos tão habituados a conceber o conhecimento como um princípio de ordem sobre as coisas e sobre os outros que é difícil imaginar uma forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade (SANTOS, 2000).

De fato, há uma diferença abissal entre o conhecimento como princípio de colonialismo e conhecimento como princípio de solidariedade. Diferem estruturalmente na diferença entre exploração e reconhecimento do outro, entre subalternização e humanização de saberes. Daí ser importante caminhar com a ideia de que é possível um conhecimento-emancipação, que parte do colonialismo superando-o pela ideia da solidariedade. Talvez aí esteja a chave da superação da ciência para deixar de ser o projeto de desumanidade no qual acabou por se constituir, e reconstruindo-se num projeto de humanização.

Por uma Epistemologia de Fronteira

Tomando por base por um lado, a metáfora que Boaventura de Sousa Santos constrói sobre a ideia de fronteira, como um espaço privilegiado onde estão a emergir novas formas

de subjetividade e de sociabilidade (Santos, 2000: 347-356), e pelo outro lado como um lugar de luta dos movimentos sociais, procuramos refletir sobre quais as possibilidades epistemológicas dentro das lutas sociais que são capazes de responder aos desafios da produção de um conhecimento crítico, ao mesmo tempo em que aproxime ciência, movimento social e realidade.

Da mesma maneira que a metáfora de fronteira foi utilizada como quadro analítico (Lage, 2005), procuramos verificar se esta mesma ideia poderá ser aplicada à dimensão epistemológica, em termos de construção de novas metodologias. Sendo assim, tomando por base as principais características da vida da fronteira discutida por Boaventura de Sousa Santos recriamo-nas como categoria epistemológica, na tentativa de caminhar pelos lugares das lutas sociais e encontrar elementos para as possibilidades de uma epistemologia de fronteira.

Para Boaventura de Sousa Santos, entre as principais características da vida na fronteira, existem as seguintes que são por ele consideradas as mais relevantes e que são: i) uso muito seletivo e instrumental das tradições trazidas para a fronteira por pioneiros e emigrantes; ii) invenção de novas formas de sociabilidade; iii) hierarquias fracas; iv) pluralidade de poderes e de ordens jurídicas; v) fluidez das relações sociais; vi) promiscuidade entre estranhos e íntimos; e vii) misturas de heranças e invenções. (SANTOS, 2000: 347).

Partindo destas características e da minha experiência de investigação prolongada no campo em dois trabalhos de campo¹⁹ - na Serra do Caldeirão estudando as experiências

¹⁹ Para fins de uma tese de doutoramento em Sociologia, elaborada na

da Associação In Loco e no Sertão de Sergipe estudando as experiências dos Movimentos dos Sem Terra –, foi possível refletir em face das exigências de cada um destes trabalhos de campo, as possibilidades de se confrontar as metodologias existentes e as que emergiram nesta duas experiências de pesquisa de campo, os caminhos epistemológicos que nos levasse a uma melhor compreensão das lutas protagonizadas pelos movimentos sociais.

Na procura destes novos caminhos foi possível reorganizar estratégias e procedimentos de investigação científica, para um novo caminho epistemológico no qual designei de epistemologia de fronteira. Nesse sentido as principais características metodológicas desta epistemologia são as seguintes:

- Uma epistemologia de fronteira só pode ser vivida na própria fronteira. Não é possível viver uma epistemologia de fronteira em espaços de subjetividades silenciosas e submissas. Não há hegemonias claras, mas sim alteridades e complementariedades.
- Na epistemologia de fronteiras os conhecimentos produzidos são inacabados, assim como são incompletas as metodologias utilizadas na sua produção. Diante isto há uma exigência de utilização de um conjunto de técnicas de coletas de dados, numa perspectiva de complementaridade. Há, ainda, um permanente processo de reflexão e reconstrução que torna temporárias as verdades produzidas.

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e concluída em 2005 e intitulada “Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal”.

- Numa epistemologia de fronteira os conhecimentos produzidos têm uma perspectiva de solidariedade social. Há um sentido de responsabilização pelas consequências desses conhecimentos, como também um permanente compromisso em encontrar respostas para os problemas sociais. Há uma busca por justiça social por trás de cada investigação.
- Uma epistemologia de fronteira jamais pode ser utilizada como um método alheio aos sujeitos envolvidos e às suas experiências de vida. Isto significa dizer que tal é a sua intensidade, que qualquer outra forma “mais distante” do sentido de partilhar a própria experiência pode transformá-la em apenas mais uma metodologia de investigação ressequida de vida. Numa epistemologia de fronteira todos os sentidos interagem com as pessoas e com o mundo das pessoas, incluindo o/a próprio/a investigador/a e seu mundo.
- Viver uma epistemologia de fronteira significa irremediavelmente passar por processos de transformação pessoal. Não se sai de uma experiência de epistemologia de fronteira da mesma forma como se entrou. É, por assim dizer, um processo de transformação integral, muito além do acadêmico, pois tem uma componente política ao aprofundar o conhecimento sobre a luta de um movimento social. Nesse aspecto, ultrapassa-se o papel formatado de investigador para assumir o papel de ser investigador-humano envolvido em processos de aprendizagem mútuos.

Assim, as nossas conclusões nos levam a refletir sobre as

possibilidades de se construir um novo conhecimento, a partir de uma aproximação mais intensa com as lutas sociais. Neste sentido utilizamos a ideia da fronteira, como lugar de produção de um pensamento alternativo crítico, a partir dos discursos e práticas produzidos pelos movimentos sociais e outros grupos subalternizados, expulsos dos processos de estruturação do conhecimento científico, de modo a configurar as reais possibilidades da reorganização de um pensamento teórico, a partir das experiências lutas sociais.

Neste sentido, construir conhecimentos de/na fronteira, é romper com o silenciamento historicamente imposto, alargando o potencial da produção do conhecimento em contato com os movimentos sociais, no vigor e na intensidade de suas lutas sociais, na imensa maioria das vezes distantes das realidades, tão acinzentadas pelo discurso acadêmico. Nesta direção Boaventura de Sousa Santos afirma que “o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato” (SANTOS, 2003: 32). Convergente a estas ideias, Irandi de Jesus, uma assentada de reforma agrária do Movimento dos Sem Terra diz que “a universidade é um lugar frio. Achamos estranho que formem pessoas num ambiente assim e longe da realidade. Nós aprendemos com a realidade, lutando, dialogando” (JESUS *apud* LAGE, 2005: 382).

De fato, restituir o vigor da realidade, significa ir contra o argumento da redução, na medida em que cria condições para afirmação da complexidade das relações entre poderes e das lutas dos movimentos sociais, que confrontando estas relações apontam alternativas possíveis e credíveis para a produção do conhecimento com princípio de solidariedade,

tal como refletimos anteriormente na voz de Boaventura de Sousa Santos. Em face a isto é que podemos pensar na Epistemologia de Fronteira, como caminho epistemológico que pode contribuir com produção de conhecimentos científicos-militantes, construídos nos lugares das lutas dos e com os movimentos sociais.

Referências

- ALVARES, Claude. Ciência, *in* Wolfgang Sachs (edit), *Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes, 40-59, 2000
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2002.
- ESCOBAR, Arturo. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática, *in* Boaventura de Sousa Santos (org), *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 605-630, 2003.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal*. Volume I – *Dissertação de Doutoramento*. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, 2005a.

- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume II – Diários do Trabalho Empírico*. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, 2005b.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniales y eurocêntricos, in Edgardo LANDER (org), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO Y UNESCO, 11-38, 2001.
- MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da «ciência»: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica, in Boaventura de Sousa Santos (org), *Conhecimento prudente para uma vida decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 631-672, 2003.
- NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização, in Boaventura de Sousa Santos (org), *Globalização: Factalidade ou utopia*, Porto: Edições Afrontamento, 299-338, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 14ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. Cole-

ção: Questões de nossa época, Vol. 120. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa *et al.* Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo, *in* Boaventura de Sousa Santos (org), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, 19-101, 2004.

Sociologia das ausências: Para romper com a invisibilidade das lutas por educação dentro movimentos sociais

Sociologia das Ausências: para desvelar o real

O quadro teórico da Sociologia das Ausências desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (Santos 2003; 2002), procura demonstrar que aquilo que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, como uma alternativa não-credível ao que existe. A questão da não-existência incide então numa invisibilidade produzida, numa descredibilidade construída de modo a apontar cenários sem alternativas.

Nestes termos a Sociologia das Ausências é concebida como um novo conhecimento de leitura do mundo, que contempla uma realidade mais ampla, na qual inclui uma diversidade baseada fora do espectro das experiências difundidas e que vai além de uma verdade produzida como universal. Tendo por base estas questões a Sociologia das Ausências procura “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS,

2003: 743).

Se, por um lado, a diversidade das experiências sociológicas parece ter sido suprimida do rol hegemônico das experiências credíveis, por outro, a arrogante ideia de consenso imposta às sociedades dos países periféricos e semiperiféricos, vem reforçar o argumento de que as propostas neoliberais são as únicas possibilidades credíveis para superar as condições de subdesenvolvimento das sociedades. Nesta direção, Boaventura de Sousa Santos reflete sobre os diferentes consensos que constituem o consenso neoliberal e que partilham de uma ideia-força que, como tal, constitui um metaconsenso. “Essa ideia é a de que estamos a entrar num período na qual desaparecem as profundas clivagens políticas e as rivalidades imperialistas entre os países hegemônicos que, no século XX, provocaram duas guerras mundiais, dando origem à interdependência entre as grandes potências, à cooperação e à integração regionais” (SANTOS, 2001: 33).

De fato, há uma estratégia de poder que visa silenciar alternativas de forma a difundir uma percepção de falta de opções ao modelo dominante. Neste contexto é possível encontrar argumentos fortes que suportam a ideia da falta de alternativas ao modelo neoliberal, sendo este a única alternativa credível para o desenvolvimento global das sociedades. Com estes argumentos tenta-se impedir que muitas outras experiências fora do eixo hegemônico sejam visibilizadas por não estarem alinhadas com seus princípios coloniais.

Convergente com esta ideia é a perspectiva de Arriscado Nunes (2001) que defende a ditadura do que tem vindo a ser denunciado como «pensamento único» da globalização hegemônica, assenta na naturalização do neoliberalismo da or-

dem social vigente nas sociedades do hemisfério Norte e que longe, de restituir autoridade à teoria, veio acentuar a desconfiança perante tentativas de enumerar sistemas globais de explicação do mundo e da sociedade (NUNES, 2001: 297-298).

Sobreviver fora deste sistema de explicação provoca uma série de rupturas por vezes difíceis de manter como credíveis, em face de outras estratégias que se cruzam e se impõem por meio de recursos, de formas de poder ou por penalidades às transgressões. Sucede, então, uma invisibilidade produzida por uma lente viciada em padrões hegemônicos de sociabilidades e de racionalidades, construindo, assim uma cegueira quase generalizada a tudo o que não é hegemônico.

Deste modo, ergue-se uma indiferença social, baseada em pressupostos de subalternidades, que torna difícil a percepção social da credibilidade das experiências contra-hegemônicas. É perante este desafio da invisibilidade imposta, que Boaventura de Sousa Santos concebe a Sociologia das Ausências.

A produção social destas ausências resulta na subtracção do mundo e na contracção do presente e, portanto, no desperdício da experiência. A sociologia das ausências visa identificar o âmbito dessa subtracção e dessa contracção de modo a que as experiências produzidas como ausentes sejam libertadas dessas relações de produção e, por essa via, se tornem presentes. Tornar-se presentes significa serem consideradas alternativas às experiências hegemónicas, a sua credibilidade poder ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemónicas poderem ser objecto de

disputa política. A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta da experiência social em desperdício da experiência social. Com isso, cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por essa razão, contribui para ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só porque aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro (SANTOS, 2003: 746).

Nesta medida, a nova lente disponibilizada pela Sociologia das Ausências para se olhar a realidade, pode trazer de volta uma grande diversidade de experiências sociais. Se, por outro, o olhar de subalternidade oculta muitas experiências sociais, por outro lado, os reflexos deste olhar servem de espelho para que muitas iniciativas ocultadas, negadas e subtraídas despertem, nos seus próprios atores, sentimentos de insuficiência, de vergonha, de fracasso e de culpabilidade.

Em face dessas condições é que muitas vezes, não se consegue avançar tendo em conta as possibilidades que muitas iniciativas no âmbito dos movimentos sociais oferecem. Contudo, independentemente manto da invisibilidade imposto, um significativo número de experiências tem rompido com o estatuto de subalternidade, criando e recriando espaços de inclusão que dão expressão à potencialidade crítica e inovadora destas iniciativas, oferecendo explicações aos problemas que a visão hegemônica de mundo deturpou.

Nessa esteira, o invisível, o não existente tem uma concre-

tude física e sociológica e a ideia do aparente vácuo desfaz-se quando estas experiências-alternativas são iluminadas, tornando-se visíveis e passam a servir de referência para novos caminhos.

Por outro lado há uma grande dificuldade em (re)atribuir significados a essas experiências, restituindo-lhes o seu significado e credibilidade, caso estas se mantenham dentro da estrutura analítica que as expulsou do cenário das alternativas, esvaziando-o. É neste sentido, que o objeto empírico da Sociologia das Ausências, segundo Santos, é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura - estudar ausências por ela mesma produzida -, tanto ao nível sociológico quanto ao nível cognitivo (SANTOS, 2003: 743).

Outro aspecto do quadro teórico da Sociologia das Ausências é a crítica à razão metonímica da ciência, que devido a sua hegemonia, ancora a ideia da totalidade. Nesta acepção, Boaventura de Sousa Santos reflete sobre os impactos que esta razão produz, a partir de uma leitura ocidental de compreensão do mundo.

“A razão metonímica não é capaz de aceitar que a compreensão do mundo é muito mais do que a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, para a razão metonímica nenhuma das partes pode ser pensada fora da relação com a totalidade. (...) Assim, não é admissível que qualquer das partes tenha vida própria para além da que lhe é conferida pela relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade. Por isso, a compreensão do mundo que

a razão metonímica promove não é apenas parcial, é internamente muito selectiva. A modernidade ocidental, dominada pela razão metonímica, não só tem uma compreensão limitada do mundo, como tem uma compreensão limitada de si própria” (SANTOS, 2003: 740).

A visão hegemônica do mundo é apenas uma das várias visões que, ao impor o seu domínio reduz a realidade social à sua verdade anunciada como única e, não como parte de um todo e, por isso, defendida como aquela que é universalmente válida. Nesse sentido, a ideia da totalidade passa pela (des)incorporação do que a ciência não conseguiu captar ou apropriar-se, ou ainda, do que esta não se interessou em validar como realidade.

Neste sentido, João Arriscado Nunes discute a questão da linguagem como condicionante de voz e compreensão do mundo. Assim, afirma que as linguagens condicionam o que pode e o que não pode ser dito, aquilo a que se dá voz e aquilo que é silenciado, o que é e o que não é pensável. Diz ainda, que a linguagem é uma dimensão constitutiva do conhecimento, dos seus objetos e das suas inscrições em textos, imagens, representações gráficas ou outros objetos. É através dessas inscrições que o conhecimento adquire uma experiência material que o torna comunicável, transportável, reapropriável e manipulável (NUNES, 1999: 38).

De fato, a linguagem tanto se pode construir como espaços de poder como em espaços de subalternidades. Se por um lado os espaços de poder e hierarquização são vincados a partir das referências estabelecidas pela ciência, por outro é também verdade que a linguagem constitui-se num impor-

tante filtro segregador de formas de estar e viver o mundo.

A importância e a credibilidade da experiência passam pela capacidade desta se inserir e de se alinhar com a retórica científica, a mais poderosa de todas as linguagens. Deste modo, a produção de ausência é de longe inocente, pois corrobora para vincar a ideia de um pensamento único que credibiliza apenas o que é consistente e alinhado com os seus objetivos hegemônicos. A não atribuição de credibilidade às realidades sociais, fora da totalidade hegemônica, converge com a ideia de retirar às experiências em curso, o estatuto de alternativa visível e credível ao modelo neoliberal. Assim, a não existência de inúmeras experiências sociais furta do mundo uma rica realidade.

Para Prigogine & Stengers (1992; 1996) a construção de novas inteligibilidades ocorre pela articulação de dimensões físicas à dimensões humanas. Acrescenta ainda que a ciência é obra humana e não um destino implacável. Nesta medida, no processo de produção científica é impossível a separação entre o objeto do conhecimento e o sujeito que conhece, mesmo porque só conhecemos do real o que se expressa nessa relação. De fato, a construção da ideia da realidade passa por esta relação, que só ocorre a partir de escolhas feitas sobre o que se quer conhecer e o que se pretende conceber por realidade. O que não estiver dentro destas escolhas entra no espectro da inexistência.

Para Boaventura de Sousa Santos, há produção de inexistência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou é descartada de modo irreversível. Acrescenta ainda que, o que une as diferentes lógicas de produção de inexistência é serem todas elas manifestações da

mesma monocultura racional. Neste sentido, distingue cinco lógicas de não-existência (SANTOS, 2002; 2003).

A *lógica da monocultura do saber e do rigor do saber*, segundo Santos (2003) é o modo de produção de não-existência mais poderoso. Esta consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as “duas culturas” reside no fato de ambas arrogarem ser, cada uma no seu campo, cânones exclusivos de produção de conhecimento ou de criação artística. Tudo o que o cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente. A não-existência assume aqui a forma de ignorância ou de incultura (SANTOS, 2003: 744).

A *lógica da monocultura do tempo linear* é, para Santos (2003), a ideia de que a história tem um sentido e uma direção únicos e conhecidos. Esse sentido e essa direção têm sido formulados, segundo Santos, de diversas formas nos últimos duzentos anos: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. Comum a todas estas formulações é a ideia de que o tempo é linear e que na frente do tempo seguem os países centrais do sistema mundial e, com eles, os conhecimentos, as instituições e as formas de sociabilidade que neles predominam. Esta lógica produz a não-existência, declarando atrasado tudo o que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é declarado avançado (SANTOS, 2003: 744).

A *lógica da classificação social*, para Santos (2003) assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam as hierarquias. A classificação racial e a classificação se-

xual são as mais salientes manifestações desta lógica. Santos, afirma ainda que de acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque é natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior (SANTOS, 2003: 745).

A *lógica da escala dominante*, de acordo com Santos (2003) refere-se àquela em que a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas. Assim prossegue dizendo, que o universalismo é a escala das entidades ou realidades que vigoram independentemente de contextos específicos. Tem, por isso, precedência sobre todas as outras realidades que dependem de contextos e que por essa razão são consideradas particulares ou vernáculas (SANTOS, 2003: 745).

E, por fim, temos a *lógica produtivista*, que segundo Santos (2003), assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que melhor serve esse objetivo, pois nesta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (SANTOS, 2003: 745-746).

De fato, tal como argumenta Boaventura de Sousa Santos, estas lógicas de não-existência - o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo - estão presentes como obstáculos em relação às realidades propagadas como avançadas, superiores, globais ou produtivas, sendo concebidas como partes desqualificadas de totalidades hegemônicas. Contudo, na

nossa forma de ver, restituir o significado de totalidade, para romper com o estatuto de inferioridade a essas experiências, não é um exercício assim tão fácil.

Primeiro porque os instrumentos disponíveis apontam-nas como particularidades – e até mesmos entraves – e, como tal, têm pouca importância perante o argumento da realidade-verdade. Neste sentido, importa questionar quais são os instrumentos que poderão imbuí-las de novos significados, ao mesmo tempo em que subtrai a carga de hegemonia presente nas monoculturas anteriormente apresentadas. Perante isto, o resgate da visibilidade destas realidades subalternizadas, que faz reaparecer outras totalidades, traz consigo uma cautelosa ousadia. Cautelosa no sentido de evitar que o processo de recuperação da visibilidade possa conduzi-las a novas subalternidades, caso as experiências sejam reconduzidas para dentro da totalidade hegemônica, e ousadia no sentido de apontar o exterior, não como um estar fora, mas como um conjunto de outras totalidades autônomas que negam a redução do mundo. Neste sentido, o argumento de Boaventura de Sousa Santos, refere que a dilatação do presente está assente em dois procedimentos que questionam a razão metonímica nos seus fundamentos.

O primeiro consiste na proliferação das totalidades. Não se trata de ampliar a totalidade proposta pela razão metonímica, mas de fazê-la coexistir com outras totalidades. O segundo consiste em mostrar que qualquer totalidade é feita de heterogeneidade e que as partes que a compõem têm uma vida própria fora dela. (...) Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são

várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear (SANTOS, 2003: 743-744).

Nesta medida, a coexistência de totalidades contem, de forma intrínseca, a ideia da ecologia – multiplicidade e interdependência - dentro da diversidade da experiência social do mundo. Assim, a perspectiva da coexistência e interdependência cria a impossibilidade da discriminação e do descrédito das práticas de resistência e de produção de alternativas contra-hegemônicas, fulcrais à inibição dos processos de produção de não-existência, que produz invisibilidade social e cognitiva.

Para cada uma das monoculturas anteriores, Boaventura de Sousa Santos propõe um tipo de ecologia que recupere as possibilidades da diversidade e da riqueza social²⁰. Nesta medida, as ecologias propostas - saberes, temporalidades, conhecimentos, trans-escalas e produtividade – reinscrevem realidade(s) ampliada(s) nas quais é possível pensar novas al-

²⁰ Segundo Sílvia Ribeiro, membro do Grupo de Acción sobre Erosión, Tecnología e Concentración, escritório do México, “a diversidade cultural interage de maneira dinâmica com a diversidade biológica, assim como a diversidade agrícola e cultivada interage com a diversidade silvestre, num processo contínuo recíproco, em que todos os fatores se alimentam e se nutrem entre si. Isso explica que as áreas de maior biodiversidade no planeta coincidem com as áreas de maior diversidade cultural. A diversidade é um elemento fundamental de todos os sistemas vivos para conseguir a sua estabilidade como sistema e, portanto, a sua sustentabilidade. Os camponeses não produzem maior diversidade por razões ideológicas ou por princípio, mas para conseguir a melhor adaptação - e, portanto, o melhor aproveitamento — nas condições em que se encontram.” (Ribeiro, 2003: 53).

ternativas a partir de diversos exemplos de iniciativas contra-hegemônicas.

Ainda neste contexto, Santos argumenta que, comum a todas estas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla de realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes (SANTOS, 2003: 750). Assim, a ideia das ecologias vislumbra a possibilidade de novas relações de diálogo e complementaridade entre as várias partes que constituem as possibilidades de interação, sem hierarquias que sobreponham ou subalternizem práticas sociais; a relação é de interdependência, segundo o princípio fundamental da ecologia. Conforme alude Boaventura de Sousa Santos, os cinco tipos de ecologias são os seguintes (SANTOS, 2002; 2003):

A ecologia de saberes, questiona a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos, através identificação de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados como não-existentes pela razão metonímica. Acresce dizendo que deste princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes. O que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância (SANTOS, 2003: 747).

De fato, o princípio da incompletude, presente em todos os saberes é fundamental para se pensar novas possibilidades de relações entre estes. A ideia da ecologia insere-se assim, numa perspectiva que visa criar espaços nos quais sejam pos-

sível estruturas de interações mais democráticas que levem em conta o contributo dos saberes, não numa disputa epistemológica, mas como um campo de possibilidades de enriquecimentos mútuos. Contudo, importa elucidar que as relações entre saberes terão que ir buscar processos que diminuam as clivagens, afastando as possibilidades de que novos sistemas de apropriações e de subalternidade reapareçam, na medida em que se criam condições para um alinhamento ou intersecção com os outros tipos de ecologias.

A *ecologia das temporalidades* confronta a lógica da monocultura do tempo linear com a ideia de que o tempo linear é uma entre as muitas concepções de tempo e com a ideia de que, considerar o mundo como a nossa unidade de análise, não é sequer a concepção mais praticada. Santos prossegue afirmando que uma vez recuperadas e conhecidas essas temporalidades, as práticas e as sociabilidades que se pautam por elas, tornam-se inteligíveis e em objetos credíveis de argumentação e de disputa política. (SANTOS, 2003: 748-749).

A questão da simultaneidade é fulcral para desconstruir a ideia do tempo linear como referência única de presente. Partindo do pressuposto que o tempo presente contém em si uma constelação de temporalidades, e que estas convivem não só em espaços distintos, mas também em espaços comuns, torna-se necessário romper com mecanismos que afirmam as hierarquias. A transgressão desta se faz de fato, quando se estabelece uma estrutura interativa de temporalidades que suporta os embates por disputa de hegemonia. Assim o tempo presente deverá ser aquele que se intensifica diante todas as temporalidades e não aquele que se esvazia para privilegiar a uma única noção. A articulação da ecologia das temporalida-

des com outras ecologias poderá fornecer elementos importantes para expandir a ideia do presente, na medida em que são integradas, em relações não estratificadas, outras temporalidades.

A *ecologia dos reconhecimentos* é a lógica da classificação social onde a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes e só derivadamente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que são protagonistas. Este autor afirma ainda que a Sociologia das Ausências confronta-se com a colonialidade, procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais - uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos (SANTOS, 2003: 749).

O desafio da descolonização começa pelo questionamento da ideia de igualdades e de diferenças que, no modelo hegemônico se apresentam fundamentalmente ancoradas na ideia de hierarquias. A construção cultural acerca das subjetividades subalternas encontra terreno fértil para naturalizar diferenças biológicas em diferenças sociais, condenando a diversidade humana ao cerceamento das suas possibilidades para a procura de um padrão único. Assim, o caminho para a igualdade é defendido, não apenas pela via da equidade, mas também pela via da homogeneização de subjetividades e práticas sociais.

Santos (2003) discute ainda a possibilidade de diferenças iguais, a partir dos reconhecimentos mútuos. Nesse sentido, importa refletir sobre os caminhos para essa aproximação de diferenças, sem as descaracterizar, preservando as características para que os encontros possam resultar também em en-

riquecimentos mútuos. Assim, pensamos igualmente que as demais ecologias podem oferecer um contributo significativo para criar as condições necessárias para uma ecologia dos re-conhecimentos.

A ecologia das trans-escalas, confronta a lógica da escala global através da recuperação do que o local, não é efeito da globalização hegemônica. Desta forma exige que o local seja conceitualmente desglobalizado, a fim de identificar o que nele não foi integrado na globalização hegemônica e que ele tem existência própria. Acresce ainda que ao desglobalizar o local relativamente à globalização hegemônica, a Sociologia das Ausências explora também a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica. Assim, conclui dizendo que a Sociologia das Ausências exige, neste domínio, o exercício da imaginação cartográfica, para ver em cada escala de representação não só o que ela mostra, mas também o que ela oculta (SANTOS, 2003: 749).

Desagregar a ideia do local da relação, com o global pode ser um passo importante para se pensar a questão da ecologia das trans-escalas. Se, por um lado, o local, ao contrário do que se pensa, não é consequência da globalização, mas vem antes dela, por outro, é apropriação deste pela globalização o coloca numa perspectiva de subalternidade, à medida que insere elementos globalizadores. Ao Globalizar o local, e fazendo-o dentro de uma estrutura hierárquica, as suas potencialidades são transformadas em obstáculos, face ao projeto de globalização do mundo, na medida em que lhe é retirada toda a sua diversidade. Nesta acepção, importa visibilizar as possibilidades de articulações entre local/global que possam suscitar fortalecimentos mútuos entre espaços e soci-

abilidades, sem prescindir do contributo que as outras ecologias podem oferecer.

A *ecologia da produtividade* consiste na recuperação e na valorização dos sistemas alternativos de produção das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc. que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou. Este é, talvez, o domínio mais controverso da Sociologia das Ausências, segundo Santos, uma vez que põe diretamente em questão o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito. Acresce que, no entanto, hoje é evidente que este paradigma e esta lógica nunca dispensaram outras formas de produção e apenas as desqualificaram para mantê-las na relação de subalternidade. (SANTOS, 2003: 749-750).

De fato, é neste campo que a ideia do alternativo tem uma conotação mais subalternizada porque disputa com o cerne da hegemonia - o desenvolvimento econômico. Subverter a lógica econômica, contrapondo-a com outras lógicas que vão além de critérios economicistas, é desafiante, na medida em que todos os instrumentos do sistema produtivo são encarados como resultados financeiros tangíveis.

Neste sentido, a ecologia da produtividade poderá ser uma alternativa, na medida em que agrupar as várias modalidades dos sistemas produtivos que, articulados entre si, poderão compor um tecido social e econômico capaz de sustentar diversificados sistemas produtivos, e que inter-relacionados, poderão, por um lado, responder não apenas às necessidades do mercado, mas, principalmente, às necessidades das populações locais relacionadas com os bens e serviços e, por outro lado manter um sistema de sociabilidades

que respeite as formas de vivência quotidiana de todas as sociedades.

Sociologia das Ausências – Bases para novas discussões sobre as experiências de educação

Tendo em conta as possibilidades de contribuição de cada uma das ecologias apresentadas, a Sociologia das Ausências propõe desvelar a inesgotável diversidade das experiências sociais, na medida em que amplia o universo de interação entre saberes, temporalidades, igualdades e diferenças, escalas e modos de produção, alargando o espectro das alternativas para a transformação do mundo. Contudo, importa refletir como se dará a passagem de um estágio de monocultura para um de ecologia, e que espaços e articulações terão que ser conquistados para que surjam configurações interreferenciais que possam dar conta do dinamismo e da pluralidade do mundo. Um aspecto fulcral, a nosso ver, é a ampliação do campo das ecologias, aproximando-as umas das outras, de modo a que elas próprias possam interagir a partir de combinações múltiplas.

Se a ideia de ecologia tem lastro na ideia de sistema²¹, uma reflexão importante deverá levar em conta a referencialidade deste sistema. Se uma ecologia pode ser pensada a partir de uma referência, e se considerarmos que, há muitas experiências sociais que por si só, se constituem em algum tipo de ecologia, como aproximar os sistemas-ecologia?

²¹ Na Biologia o conceito de ecologia refere-se ao conjunto de relações de interdependência dentro de um sistema visando alcançar o equilíbrio interno.

De fato, a ideia de se pensar a sociedade como um conjunto de ecologias - que concentram em si, pelo menos, os cinco tipos que refletimos anteriormente -, remete-nos a outra ideia, mais ampla e inscrita no que poderíamos designar por constelação de ecologias. Na medida em que estas, quando articuladas possam interagir entre si em relações de interdependência, resultando em fortalecimentos mútuos e complementaridades com vista a manter o equilíbrio, não como uma estratégia baseada em valores de solidariedade, mas como o único caminho que assegura a vitalidade de cada sistema ecológico.

Se assim for, lutar contra o desequilíbrio das relações entre ecologias e dentro destas, constituir-se-á num exercício permanente de sobrevivência de todas as ecologias. Dessa maneira, realizar a passagem de uma monocultura para uma ecologia, tornar-se-á não um embate de forças entre a hegemonia e a contra-hegemonia, mas um somatório de forças que visa assegurar a possibilidade do futuro ainda não conquistado.

Perante a necessidade de se pensar em espaços de realizações possíveis para estas múltiplas interligações, entre as várias ecologias - um espaço que seja extra-ecologia ou um espaço das trans-ecologias - é que consideramos ser importante discutir a ideia de fronteiras/margens, como o lugar social das transgressões, no qual habitam identidades subalternizadas pela hegemonia - mas não submissas.

Assim, a Sociologia das Ausências nos leva a pensar a educação num processo de ecologia e não mais na monocultura da escola. Nessa direção os movimentos sociais estão a apontar inúmeras experiências educativas que a apontar no-

vos caminhos para a educação, inclusive a escolar. O que necessário é romper com a ausência destas iniciativas do cenário da educação no Brasil e visibilizar os processos educativos que estão a transformar identidades iletradas em identidades que estão não só se apropriando da leitura dos livros, indo além estão a ler o mundo.

Referências

- NUNES, João Arriscado. Para além das «duas culturas»: tecnociências, tecnoculturas e teoria crítica. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 52/53, fevereiro, p: 15 – 60. Coimbra: CES, 1999.
- NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: Santos, Boaventura de Sousa (org). *Globalização: Factalidade ou utopia*. Coleção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. p:297-338. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- PRIGOGINE, Ilya, STENGERS, Isabelle. *Entre o tempo e a eternidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- RIBEIRO, Sílvia. Camponeses, biodiversidade e novas formas de privatização. In: CARVALHO, Horácio Martins de (org), *Sementes: património do povo a serviço da humanidade (subsídios ao debate)*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. O Outro Estado da Nação. In: *Revista Visão*. 28 de Junho de 2001. Porto: Visão, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Globalização: Factalidade ou utopia*. Coleção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. p:31-106. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

Pedagogia dos movimentos sociais: Uma Leitura da Obra de João Francisco De Souza

Refletir sobre a pedagogia nos movimentos sociais, a partir da obra de João Francisco de Souza é um desafio, pelo o que representou sua vida acadêmico-militante e pelo tamanho e profundidade de seu pensamento teórico-prático, construído a partir do diálogo com os movimentos sociais populares.

Entre tantos escritos, por se tratar de uma obra vasta, peguei emprestada alguns aspectos de seu discurso para dizer um pouco sobre a pedagogia dos movimentos sociais, segundo sua percepção. Neste sentido três obras me ajudaram nesta empreitada:

- Pedagogia da Revolução: Subsídios (1986 e 2007);
- A democracia dos Movimentos Sociais Populares: uma comparação entre Brasil e México (1997);
- ¿E a Educação Popular: Quê? (2007).

Assim, escolhemos comentar uma obra a cada 10 anos e nos últimos 30 anos.

Pedagogia da Revolução

Em “Pedagogia da Revolução”, Souza (1986; 2007) procurou focalizar o movimento educativo em Pernambuco, que aconteceu entre o final da década de 1950 até o golpe de 1964, trabalhando com o conceito de crise orgânica, que foi categoria central de análise e onde buscou olhar educação popular como prática pedagógica.

A crise orgânica, segundo Souza (1986; 2007), representa concretamente uma exigência de transformação social (revolução) ou de adaptação social (reforma) determinada, mas não necessariamente, por alterações da produção, mas sempre com a mediação do movimento de classe e especificidades conjunturais. Acrescenta por fim, que crise no Nordeste/Pernambuco, objeto de seu estudo, se faz orgânica pela emergência da classe popular na luta pela sua hegemonia.

Souza Inicia este estudo partindo e assumindo que pedagogia e movimentos educacionais só emergem em contexto de crise, especialmente se esta se faz orgânica, ao perceber que as grandes teorias educacionais, ou seja, as pedagogias, conforme ele mesmo afirma, só emergem nesses momentos. Isto segundo este autor revela como a sociedade produz e reproduz sua existência como resultante da luta entre diversas forças sociais constituídas pelo movimento de produção e reprodução de suas condições materiais.

Quando a educação está fundamentada no seio da crise orgânica, e efetivamente comprometida com os interesses imediatos e históricos da classe popular em função da sua cidadania, indica a perspectiva de sua hegemonia. E isto, segundo este estudo de Souza (1986; 2007), estava presente no discurso do Governo Miguel Arraes, daquela época. A esta

pedagogia, João Francisco de Souza chamou de Pedagogia Emergente.

A partir da análise do que denominou de pedagogia emergente, procurou inferir subsídios para uma Pedagogia da Revolução, ou seja, uma pedagogia capaz de fundamentar uma educação que possa contribuir para a emancipação da classe trabalhadora e do Brasil. Neste sentido afirmava ainda, que a inferência que faz da pedagogia emergente é que se tratava de uma proposta pedagógica na perspectiva da pedagogia da revolução, pelo seu propósito de levar a classe trabalhadora a pensar coerentemente e, de modo unitário, sua situação e seu papel histórico na luta por sua hegemonia.

Para Souza, o princípio educativo, de certa forma recuperação/superação do conjunto dos objetivos da educação para a cidadania popular, numa pedagogia da revolução, significava trabalhar com as diversas camadas da classe expropriada, na educação escolar e extra-escolar, debater com elas seus problemas, os problemas nacionais à luz de seus interesses imediatos/históricos, de seu saber e dos conhecimentos científicos disponíveis, buscando, através de suas diversas organizações, meios e recursos para resolvê-los na perspectiva da hegemonia popular. Nesse processo, novos conhecimentos capazes de superar a dicotomia saber popular x conhecimento científico seriam então produzidos e sistematizados para se constituírem instrumentos da humanização do ser humano.

Assim, a ênfase de uma Pedagogia da Revolução, segundo Souza, é, pois, na perspectiva da hegemonia popular, a produção de um conhecimento unificado ou de uma cultura popular. Isso significa que só é possível realizar-se a partir

do mundo das camadas da classe popular, da compreensão de seus clamores, de suas esperanças, de suas reivindicações, de seus projetos na perspectiva de sua hegemonia. Uma Pedagogia da Revolução emerge como um processo de conhecimento/transformação da realidade das camadas da classe trabalhadora pela formação do homem apto à direção desse processo.

Neste sentido parece certo afirmar que a consciência da capacidade de organizar uma evolução ou construí-la quotidianamente, ou ainda de se fazer revolucionário/a, passa essencial por uma pedagogia crítica e esclarecedora, que possa contribuir efetivamente para que os sujeitos enxerguem e se enxerguem como possibilidade de construção de novas hegemônias. E isto para João Francisco de Souza é uma Pedagogia da Revolução.

A democracia dos Movimentos Sociais Populares: uma comparação Brasil e México

Na obra “A democracia dos Movimentos Sociais Populares: uma comparação Brasil e México”, Souza (1997) reconstitui e analisa as representações sociais de dirigentes populares e intelectuais sobre democracia: dirigentes que atuam social e politicamente nas organizações rurais ou urbanas populares no Brasil e México, e intelectuais que têm uma atuação profissional junto a estas organizações.

Com o objetivo de identificar e definir as representações sociais sobre democracia no período de 1985 e 1995 na América Latina buscou compreender como a dinâmica e funcionamento das organizações populares, principalmente no inte-

rior dos movimentos sociais populares, podem estar proporcionando a construção de representações sociais que contribuam com o debate e a concretização da democracia naquele período.

Para tanto, a reconstituição das representações sociais de movimentos sociais sobre democracia de intelectuais e dirigentes populares brasileiros e mexicanos foi realizada em cinco temas:

- *democracia e economia*, representada sobretudo como as possibilidades de luta organizada e livre de repressão pela construção das condições materiais da existência;
- *democracia e política*, que implica os problemas de representação política, da participação eleitoral, decisão e gestão dos interesses públicos, remete portnato às relações de poder em diferentes e incidências sociais e pessoais, à democracia como princípio de legitimidade;
- *democracia e movimentos sociais populares*, ou seja a democracia como princípio de organização interna e dinâmica da vida organizacional, ganhando relevo a construção de uma cultura democrática no interior dos movimento sociais e nas relações com organismos sociais e políticos com os quais se defrontam em suas lutas, incluindo as agências e governos locais, estaduais e federal;
- *democracia e intersubjetividades*, pelo fato de que com maior ou menor intensidade, essas organizações são espaços onde as pessoas lutando por melhores condições

de vida integram à luta contra a submissão e a opressão, a conquista do respeito à dignidade, do respeito às diferenças, pois buscam construir a capacidade de agir, de emocionar-se, de refletir e superar suas limitações.

- *finalidade da democracia*: pessoa e palavra, como condição de afirmação social de seu ser pessoa, independente da sua condição social, da etnia, da idade, da religião e de seu lugar na produção, considerando que a constituição da pessoa se dá, não apenas pela ação econômica, mas sobretudo pela atuação política, „por meio do agir coletivo, da afirmação da intersubjetividade, condição de construção de subjetividades. Para os intelectuais, participantes dos movimentos sociais populares, os processos de reconhecimento implicam a capacidade de identificar e respeitar o que os populares sabem, o seu conhecimento, mas ao mesmo tempo a competência de ajudá-los a construir um novo saber.

As observações de Souza (1997) o levaram a ideia de uma sociedade em democratização e não apenas de um sistema e regime políticos democráticos. Este autor não nega importância dessas relações, mas elas não aparecem de forma contundente nas representações sociais dos participantes da pesquisa. Em face disso, os movimentos sociais acreditam e desejam que os sistemas vigentes funcionem regularmente, mas estes não preenchem o imaginário dos intelectuais e dirigentes das organizações populares, alegando que isto é muito pouco, muito pobre.

Os desafios aos movimentos sociais populares existentes para João Francisco de Souza são a possibilidade de garantir

o aprofundamento, a extensão e a radicalização das democratizações que possam vir a configurar um socialismo latino-americano. Nessa direção, afirma que a perspectiva dos segmentos sociais cobertos no Brasil e no México é de uma democracia como possibilidade da constituição de outras relações sociais, tanto no nível do exercício do poder como do cotidiano, da convivência, das intersubjetividades que possibilitem a afirmação da autonomia das pessoas, e a sua livre expressão na busca da justiça e da consolidação da democracia como um *modus vivendi*.

As conclusões desta obra apontam para a ideia de democracias: como possibilidade da luta organizada e livre pela qualidade de vida dos trabalhadores; como possibilidade de articulação popular; como desenvolvimento integral da pessoa; e como uma construção em aberto.

¿E a educação popular: Quê?: Uma pedagogia para fundamentar a educação inclusiva escolar, necessária para o povo brasileiro

O terceiro e último livro desta breve análise é o “¿E a educação popular: Quê?: Uma pedagogia para fundamentar a educação inclusive escolar, necessário a para o povo brasileiro” e com ele João Francisco de Souza pretendia que mais educadores e educadores compreendessem as razões de seu agir, as intencionalidades de sua ação e as formas de fazer, pois se assim fosse, mais se afirmariam na própria identidade pessoal e profissional, garantindo transcendência à prática docente, escolar ou não, e contribuindo para a configuração da práxis

pedagógica.

Buscou avançar no sentido da concepção de Práxis Pedagógica como ação social coletiva da instituição na qual se inter-relacionam, conformando uma unidade: as práticas docentes, discente, gestora e epistemológica ou gnosiológica, permeadas pela afetividade na busca de garantir sua contribuição à construção da humanidade do ser humano, em todas as suas feições.

Esta obra, dividida em nove temas, apresenta em seu segundo tema à Educação Popular e Movimentos Sociais no Brasil, onde dá uma centralidade aos movimentos sociais como um *locus* educativo.

João Francisco de Souza inicia este tema afirmando que os movimentos sociais populares têm constituído um espaço permanente de confronto de saberes, num processo em que as necessidades populares se transformam em demandas sociais e se elaboram propostas para sua satisfação, que são os projetos emergenciais e históricos. Afirma ainda que é necessário aprofundar a compreensão da forma como opera a dimensão pedagógica tão valorizada no discurso dos intelectuais, que está sendo apropriada pelos dirigentes dos movimentos sociais populares.

Ainda neste tema faz uma reflexão sobre questão do saber popular e o pensamento científico. Segundo Souza (2007) os processos atualmente vividos nos movimentos sociais populares, ou seja, no embate entre intelectuais e populares, se revelam como um caminho ou um instrumento para superação das antinomias existentes entre o pensamento científico e o saber popular.

Ainda para este autor, os saberes populares e científicos

encontram-se muito fragmentados. Os primeiros, sobretudo pelo desenraizamento que significam as situações de desemprego, a condição de migrante, à perda de cultura da socialização sem uma ressignificação, à existência na favela ou a falta da terra para trabalhar.

Os saberes dos intelectuais, não são segundo Souza (2007), a única e verdadeira interpretação das realidades naturais e culturais. No entanto, a cultura acadêmica não deixa de ser um conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e trata-se de outra expressão particular da nossa sociedade. Sendo assim, a busca de confronto entre estas duas formas de conhecimentos, os processos dialógicos entre ambos podem levar à formulação de um conhecimento humano mais consistente, amplo e propulsor das reformas culturais necessárias aos nossos tempos de globalização predatória.

Souza avança nesta discussão quando estabelece o lugar do saber, como a forma mais ampla de inteligência humana, e ao mesmo tempo, instrumento de sua ação social. Complementa dizendo que inclui como manifestações particulares específicas, conhecimentos, tecnologias e ciências. Por fim diz que o saber não se reduz apenas a isso, mas comporta elementos éticos, políticos e estéticos.

Uma compreensão da obra de João Francisco de Souza

As três obras juntas formam um tripé pedagógico que vem se consolidando nos movimentos sociais populares como um caminho para emancipação. Desde a pedagogia da revolução este autor vem trazendo a tona o discurso e os caminhos para

o uma pedagogia da revolução capaz de fundamentar uma educação que possa contribuir para a emancipação da classe trabalhadora do Brasil, que se fortalece na questão das representações democráticas e se consolidada com a discussão do saber e da construção dialogada entre saberes popular e pensamento científico.

A nossa compreensão, a partir dessas três obras, no leva a olhar os movimentos sociais populares e inferir que a experiência educativa, forjada na práxis da luta política dentro dessas organizações, resulta numa na formação de uma identidade revolucionária, na qual forja um novo sujeito, capaz de confrontar a classe dominante sobre sua própria condição de classe opressora, por meio da luta organizada dentro dos movimentos sociais, na qual capacita seus sujeitos, antes isolados, a questionarem as condições estruturais dos fenômenos sociais que violentamente os colocam na condição de oprimidos e levam a ousadia do pensar revolucionário. Do querer e do fazer revolução.

A luta política protagonizada pelos movimentos sociais tornou-se um processo formativo, capaz de transformar a sociedade e as pessoas, através de uma pedagogia própria que amalgama teoria e prática, militância e intencionalidade, fazendo dessas organizações, também sujeitos pedagógicos.

Por fim, experiência de luta dos movimentos sociais populares, não se resume apenas à conquista de direito, mas principalmente na humanização de seus integrantes, alcançada por processos político-pedagógicos que dão conta da construção de subjetividades rebeldes, que protagonizam inovadoras experiências no campo da educação.

Referências

- SOUZA, João Francisco. *A democracia dos Movimentos Sociais Populares: uma comparação entre Brasil e México*. Recife: NUPEP e Bagaço Editora, 1997.
- SOUZA, João Francisco. *¿E a Educação Popular: Quê?* Recife: NUPEP e Bagaço Editora, 2007.
- SOUZA, João Francisco. *Pedagogia da Revolução: Subsídios*. Recife: NUPEP e Bagaço Editora, 1986.

As lutas políticas dos movimentos sociais por educação e diversidade

Perante as conquistas de direitos no panorama das lutas políticas pela diversidade cultural e sexual, a preocupação sobre a convivência com a diferença tornou mais eminente, à medida que diminuiu a confortável distância física que separava do cotidiano, iguais e diferentes.

Partindo do pressuposto que na contemporaneidade o sentido de colonialidade continua inspirando os comportamentos sociais hegemônicos, a ideia da diversidade surge como uma proposta a ser pensada, que tem objetivos bem definidos e abordagens diferenciadas. Nesta direção, a diversidade tem um forte caráter político que irá determinar o tipo de proposta que se intenciona trabalhar. A perspectiva poderá ir ao encontro das relações de reconhecimento e de respeito às diversidades ou a favor de um multiculturalismo baseado nas concepções da hegemonia, que tem se consagrado na ideia da coexistência pacífica entre nações, povos e etnias. Assim um conceito de tolerância entre diferenças, se afirma como modo de se propagar convivências menos conflituosas.

Longe de se afirmar como uma perspectiva emancipatória de reconhecimento, a ideia da tolerância, perde o seu poten-

cial de solidariedade e se reveste de uma carga bastante conservadora. Para Maria Irene Ramalho (2004) o conceito de tolerância reverbera uma relação perigosa com o poder, que se faz presente numa relação de dominação que colma as ideias de racismo, sexismo e heterocentrismo. Assim, afirma:

O poder pode tolerar, a falta de poder nem isso pode. O “mesmo” tolera o “outro”, mas só enquanto o “outro” não constitui ameaça à sua posição central e dominante. Mesmo reconhecendo teórica e eticamente que não há “o outro”, que todos somos “o outro”, as correlações de força rapidamente se encarregam de introduzir a assimetria. (...) A verdade é que “tolerância” rima com “arrogância”. E também com “ignorância”. E se, como nos lembra Richard Feynman, a admissão de ignorância é o princípio do saber na rejeição do dogmatismo, o que mais frequentemente se verifica é que tolerância “rima” sobretudo com racismo, sexismo e heterocentrismo (RAMALHO, 2004:148-149).

De fato, a proposta de tolerância contida nas políticas de reconhecimento, trabalha privilegiadamente a questão do sacrifício da convivência com o Outro diferente, em nome da paz entre os povos ou entre os grupos sociais. Nesta mesma direção, Maria Irene Ramalho, prosseguindo na sua reflexão, diz que a emancipação social e a cidadania plena no tecido social multicultural do nosso tempo exige não uma tolerância passiva, mas antes conhecimento e respeito mútuos, diálogo empenhado, e mútua tradução constante de ideias e valores.

Não para aceitar tudo, evidentemente, e muito menos adotar, mas para procurar compreender e oferecer a compreensão, a partir de um constante debate horizontal (RAMALHO, 2004: 153).

Contudo, importa interrogar sobre os contextos históricos a partir dos quais foram construídas as ideias sobre a diferença. Sem uma análise dos processos históricos que fundiram identidades subalternas, e sem processos de tomada de consciência social, dificilmente se poderá transformar a imagem do Outro, tanto de fora para dentro como de dentro para fora.

Indo ao encontro desta ideia, Boaventura de Sousa Santos (1993) faz uma reflexão sobre a diferença radical entre descobrir uma coisa e descobrir um ser humano: descobrir um ser humano implica reciprocidade. Quem descobre é descoberto. Se por qualquer razão esta reciprocidade é negada ou ocultada, o ato de descobrir, sem deixar de o ser, torna-se simultaneamente um ato de encobrir. A negação ou ocultação da reciprocidade assenta sempre no poder de negar ou ocultar a humanidade de quem é descoberto (SANTOS, 1993: 6 e 7).

De fato, a negação da condição de se fazer também descoberto é uma negação da humanidade do Outro no sentido em que não reconhece o Outro como sujeito, numa hierarquia com poder de também descobrir. Neste sentido, muitas lutas emancipatórias têm sido travadas por grupos subalternizados, visando o reconhecimento da diferença, e de novas formas de sociabilidades que reduzam os efeitos da exploração de nações e de classes sociais, a partir da afirmação de direitos. O que têm rompido com as formas de poder e opressão,

questionado os processos de dominação históricos, criando alternativas de reconhecimentos e de inclusão social da diferença.

Escola e hegemonia

Se a Escola tem se mantido historicamente como o lugar privilegiado da formação educacional, enquanto sistema credível, e da construção de saberes sobre e para o mundo, ela também tem se mostrado, ao longo de sua trajetória, que o seu modelo produziu vazios e construiu hegemonia.

Dentro deste contexto, a escola foi se construído como o lugar seguro da educação, pois nesta cabia o controle político do que deveria ser o projeto educativo tanto das classes dominantes quanto da classe trabalhadora. Desenhada num formato que garantisse a reprodução do pensamento das elites conservadoras por um lado e, pelo outro lado uma educação de massa que acreditasse nos lugares naturais das desigualdades e na resignação dos destinos subalternos, a escola foi se consolidando como um lugar da hegemonia.

Para Gramsci o conceito de hegemonia tem a ver com a função de direção intelectual e moral de uma classe sobre todas as outras e com a ideia de que uma classe é hegemônica quando consegue manter articulado “consensualmente” grupos sociais heterogêneos com interesses divergentes e até mesmo contraditórios, criando a unidade política em torno de sua ideologia. Segundo este autor “a realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosó-

fico” (GRAMSCI, 1981, p.52).

A ideologia vai além das articulações entre grupos das classes dominantes, na medida em que “reformadora” de consciências adquire um caráter pedagógico na reprodução tanto do imaginário social quanto das concepções dominantes de mundo, presentes nas relações sociais. Assim, o conceito de hegemonia em Gramsci amplia o seu significado ao mesmo tempo em que mantém estreitos vínculos com a educação, principalmente, porque a escola se constitui como importante locus de construção de hegemonia.

Nesta direção, o Currículo pode ser um instrumento, tanto de hegemonia quanto de contra hegemonia, de luta política. Partindo do discurso de que os currículos são universais e devem contemplar os temas para a necessária formação de um cidadão, o mesmo pode fragmentar o saber de tal modo que não seja possível construir uma compreensão crítica do mundo, apenas pela formação escolar básica ou fundamental. Institui-se assim, um longo caminho escolar da base até o topo da pirâmide, em simultaneamente com os mecanismos que vão garantir o acesso restrito aos diversos patamares que cabe a cada grupo social.

Historicamente, os currículos têm reforçado a concepção hegemônica de mundo. Deste modo, a escola tem deixado de fora um grande contingente de trabalhadores/as e de seus filhos/as, especialmente aqueles situados nas margens da sociedade de direitos, transformando-se num exército descartável de mão-de-obra, que ficará à disposição dos interesses do mercado. Nesta perspectiva Ferraro (2008), ao discutir o direito à educação no Brasil e a dívida educacional do estado com os sujeitos da exclusão, fala da dificuldade dos grupos

historicamente excluídos compreenderem que são credoras da educação:

Agora, já não é de tão fácil entendimento para as pessoas comuns, do povo, o discurso de que elas são credoras de educação escolar do Estado. Ou então de que o Estado lhes deve tantos anos de escola (rização) (FERRARO 2008, p. 274).

É certo que a classe trabalhadora na maioria das vezes não consegue aliar o défice de educação que historicamente acumularam com a ideia de um Estado que lhes é devedor. Por outro lado, sem a percepção da finalidade da escola pela classe trabalhadora, em especial pelos grupos mais excluídos, e de um contexto social que aumenta a exclusão de imediato, esses grupos acabam por abandonar a educação escolar. Nestes termos inúmeras experiências de educação que não passam pelo lugar escola são aprisionadas num patamar de inferioridade, de maneira a descredibilizar a educação produzida nos espaços ditos secundários, marginais, subalternos. Deste modo a separação de espaços cria uma dicotomia que tem duplo efeito: o de hierarquizar e o distanciar saberes e lugares sociais de educação.

No entanto, a escola enquanto locus privilegiado de socialização e de saber é também o lugar da reprodução cultural, pois nela se aprende e se aprende ser sujeito da cultura hegemônica ou ser objeto dela. Carvalho (2004) afirma que reconhece que são os discursos que legitimam a “porção cultura” a ser ensinada nas escolas. Acrescenta também, que se admite que a definição de novas formas de estruturação dos currículos demandará a compreensão dos fundamentos das teorias curriculares, constituindo a análise dos discursos que as embasaram como subsídio importante para a formu-

lação de políticas de currículo compatíveis, como processo de inclusão social. Dando continuidade ao argumento conclui que o currículo é entendido como um dispositivo cultural na determinação dos objetos de poder/saber e na produção de subjetividades (CARVALHO, 2004: 61 e 62).

De fato, o currículo tem um papel fundamental sobre as práticas sociais e um lugar importante na discussão da educação, hegemônica, multicultural ou intercultural. Sem a superação dos mecanismos de violências estruturais nos discursos dominantes não haverá contribuição para a transformação das relações sociais e de seus saberes. Pensar também estas relações sem as diferenças de poder existentes resulta em discursos que reforçam as hegemonias.

As experiências dos movimentos sociais na luta pela educação e diversidade

Os movimentos sociais têm tido a capacidade de nos apontar que existem outras maneiras de ler o futuro deste mundo, e estas outras maneiras apontam para a valorização da solidariedade, da ideia do coletivo mais forte estruturante das relações sociais, das cidadanias, e fundamentalmente de olhar o mundo a partir das concepções dos violentados, dos marginalizados, dos excluídos, dos oprimidos, dos dominados, dos subalternos.

Assim, as experiências de educação produzida no interior dos movimentos sociais traz intrínseca a concepção do aprender político, que restitui a humanização perdida pela ausência de cidadanias. Compreender a educação como um fenômeno humano produzido em situações sociais e históricas,

dentro de um processo de conquistas e elaborações sociais de significados, nos permite olhar com muita atenção às experiências de educação que vêm sendo produzidas no interior dos movimentos sociais.

Neste sentido, a educação dentro dos movimentos sociais imprime como estratégias urgentes à educação e a experiência política da luta pela conquista de novos direitos, a descoberta de novas subjetividades e a perspectiva da apropriação do saber e a reelaboração dos conhecimentos à luz das lutas sociais.

Desta forma, problematizar o saber da experiência e compreendê-lo, a partir dos processos educativos, questionando e sistematizando novos conhecimentos, é um objetivo que deveriam estar presentes nas propostas educativas de todo o sistema educacional e não apenas dentro dos movimentos sociais. Nesta perspectiva a educação pode levar homens e mulheres à autonomia, no sentido que Paulo Freire sugere, que “é a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (FREIRE, 1996:51).

De fato, o conhecimento se constrói a partir da relação entre sujeitos que se reconhecem dentro do campo da produção epistemológica, onde o conhecimento advindo de diferentes experiências formam totalidades articuladas e diferenciadas em suas concepções, que transforma o modo de pensar o mundo, e do agir do sujeito. Entender esta dinâmica que respeita as desigualdades sociais construídas e as dife-

renças de gênero, religião e de etnia, de cultura, dentro de um processo de politização e humanização da pessoa, conduz o sujeito a compreender a importância do conhecimento como uma construção histórico-social que carrega os valores e crenças de um determinado tempo.

Ao se olhar para as experiências de luta política na trama social que forja a diversidade, em primeiro lugar é necessário romper com a ausência ou a inexistência, histórica e política forjada pelo discurso hegemônico. Isto nos coloca algumas questões essenciais para discussão do tema, tais como a questão das identidades, a subalternização de grupos e saberes sociais, a colonização de saberes e a necessidade de novas categorias analíticas (metáforas sociais) que nos auxiliem a compreender melhor as experiências educativas dentro dos movimentos sociais.

Discutir estas questões se deve ao fato de que não é mais possível estudar as lutas pela diversidade protagonizadas pelos movimentos sociais com estrutura ou teorias hegemônicas, nas quais a ideia do todo é muito restrita, tornando assim inadequada. É como discute Boaventura de Sousa Santos (2002b), sobre como é possível estudar as ausências se elas foram expulsas do cenário das alternativas aos modos dominantes de ser e de saber e as grelhas analíticas só servem para descredibilizar as experiências.

Conquistas e limites da luta pela diversidade na educação

Algumas conquistas no Brasil são possíveis de se reconhecer, e estas de fato foram protagonizadas pelos movimentos soci-

ais em suas lutas políticas por direitos e afirmação de novas identidades. Estas conquistas traduzem o tamanho da pressão social que estas organizações colocam no Estado, por políticas educativas diferenciadas, que garantam a igualdades de direitos fundamentais, como o da educação.

Deste modo podemos apontar algumas conquistas e desafios dos movimentos sociais na educação, que configure as conquistas das identidades insubmissas no cenário da diversidade, pelos movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de novas subjetividades. Dentre estes podemos apontar:

Movimento feminista

As concepções feminista presente na luta avançaram na construção de novos imaginários sociais, onde a presença da mulher tem alcançados novos estatutos de visibilidade social, porém nos livros didáticos ainda estão em descompasso no que se refere à representação da mulher e do seu papel social.

Movimento indígena

Conquista da educação superior indígena ou intercultural; escolas indígenas com professores indígenas. Mas ainda continua uma tutela muito grande por parte do Estado e das organizações não-governamentais; é o que chamo de protagonismo roubado.

Movimento Negro

Conquista da inclusão nos currículos da história de África; isto tem a ver com a construção de novas identidades e do imaginário social que traz um lastro das verdades produzidas sobre o passado. Conhecer o protagonismo dos negros em sua luta pelo fim da escravidão é reconhecer os legados intelectuais, políticos que herdamos historicamente e que construiu o que somos hoje. O que exige formação de professores, não só no campo da história, mas também da sociologia, da antropologia, da filosofia, da política e da economia. Reconstruir e olhar criticamente as narrativas das histórias e das músicas e brincadeiras infantis, ainda está muito incipiente, devido aos argumentos da cultura e da tradição.

Movimento LGBT

Aqui temos de fato poucos avanços e muito preconceito – cultural, religioso, sexista -, e ignorância. A nosso ver, os avanços têm sido no campo da visibilidade e da necessidade de direitos. A dificuldade de se avançar deve-se ao uso de argumentos morais homofóbicos em cima das pessoas de identidade homossexual, o que impede de se avançar na construção das cidadanias das pessoas com esta identidade. Se mesmo com desigualdades de visibilidade da representação da mulher, do índio e do negro nos livros didáticos, que é um termômetro do avanço destas lutas no campo da educação, a representação das relações homoafetivas é completamente ausente, e está longe de ser permitida a sua presença na formação de crianças, jovens e adultos.

Referências

- CARVALHO, Rosângela Tenório de. *Discursos pela interculturalidade no campo curricular da educação de jovens e adultos no Brasil nos anos 1990*. Recife: Edições Bagaço e NUPEP/UFPE, 2004.
- FERRARO, Alceu Ravello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.34, n.2, p. 273-289, maio/ago. 2008.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MIGNOLO, Walter D. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental em el horizonte colonial de la modernidad. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Cd Clacso 2000/2001. Co-lima, México: Centro Nacional Editor de Discos Compactos, 2001.
- RAMALHO, Maria Irene (2004), Tolerância – Não. In: *Revista História das Ideias*, Vol. 25. p: 147-155. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Descobrimientos e Encobrimientos In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. nº 38, dezembro, p: 5 – 10. Coimbra: CES, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2000.

As lutas políticas por educação e diversidade

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002a), *Entre Próspero e Caliban*. In: RAMALHO, Maria Irene e RIBEIRO, António Sousa (org). *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade*. Colecção: A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n.º 63, outubro, p: 237 – 280. Coimbra: CES, 2002b.

Parte II

Organizações da Sociedade Civil de Caruaru

Projeto de Extensão Caracterização das principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru

Apresentação

Este catálogo é um dos resultados do primeiro projeto de extensão e pesquisa do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco, denominado **“Caracterização das principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru²²”** e só se tornou possível

²²Este projeto foi coordenado por mim e teve a duração de um ano. Nos primeiros dias do projeto contamos com as contribuições dos Professores Doutores José Luiz Amorim Ratton Junior e Marion Teodósio de Quadros, assim como a colaboração da professora doutora Joselma do Nascimento que nos acompanhou na primeira semana de entrevistas realizadas no decorrer deste. A presença dialogada do professor Doutor Ivandro Sales foi importantíssima durante o percurso. Neste projeto foi ainda imprescindível a engajada participação dos nossos estudantes-bolsistas - Bruno de Góis Figueiredo, Felipe Pessoa Alencar Mendes, Andrezza Rodrigues Nogueira, Josineide Santos da Silva, Cícero Bernardino Torres e Thiago de Castilho Rego - que a cada entrevista ampliavam a consciência política de seu papel na sociedade, quer como estudantes, quer como futuros profissionais-cidadãos egressos da Uni-

pelo acolhimento das organizações envolvidas disponibilizaram seu tempo e atenção e compartilharam conosco a trajetória de suas organizações.

Objetivos

Este projeto objetivou identificar e caracterizar as principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru, visando iniciar um processo de conhecimento do território onde a UFPE - *Campus* do Agreste localizado na cidade de Caruaru. Buscou-se também sistematizar um conjunto de informações coletadas para a construção de um banco de dados sobre a sociedade civil organizada do Agreste de Pernambuco.

Teve ainda o propósito de contribuir com a produção de estudos sobre a região, de forma a oferecer instrumentos à sociedade civil de Caruaru que facilitasse os seus processos de organização, articulação e interlocução, para a tomada de decisão e para o fortalecimento das organizações sociais. A partir da oportunidade de nos aproximarmos dessas organizações, projetos sociais e grupos sociais organizados - movimentos sociais, sindicatos, organizações não-governamentais, entidades representativas governamentais e civis – e outros atores sociais importantes, pensamos construir um catálogo, como um contributo para o diálogo entre as instituições que atuam município, como também para o diálogo dessas com a própria UFPE *Campus* Agreste.

versidade Federal de Pernambuco, Campus Agreste / Caruaru. Foi ainda fundamental o apoio institucional - por meio de bolsas - da Pró-Reitoria de Extensão da UFPE e do Projeto Conexões de Saberes, coordenado pelo Professor Doutor Luís De La Mora.

Metodologia utilizada

O período de realização deste projeto compreendeu os meses de Agosto/2006 à Junho/2007 e foi realizado integralmente no município de Caruaru. Neste período, foi possível conhecermos a sociedade civil organizada deste município, seus principais objetivos, áreas de atuação, dimensões, conquistas, limites e desafios.

Os principais interlocutores durante a coleta de dados foram os dirigentes e alguns técnicos com funções de responsabilidades nas organizações entrevistadas. Ao todo foram realizadas cinquenta entrevistas. O contato com os ativistas, militantes e profissionais dos movimentos sociais, associações, sindicatos e projetos sociais foi extremamente enriquecedor, ao mesmo tempo em que nos abriu portas para maiores diálogos e expectativas decorrentes desta aproximação.

Como estratégia de coleta de dados, utilizamos à entrevista semiestruturada, mas com abertura para conversas mais livres, conforme iam se desenhando os diálogos e as narrativas comprometidas com a questão social pelos mais diversos atores sociais entrevistados. Algumas foram mais rápidas e outras mais demoradas, mas de modo geral todas nos proporcionaram uma melhor compreensão sobre a sociedade civil organizada em Caruaru e sobre sua trajetória. Em todos os casos utilizamos gravador, mas com a devida autorização da pessoa com quem estávamos a dialogar.

Depois da recolha de dados partimos para uma leitura geral das entrevistas, o que nos levou a uma imersão no seio da sociedade civil organizada de Caruaru. Ao encontrarmos esta tessitura de organizações que atuam nesta cidade, percebemos sua diversidade e abrangência de ações. Dentro desta

diversidade e para facilitar o nosso trabalho de compreensão sobre as organizações envolvidas neste projeto, optamos por agrupá-las pelo tipo de atuação e o modo como se organizam dentro de seus setores e contextos. Assim classificamos as organizações para fins deste catálogo do seguinte modo:

Organizações de ação política e/ou cultural, são aquelas que têm em sua agenda política a reivindicação de direitos, com especial expressão no campo das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Lutam pela afirmação do direito à diferença e por novos modos de produção, e pela conquista de novos espaços de visibilidade e de intervenção.

Organizações de setor e/ou categoria profissional, são aquelas que têm em sua pauta de reivindicação a conquista recursos e espaços para setores econômicos e categorias profissionais. Lutam essencialmente dentro da relação capital-trabalho e no contexto das questões trabalhistas e/ou classistas.

Organizações de caráter religioso, filantrópico e de solidariedade, são aquelas que desenvolvem projetos e ações de cunho religioso, filantrópico ou solidário. Atuam com grupos excluídos ou em risco de exclusão, prestando serviços à sociedade a partir de frentes missionárias ou por meio de uma rede bem articulada em todos os setores.

Organizações de gestão territorial, são aquelas com foco na gestão de territórios, quer seja em termos de organização social, quer seja em termos da gestão de recursos. Procuram realizar ações que visam garantir a participação democrática ou a melhor aplicação/utilização dos recursos naturais.

Organizações de apoio aos setores econômicos, são aquelas que têm suas ações e recursos voltados para a dinamização e melhor capacitação dos setores econômicos que representam.

São instituições de base nacional e regional e de reconhecida competência em suas áreas de atuação.

Por último convidamos todos os atores sociais envolvidos nesta pesquisa para um encontro no qual fosse discutir as nossas primeiras conclusões e abrir um debate que buscasse construir um caminho para uma pesquisa mais democrática.

Relação das Organizações por Categorias

Organizações de ação política e/ou cultural

- Associação dos Portadores de Deficiência de Caruaru - APODEC
- Centro Cultural do Morro Bom Jesus - CCMBJ
- Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais - MMTR
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
- Movimento Pólo - MP
- Núcleo Especial da Mulher Executiva - NEME

Organizações de setor e/ou categoria profissional

- Associação Comercial e Industrial de Caruaru - ACIC
- Associação dos Artesãos e Comerciantes da Feira de Caruaru - AACFC
- Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - AABMAM

Organizações da sociedade civil de Caruaru

- Associação dos Artistas de Caruaru - ASSARTIC
- Associação dos Marceneiros e Carpinteiros de Caruaru – AMCC
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE
- Sindicato Construção Civil - SCC
- Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco - SINDVEST
- Sindicato dos Empregados do Comércio de Caruaru - SINDECC
- Sindicato dos Lojistas do Comércio de Caruaru - SINDLOJ
- Sindicato dos Professores de Pernambuco - SINPRO-PE
- Sindicato dos Servidores Públicos - SSP
- Sindicato dos Taxistas de Caruaru - STC
- Sindicato dos Trabalhadores de Artefatos e Couro - SINDICOUPE
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caruaru - STRC
- Sindicato Rural de Caruaru - SRC
- Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco - SINTEPE
- União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru - UESC

Organizações de caráter religioso, filantrópico e de solidariedade

- Alcoólicos Anônimos - AA
- Associação de Assistência Social e Evangélica da Primeira Igreja Batista em Caruaru - AASEPIB
- Cáritas de Caruaru
- Casa dos Pobres de São Francisco
- Centro de Assistência Social Evangélico Vale da Bênção - CASEVABE
- Centro de Educação Popular Assunção - CEPA
- Centro de Educação Popular Comunidade Viva - COM-VIVA
- Centro de Serviço à Vida
- Desafio Jovem
- Lar N.S. do Carmo
- Obra Kolping
- Pastoral Carcerária
- Pastoral da Criança
- Pastoral do Morro do Bom Jesus
- Rosa de Saron
- Santuário das Comunidades

- Rotary Club de Caruaru

Organizações de gestão territorial

- Associação dos Moradores Boa Vista
- Associação dos Moradores de Vassoural
- Associação dos Moradores do Bairro Salgado
- Associação dos Moradores da Vila Kennedy
- Associação Protetora do Meio Ambiente - ASPROMA
- Federação das Associações de Moradores de Caruaru

Organizações de apoio aos setores econômicos

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
- Serviço Social da Indústria - SESI
- Serviço Social do Comércio - SESC

Considerações finais

Há algum tempo, quando não existiam ainda as organizações da sociedade civil, a gestão dos interesses e direitos dos grupos sociais era realizada pelo governo, que, por isso mesmo,

era identificado com o Estado. Quando se queria falar do Estado se pensava em governo e quando se queria falar do governo se utilizava a palavra Estado. Ainda hoje, infelizmente é comum se cometer esse equívoco. Essa confusão precisa atualmente ser desfeita, pois o Estado não é uma coisa diferente e por cima da sociedade. É uma função. É a gestão de interesses, direitos, poderes. E quem estiver fazendo a gestão desses interesses, direitos e poderes, está exercendo uma função estatal, está sendo Estado. Antes o Estado era igual a governo, enquanto atualmente a função estatal está sendo exercida pelo governo e pelas organizações da sociedade civil.

Essa confusão de identificar Estado com governo não está fácil de ser esclarecida porque os representantes das organizações dos trabalhadores e dos grupos historicamente excluídos e/ou subalternizados da sociedade civil ainda se comportam como pedintes, coadjuvantes, achando que chegam ao máximo da participação, quando se comportam como fiscalizadores ou controladores das ações do governo. Os representantes governamentais também pensam assim, achando que só eles, por terem sido eleitos em eleições gerais viciadas, como têm sido as nossas eleições, são os únicos responsáveis pela gestão da sociedade. Só com a democracia forte, ou de alta intensidade para usar o termo cunhado por Boaventura de Sousa Santos, poderá desfazer esta confusão consolidada como verdade.

Por outro lado, este projeto de extensão-pesquisa nos proporcionou um melhor conhecimento sobre sociedade civil de Caruaru e nos fez romper a aparente invisibilidade que encobria o trabalho de muitas organizações. Conseguimos nos

deparar com um significativo campo de ação social protagonizado por vários atores sociais, de diferentes portes, recursos e estratégias de atuação, intervindo e mudando cenários em diferentes setores da sociedade.

Apesar da fragilidade de muitas destas organizações, principalmente financeira, verificamos que diversidade produz um dinamismo plural capaz de atender os desafios das sociedades em muitas direções, dando respostas a muitas questões, mesmo com seus limites e desafios sempre eminentes. Neste sentido nos deparamos com organizações de caráter nacional, regional e local atuando de forma diferenciada, sendo algumas mais estruturadas outras menos estruturadas.

Poucas são as organizações que se forjam no calor da própria luta, criando e recriando estratégias de luta e de resistência, pressionando poderes, visibilizando a exclusão pela qual desafiam. A maioria, no entanto, mesmo tendo a convicção da importância e do impacto social de seu trabalho, vive o drama da quase falência ou do funcionamento precário, fazendo da sua sobrevivência o seu principal projeto e do seu futuro uma interrogação. Sendo a questão da sustentabilidade financeira, o principal problema, mas nem por isto deixam de atuar e de criar novas maneiras para alcançar seus objetivos ou pelo menos para readequá-los aos novos tempos e aos novos desafios de sobrevivência institucional e da permanência dos serviços que prestam à sociedade.

Diante desta situação colocam-se muitas vezes na condição de precariedade, quase pedindo para existir, e passam a atuar como escritórios de captação de recursos, perdendo de vista seu papel de luta política, de criador de novas consciências. Outras, e de modo especial alguns sindicatos, que

ao longo da década neoliberal vem perdendo trabalhadores e poder de negociação, se especializam em oferecer suporte às rescisões trabalhistas ou em algum tipo de capacitação, se distanciando de suas trajetórias históricas de conquistas de direitos. Deslocaram o seu foco da formação política dos trabalhadores para a formação técnica, disputando entre si os recursos governamentais destas para sobreviverem.

A pesquisa realizada com mais de cinquenta organizações da sociedade civil de Caruaru, também mostra que a maior concentração de organizações refere-se às de categoria profissional ou de caráter religioso, expressando desta maneira que os objetivos econômicos e a influência das Igrejas foram as grandes âncoras desta tessitura social. Parece confirmar ainda a suposição de que os representantes das organizações dos trabalhadores e dos grupos sociais historicamente afastados de seus direitos, em sua maioria, ainda se comportam como pedintes, não acreditando na força da sua função estatal de co-gestores dos interesses públicos, enquanto as organizações empresariais se comportam como co-gestores de fato, intervindo claramente nos rumos da sociedade local, impulsionando-a, mas sempre a favor dos seus interesses econômicos.

Neste sentido, uma das questões que mais se sobressaiu em quase todas as entrevistas foi à questão da articulação. De modo geral as organizações da sociedade civil de Caruaru não se conhecem e em face disto atuam de modo isolado, ou apenas articuladas verticalmente, reportando-se sempre às suas instâncias superiores ou em sintonia com as inferiores. A articulação horizontal com outras organizações é quase inexistente, e quando acontece se dá dentro de um mesmo

segmento.

Estas organizações parecem mais fragilizadas pelo fato de não tentarem elaborar uma estratégia de articulação entre si, atuando de modo individual e expondo assim sua fragilidade aos olhos de quem não as quer ver exercendo sua função estatal de co-gestoras de seus interesses, em iguais condições com os órgãos governamentais.

Tal cenário conduz a uma vulnerabilidade quer seja em termos de estratégias, quer seja em termos de poder de negociação. Sem estratégias de fortalecimento mútuo mantêm-se reféns dos poderes locais ou de programas governamentais, especializando muitas vezes em fazedoras de projeto, levando-as a uma atuação pontual ou marginal. Tendo em conta estas questões, pensamos que a sociedade civil organizada de Caruaru, apesar da ausência de articulação horizontal e de sua grande fragilidade tem conseguido atuar em várias direções, com mais impacto ou menos impacto segundo seus recursos e capacidade de mobilização. A maioria precisa ganhar autonomia e fazer-se mais voz. Uma estruturação de rede poderia facilitar uma melhor atuação conjunta ganhando mais poder e visibilidade.

É neste sentido que pensamos que este catálogo poderá se constituir num início de um processo de fortalecimento mútuo, da construção de uma rede articulada, na medida em que poderá se transformar num instrumento de interação e diálogo social.

Catálogo de Organizações da Sociedade Civil do Município de Caruaru - PE

1. Organizações de ação política e/ou cultural

Associação dos Portadores de Deficiência de Caruaru - APODEC

Endereço: Rua Professor Sergio Coelho, 42. Loteamento Rosa de Saron, Riachão, Caruaru-PE, Brasil
Telefone/Fax: (81) 3722-9063
E-mail: apodec.caruaru@ig.com.br

Ano de Fundação: 1995

Nº. aprox. de pessoas da organização: Na diretoria são doze pessoas, agora associados nós temos atualmente cento e oitenta associados. Agora que já passaram, durante esses onze anos de vida da associação, eu acredito que numa faixa de 2000 a 2500 pessoas.

Área de atuação geográfica: Caruaru e cidades circunvizinhas como: Bezerros, São Caetano, Cachoeirinha, Ri-

acho das Almas. E também agora com o convênio dos Correios temos associados na região metropolitana e em 19 municípios do interior.

Objetivos ou missão: Integrar o deficiente e resgata-los, em questão da família. A gente sabe que o deficiente era prisioneiro do lar, por excesso de cuidado, de zelo, assim ele ficava enclausurado em casa. E hoje a gente ta conseguindo resgata-lo, tira-lo daquele convívio familiar e inseri-lo no convívio social, que é o importante, que é o nosso objetivo, seja através da educação, do esporte, do trabalho, mas que ele esteja inserido na sociedade.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós trabalhamos muito na questão da saúde, do esporte, e na questão da autoestima da pessoa com deficiência. A partir do momento que ela se envolve com outras pessoas que têm deficiências, ela começa a ver que o problema dela não é tão grave, tem outras pessoas que tem esse problema.

Público-alvo das ações da organização: A pessoa com deficiência.

Principais parceiras: Os Correios, que é um dos grandes parceiros, a Prefeitura junto a Secretaria de Saúde do município, e agora a Secretaria de educação, a SEAPA, o Banco de Alimentos do SESC, também a Água Vitale, os funcionários da Radio Liberdade, essas pessoas e alguns comerciantes de Caruaru é que fazem com que a

gente continue buscando melhorias para os nossos associados.

Principais fontes de recursos: Através dos Correios, dos nossos sócios e também de alguns voluntários (comerciantes e empresários) que fazem doações, e também de campanhas que sempre fazemos: bingo, rifas, feiras, para manter associação.

Principais conquistas: A principal foi a conquista da sede, outra é ter os nossos atletas patrocinados pelo Ministério do Esporte com a Bolsa Atleta, e também o destaque deles no esporte em nível nacional.

Uma voz da própria organização: “Nós nos acostumados a nos espelhar em outra pessoa, então como sabemos que o belo serve de espelho e o feio não, então geralmente este feio é escondido. Mas, quando esse feio está junto com outros feios, começa a se espelhar e todo mundo acaba ficando bonito.”

Centro Cultural do Morro Bom Jesus

Endereço: Travessa Suíça 1, n. 239 - Morro do Bom Jesus,
Caruaru - PE - Brasil
Tel.: (81) 92665617 / 31155665

Ano de Fundação: 1993

Nº. aprox. de pessoas da organização: 40 jovens e 12 dirigentes

Área de atuação geográfica: Morro do Bom Jesus

Objetivos ou missão: Abrir espaços através da cultura Hip Hop

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Alertando os jovens quanto à realidade

Público-alvo das ações da organização: Jovens de classe pobre

Principais parceiras: Prefeitura

Principais fontes de recursos: Prefeitura

Principais conquistas: É ver que os meninos tão doidos pra voltar, “e aí nino quando agente volta”. Pra mim uma conquista é saber que já estamos sendo esperado. E mostrar que meninos de 11, 12 anos já sabem fazer movimento, e sabem dialogar com pessoas adultas. Fazer a criança se sentir um artista.

Uma voz da própria organização: “Eu acho que o grupo Hip Hop é um programa do centro e ao mesmo tempo é o centro da coisa, porque o Hip Hop é educativo. O Hip Hop é uma família. Nós somos a família Hip Hop MBJ - Família do Morro do Bom Jesus - o Hip Hop esse nome é americano. No intuito de resgate, e o Hip Hop é uma base piloto par expandir o projeto, porque o Hip Hop é plural, aqui trabalha de uma forma, ali trabalha de outra forma. África Bambabá foi que juntou os elementos de rua para criar a cultura hip hop, o grafite, o brake, o DJ o ritmo da percussão falada. Ele juntou e deu o nome hip hop (cultura de rua) e o biboy, aí forma os quatro elementos do hip hop, quer dizer, é a lata de

grafite, disco vinil, no biboy esse tênis que já é caracterizado, e o rap é o microfone. E a diferença do grafite para a pichação é que os dois são arte, mas o grafite é legalizado.”

Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR

Endereço: Rua Luiz Gonzaga Gomes, 40, Bairro Agamenon Magalhães, Caruaru, Pernambuco, Brasil - 55034-100
Tel.: (81) 37220533 / Fax (81) 37214323
E-mail: mmtrne@mmtrne.org

Ano de Fundação: 1986

Nº. aprox. de pessoas da organização: 180 sócias, sendo 20 por Estado. As mulheres que participam do MMTR-NE são incalculável e varia de estado para estado.

Área de atuação geográfica: Região Nordeste

Objetivos ou missão: Articular, capacitar e organizar mulheres trabalhadoras rurais nos nove Estados do Nordeste despertando e fortalecendo grupos e outras organizações de modo a construir a autonomia, autoestima e criatividade para o enfrentamento de problemas do mundo rural no combate a todo tipo de discriminação e violência sexista, rumo à construção de novas relações de gênero e de uma sociedade justa e solidária; Reforçar a participação consciente das mulheres trabalhadoras rurais para transformar a realidade de opressão nas relações existentes; Construir mecanismos para ampliar

a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos espaços públicos Estadual, Regional, Nacional e Latino América; Trabalhar a questão da produção, articulando-se com a problemática de gênero e as políticas para o campo. Construir relações justas e igualitárias entre mulheres e homens do Nordeste.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Articulação, Capacitando e organizando; Relações de Gênero; Violência Contra Mulher; Cidadania; Relações de Parcerias; Valorização da Arte e da Cultura; Políticas Públicas; Terra, Produção e Geração de Renda; Crédito, Documentação: Convivência com o Semi-Árido; Fortalecimento Institucional; Formação de Educadoras; Capacitação de Lideranças.

Público-alvo das ações da organização: Mulheres Trabalhadoras Rurais

Principais parceiras: CONTAG; Casa da Mulher do NE; Mulher e Democracia; FASE; MDA; INCRA; FEDERAÇÕES DE TRAB. RURAIS; MOC; Centro D. José Brandão; CETRA; SOS Corpo; Sindicatos; Centro Mulheres do Cabo; Rede LAC; Pastorais; Algumas Cooperativas e Associações.

Principais fontes de recursos: 2007: MISEREOR; CESE –BA; MDA; Intermon / Oxfam; Secretaria de Políticas para Mulheres; DED.

Principais conquistas: Hoje a gente vê as mulheres que fazem parte do MMTR-NE participando desde o município, à base, até nacionalmente e internacionalmente.

Portanto, deixar o fogão, a submissão, o isolamento no campo, adquirir autonomia é um grande resultado de nossa luta.

Uma voz da própria organização: “Quando o MMTR-ME lança a campanha de documentação da mulher em 1997, acho que fica na história do movimento esse trabalho, (...) A gente abraçou essa causa não só pensando na questão dos documentos, mas também pensando na capacitação das mulheres na questão da cidadania. Cidadania não é só você ter seu documento, você precisa conhecer e ter a capacidade de entender as outras questões que dizem respeito à cidadania. Ter documentos é uma questão de cidadania.”

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Endereço: Rua Filadélfia Alves Martins, 155, Vassoural, Caruaru, PE, Brasil - 55030-077
Tel/Fax: (81) 3722-3136
E-mail: mstpebr@gmail.com ou acape.pe@gmail.com
Site: <http://www.mst.org.br>

Ano de Fundação: O MST nasce em 1984 no Estado do Rio Grande Sul, com a primeira ocupação de terra foi na Fazenda Macalí no Município de São Gabriel-RS. Em Pernambuco o movimento inicia em 1989 com a primeira ocupação de Terra em SUAPE Município do Cabo - PE

Nº. aprox. de pessoas da organização: 12 mil famílias Assentadas e 18 mil acampados em Pernambuco em 154

assentamentos.

Área de atuação geográfica: Ao nível nacional está organizado em 24 Estados brasileiros;
Em Pernambuco está organizado em todas as regiões do Estado.

Objetivos ou missão: O principal objeto do MST é realização de uma Reforma agrária no Brasil e a concretização de uma sociedade socialista

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Educação, Produção, Formação Política, Saúde Alternativa e Preventiva, Cultura, Comunicação, Gênero, Direitos Humanos e de Meio Ambiente.

Público-alvo das ações da organização: Todos e todas sem terra do Brasil do campo e da cidade.

Principais parceiras: Todas que lutam pela a transformação da sociedade, dos movimentos ligados à Via Campesina e as organizações urbanas ligadas a CMS e outras.

Principais fontes de recursos: Entidades Parceiras do Brasil e fora do Brasil, e através de convênios com órgãos federais. E contribuições da própria base assentada do MST.

Principais conquistas: A terra, depois créditos para os trabalhadores(as), Escolas, cursos superiores em parceria com Universidades, o respeito e a confiança da sociedade na luta.

Uma voz da própria organização: “A nossa luta não se dá de forma isolada que esta se articula com o conjunto de excluídos e marginalizados pela sociedade capitalista que pauta não o ser humano, mas sim o capital. O MST tem uma preocupação muito grande com o ser humano e vem transformando os tidos pela sociedade como esfarapados do mundo em lutadores (as) do povo. Essa é uma transformação que se configura no verdadeiro sentido da vida”.

Movimento Pólo - MP

Endereço: Rua Armando da Fonte, 15, 2º andar, Maurício de Nassau, Caruaru, PE - Brasil - 55.012-025
Tel.: (81) 3721-2725 / 3701-1107 / 9977-5720

Ano de Fundação: 1997

Nº. aprox. de pessoas da organização: A instituição é formada por 31 organizações formais. Cada uma tem inscrito um representante titular e um suplente

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: O Movimento Pólo Caruaru tem como objetivo articular junto às instituições públicas e privadas ações de médio e longo prazo.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: A instituição é organizada por comissões: Comissão de Educação, Comissão da Água, Comissão do Alto do Moura, Comissão de Transporte e Comissão de Contra a Violência.

Público-alvo das ações da organização: A população caruaruense.

Principais parceiras: ACIC, CDL, SINDLOJA, SEBRAE, SENAC, Governo municipal de Caruaru e Estado de Pernambuco.

Principais fontes de recursos: Rateio entre as instituições

Principais conquistas: A ampliação na oferta de cursos universitários e a instalação de universidades públicas.

Uma voz da própria organização: “A atuação do Movimento Pólo não está ligada a resultados de curto prazo e sim médio e longo prazo”.

Núcleo Especial da Mulher Executiva - NEME

Endereço: Rua Armando da Fonte, 15, 2º andar, Maurício de Nassau, Caruaru, PE, Brasil - 55.012-025
Telefone/Fax: (81) 37229388

Ano de Fundação: 9 de maio de 1992

Nº. aprox. de pessoas da organização: 20 associadas

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: O NEME tem como finalidade congregar e integrar a mulher às atividades sócio-econômico-político culturais, promovendo ações que produzam o crescimento e desenvolvimento a nível pessoal, profissional e da comunidade como um todo.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Palestras com temas diversos sobre a área profissional
Cursos em parceria com Sebrae/Senac de 15 a 45 horas.

Público-alvo das ações da organização: Mulheres adolescentes e em idade produtiva

Principais parceiras: ACIC - Associação Comercial e Industrial de Caruaru, SEBRAE, SENAC, Secretarias municipais de Educação; Ação Social; Saúde; Desenvolvimento Econômico.

Principais fontes de recursos: Mensalidade das associadas; empresas e entidades parceiras.

Principais conquistas: Vencer em parte o preconceito através de uma atuação constante de suas associadas em outras instituições. A CDL admitiu a primeira mulher na diretoria após mais de 30 anos de fundação e a ACI, após 73 anos. (Em ambas as instituições foram mulheres do Neme que fizeram parte como estratégia em ampliar a participação da mulher em organizações importantes). O NEME também foi uma das instituições que fundou o Movimento Pólo.

Uma voz da própria organização: “O preconceito de ambos os sexos, a falta de políticas públicas para mulheres na questão emprego e renda, poucos investimentos em creches para as mães de baixa renda, pouca ou nenhuma formação para empregadas domésticas e babás dificultando o desempenho profissional de empresárias e profissionais liberais são alguns pontos levantados (entre

outros) que dificulta reunir e manter a associada em uma organização só de mulheres.”

2. Organizações de setor e/ou categoria profissional

Associação Comercial e Industrial de Caruaru – ACIC

Endereço: Rua Armando da Fonte, 15, 2º. Andar, Maurício de Nassau, Caruaru, Brasil - 55012-025
Tel./Fax: (81)3721-2725 Fax: (81)3721.0870
E-mail: acicaruaru@uol.com.br
Site: www.acic-caruaru.com.br

Ano de Fundação: 1920

Nº. aprox. de pessoas da organização: 18 diretores e 12 funcionários

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Congregar empresários, executivos e profissionais liberais; defender seus interesses e fomentar o espírito empreendedor, objetivando o desenvolvimento social, cultural e econômico de Caruaru e região.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Representação empresarial, promoção do associativismo e prestação de serviços ao associado.

Público-alvo das ações da organização: Comerciantes e Industriais de Caruaru

Principais parceiras: Sistema “S”, FIEPE, UNIMED, AD-DEPE, Prefeitura de Caruaru, Sindloja e CDL.

Principais fontes de recursos: Contribuição dos associados

Principais conquistas: Como conquista, eu diria que a maior delas seria a credibilidade, a influência que nós conseguimos exercer hoje em relação à área de políticas públicas ao longo do tempo.

Uma voz da própria organização: “É necessário dar uma resposta, em termos de atuação, para nossos associados. Normalmente a forma como eles enxergam isso melhor é oferecendo cursos, e também porque nós atuamos como articuladores junto a outros órgãos. Então existe a preocupação em trabalhar o associado, em oferecer serviços que atendam ao associado e também gerem receita para a entidade, ela também precisa ser sustentada, precisa pagar toda essa estrutura”.

Associação dos Artesãos e Comerciantes da Feira de Caruaru – AACFC

Endereço: Parque 18 de maio s/n - Centro (Feira de Artesanato), Caruaru, PE, Brasil
Tel.: (81) 37190931

Ano de Fundação: 13 de julho de 1995

Nº. aprox. de pessoas da organização: 200 participantes

Área de atuação geográfica: Feira de Artesanato

Objetivos ou missão: Dar assistência ao feirante de artesanato e contribuir para uma melhor estrutura

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Assistência Médica, Segurança, Infraestrutura

Público-alvo das ações da organização: Feirantes, artesão.

Principais parceiras: Hospitais e Clínicas (Santa Efigênia, Santa Madalena, Instituto Pernambuco, Unimagem) e Prefeitura.

Principais fontes de recursos: Contribuição dos Artesãos

Principais conquistas: Os associados conseguirem esse lugar já é de grande conquista. Manter esse posto policial também, e os convênios do pessoal todo.

Uma voz da própria organização: “A falta de compreensão de muitos aqui, até dos próprios associados, é um obstáculo às nossas ações. Tem um pessoal que não é muito unido. O pessoal teria que ser mais unido”.

Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura - AABMAM

Endereço: Rua Mestre Vitalino, 107 Alto do Moura, Caruaru, PE, Brasil - 55040-010
Tel.: (81) 3722-0383

Ano de Fundação: 2 de agosto de 1981

Nº. aprox. de pessoas da organização: 200 pessoas

Área de atuação geográfica: Alto do Moura e outros bairros vizinhos.

Objetivos ou missão: Lutar pela comunidade do Alto do Moura, além de defender manter a arte figurativa da região.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Arte Figurativa e Urbanização da Comunidade

Público-alvo das ações da organização: Comunidade do Alto do Moura

Principais parceiras: SEBRAE, EMPETUR, FUNDEF, BNB e outras instituições que trabalham com a cultura.

Principais fontes de recursos: Contribuições precárias de associados

Principais conquistas: Com certeza uma melhor urbanização da nossa comunidade, por mais que se precise mais.

Uma voz da própria organização: “Chega muita gente aqui fazer projetos, enche a gente de sonho, mas quase sempre fica só no papel, não sai disso. Quando sai não dura muito tempo, poucos são os projetos que dão certo”.

Associação dos Artistas de Caruaru – ASSARTIC

Endereço: Rua Visconde de Inhaúma, n1580 - Mauricio de Nassau. Caruaru, PE, Brasil- 55014-410
Telefone/Fax: (81) 37225417 / 30955660
E-mail: assartic@yahoo.com.br

Ano de Fundação: 11 de junho de 1988

Nº. aprox. de pessoas da organização: 200 pessoas

Área de atuação geográfica: Pernambuco

Objetivos ou missão: Organizar e representar a classe dos artistas, promovendo várias ações em torno da cultura, e sempre ressaltando o valor dela para a sociedade.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Artes como um todo

Público-alvo das ações da organização: Toda a Classe artística

Principais parceiras: Organizações que lidam com cultura

Principais fontes de recursos: 10% da bilheteria do teatro, além de 60 reais caso não atinja um número mínimo de espectadores. Contribuição simbólica dos associados.

Principais conquistas: Fazer com que a associação sobreviva apesar de todas as dificuldades.

Uma voz da própria organização: “Buscamos mudança na cultura da sociedade de Caruaru, de maneira que passe a valorizar mais as artes e o artista.”

Associação dos Marceneiros e Carpinteiros de Caruaru – AMCC

Endereço: Rua Alexandrino Boa Ventura, 236, Bairro Kennedy, Caruaru, PE, Brasil
Telefone: (81) 3721 – 1666

Ano de Fundação: Abril de 1990

Nº. aprox. de pessoas da organização: 150 cadastrados e 50 atuantes

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Ajudar e beneficiar os trabalhadores relacionados à madeira de maneira coletiva

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nenhuma atualmente

Público-alvo das ações da organização: Artesãos de madeira / Lojista / Prestação de Serviços (Moveis por encomendas)

Principais parceiras: S/ parceiros (havia o governo municipal e uma organização alemã).

Principais fontes de recursos: Clientes e contribuição dos associados

Principais conquistas: A principal foi a nossa sede. Depois as doações que implantamos aos projetos, que não andaram e outros andaram. Por exemplo, nós temos um projeto de construção aí, que não é nosso principal. Existe uma linha de financiamento para a instituição, mas não existe uma linha de financiamento para o associado. Ou o cara tem problema com os órgãos de fiscalização, de dinheiro ou não existe financiamento para profissionais liberais. Se você tiver uma empresa formal você consegue, mas para uma informal não tem. Às vezes tinha uns créditos sociais, mas isso não dá para fazer uma oficina, não dá para montar.

Uma voz da própria organização: “Ajudar os marceneiros e artesãos relacionados à madeira de maneira coletiva, deixando de lado um pensamento individual para pôr em prática uma ideia do conjunto, proporcionando ajuda a todos os trabalhadores”.

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco - FETAPE

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, 342, Centro, Caruaru, PE, Brasil - 55010-420
Telefone/Fax: (81) 3724 – 6432
E-mail: coutoss@yahoo.com.br
Site: www.fetape.org.br

Ano de Fundação: 1962

Nº. aprox. de pessoas da organização: 343.260 trabalhadores rurais sindicalizados

Área de atuação geográfica: Agreste, Sertão e da Mata do Estado de Pernambuco.

Objetivos ou missão: Prestar serviço aos sindicatos dos trabalhadores rurais filiados a FETAPE. A Federação (FETAPE) tem 176 sindicatos filiados e o objetivo é justamente leva-los a buscar assessoria no campo das políticas públicas, sociais e na questão agrária, envolvendo projetos de aquisição do homem e da mulher a terra, fomentando uma assistência técnica de extensão rural.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Políticas públicas na questão da previdência social; educação, priorizando a

questão da educação no campo; política agrícola, com o fortalecimento da agricultura familiar e extensão rural; política agrária, discutindo a reforma agrária, o crédito fundiário, a “minha primeira terra” e, sobretudo, com políticas para a juventude; a questão do engajamento da juventude na sociedade, principalmente a juventude trabalhadora rural; as mulheres do campo, suas lutas e suas conquistas; a questão dos assalariados; a política de formação, tanto interna, na federação, quanto externa para os sindicatos.

Público-alvo das ações da organização: Trabalhadores e trabalhadoras rurais e agricultores familiar que trabalham no regime da agricultura familiar.

Principais parceiras: Banco do Nordeste, Fórum de Desenvolvimento Territorial, COPAGEL, ICN (Instituto de Capacitação e Cidadania do Nordeste), Banco do Brasil, SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), Projeto Dom Helder.

Principais fontes de recursos: Cada sindicato contribui com 6% de sua renda para com a FETAPE, sendo que 5% devido sua filiação à entidade e 1% ao Fundo Nacional para a reforma agrária. Além disso, também existe o repasse que é feito através dos descontos autorizados pelos aposentados, via Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Principais conquistas: Estar formando os trabalhadores rurais. Uma conquista importante tem sido o fato de termos nossas expectativas atendidas no grito da Terra

Brasil, o qual é um movimento, mas não deixa de ser um projeto. Também, o projeto principal de fixar e lutar pela permanência do homem e da mulher no campo.

Uma voz da própria organização: “A FETAPE sempre está buscando, lutando, reivindicando poderes melhores para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. A cada ano nós temos o “Grito da Terra - Brasil”, que vai até Brasília, onde se reúnem cerca de 10.000 trabalhadores rurais, para que lá eles possam apresentar as demandas a nível de Estado. Através disso, nós temos conquistado um espaço na sociedade em defender a questão do fortalecimento da agricultura familiar”.

Sindicato Construção Civil – SCC

Endereço: Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Caruaru-PE, Rua Afonso Celso, 25, Caruaru, PE, Brasil, 55006-390
Telefone/Fax: 37211670

Ano de Fundação: Foi em 27 de junho de 1937, só reconhecido pelo decreto 24694 retificado pelo decreto lei número 1402 de 5 de junho de 1939.

Nº. aprox. de pessoas da organização: É a construção civil que contrata e demite, nós não temos um número exato, mas temos aproximadamente 1.400 trabalhadores diretos com a construção civil.

Área de atuação geográfica: Como essa organização é intermunicipal, nós podemos abranger as cidades circunvi-

zinhas aqui do agreste. Salientando que os pisos salariais nessas cidades e na capital, hoje são iguais. Porém, como somos três na diretoria não temos tempo para abranger essas cidades, mas estamos com um projeto de ampliar para essas cidades.

Objetivos ou missão: É cuidar do trabalhador, plano de saúde, tentar trazer capacitação, cálculo trabalhista e encaminhamento para o trabalho. Inclusive temos quatro advogados, que fazem o trabalho a custo do sindicato.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Não usamos

Público-alvo das ações da organização: São os trabalhadores da construção. Principais parceiras UESC (União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru), UESPE (União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco), Ministério do Trabalho. Temos também parcerias com a prefeitura, pessoal da Secretaria de Saúde, vários outros órgãos nós estamos fazendo contato.

Principais fontes de recursos: Nós temos a taxa mensal dos associados de 1,5% do piso salarial de cada um. E temos a contribuição anual, a mensal que é dos associados e a anual que é repassado diretamente de Brasília, passa pela Confederação e depois chega ao Sindicato, ficam 60% pra o Sindicato, 20% para Federação e 20% para Confederação.

Principais conquistas: Quando assumi o sindicato os trabalhadores trabalhavam a maioria sem o IPI que é o pacote, botas, luva, fardamento, o café da manhã que

obrigação por lei e as empresas não cumpriam porque não tinham quem representasse os trabalhadores. Não existia visita do sindicato nos canteiros e hoje todo dia nos saímos para visitar os canteiros, ontem mesmo eu saí, visitei cinco canteiros e notifiquei três por irregularidades, tudo isso é feito, em favor da categoria e as empresas hoje sabem que hoje tem um sindicato atuante.

Uma voz da própria organização: "Nosso sindicato ele tem uma linha política, porque qualquer entidade sem uma linha política não vai a lugar nenhum, pois sem essa linha política vai ficar uma entidade isolada."

Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco – SINDVEST

Endereço: Avenida Norte, 2175 - sala 102 Galeria Center Norte, Espinheiro, Recife - PE, Brasil- 52021-000
Site: www.modapernambucana.com.br

Ano de Fundação: Não soube informar

Nº. aprox. de pessoas da organização: São cerca de vinte pessoas entre diretores e profissionais contratados.

Área de atuação geográfica: Todo o estado de Pernambuco.

Objetivos ou missão: Fomentar a atividade e organizar todas as demandas que existe dentro dessa atividade no sentido de fortalecer os empresários e as atividades dentro do estado de Pernambuco.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Assistência técnica, na área de gestão, área comercial e de design, assistência jurídica. Temos também o relacionamento com o público no sentido de defender os interesses.

Público-alvo das ações da organização: As empresas do setor de confecção, esse é o público alvo. E aí quando a gente fala nas empresas, a gente fala de toda a organização e toda cadeia que está ligada a ela.

Principais parceiras: O sistema S como um todo, o SEBRAE, SENAI, FIEP, a Prefeitura Municipal de Caruaru. O Governo do Estado através da sua Agência de Desenvolvimento do Estado e a ABIT que vem desenvolvendo conosco o programa de exportação. Outras também são as Associações Comerciais Locais, nós estamos trabalhando.

Principais fontes de recursos: Nós temos a questão da mensalidade dos associados. Os funcionários contribuem com o seu sindicato laboral e os empresários contribuem com o sindicato patronal. Além disso, e essa está sendo a maior fonte de recurso hoje em dia, está sendo firmados convênios com as entidades (SEBRAE, SENAI, Prefeituras, Governo do Estado), e entidades parceiras em outros países. Nós temos uma parceria com o DFV que é uma entidade alemã que fomenta essa questão da associação, do associativismo.

Principais conquistas: O setor de confecção hoje é prioridade para o governo do estado o que não acontecia antes, sempre se faz referência ao Pólo de Confecção do

Agreste de Pernambuco. Outro ganho foi à evolução dos produtos que essa região hoje em dia apresenta. Há empresas vendendo para a África, Europa, Estados Unidos.

Uma voz da própria organização: “Acredito no associativismo, que é a maneira mais inteligente de se trabalhar. Que a gente tenha mais entidades nessa tentativa que possam fazer esse diálogo com o setor público. Para mim é muito importante saber que existe uma CDL, uma ACIC, saber que tem sindicatos, entre outros que são fóruns onde eu posso discutir questões empresariais. Na questão do desenvolvimento da cidade posso discuti o planejamento do desenvolvimento da cidade com esses empresários.”

Sindicato dos Empregados do Comércio de Caruaru – SINDECC

Endereço: Rua do Norte, 38, Centro, Caruaru, PE, Brasil - 55002-450

Tel.: 37212894 / 37210973

E-mail: sindecc.caruaru@hotmail.com

Ano de Fundação: 26 de setembro de 1941

Nº. aprox. de pessoas da organização: 2.500 pessoa

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Organizar os trabalhadores do comércio, principalmente no caráter político.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Área de qualquer tipo de interesse público, especialmente dos comerciários.

Público-alvo das ações da organização: Trabalhadores

Principais parceiras: Sem organizações parceiras

Principais fontes de recursos: Contribuição sindical

Principais conquistas: A manutenção dos direitos do trabalhador como uma conquista, pois o que vemos é que se luta cada vez mais apenas para se manter as conquistas passadas, como no último embate com a classe patronal onde eles queriam que os trabalhadores trabalhassem durante fim de semanas e feriados, mas conseguimos vencê-los e normatizamos essa questão.

Uma voz da própria organização: “Estamos sempre procurando mobilizar o máximo de trabalhadores possíveis, usamos imprensa, informativos, carros de som. O problema é que isso custa dinheiro e depois vem pouca gente. Mas outras vezes vêm muitos. Têm gente que diz que não vale à pena, mas é obrigação da gente lutar por isso. É dever da pessoa que está no sindicato sempre trabalhar por isso.”

Sindicato dos Lojistas do Comércio de Caruaru – SINDLOJ

Endereço: Rua Leão Dourado, 51/A. - São Francisco, Caruaru, PE- Brasil- 55008-010.

Telefone/Fax: (81) 37224070 / 37216155

E-mail: sindlojacaruaru@hotmail.com

Site: www.sindloja.com.br

Ano de Fundação: 1989

Nº. aprox. de pessoas da organização: 170 pessoas

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Defender os interesses da classe patronal de bens e serviços

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Assessoria Jurídica, financeira, atua principalmente entre os lojistas de vários ramos econômicos e seus funcionários e clientes.

Público-alvo das ações da organização: São os lojistas do comércio, o comércio de bens e serviços, supermercados, mercadinhos e similares.

Principais parceiras: Ministério do Trabalho; FECOMÉRCIO; ACIC; CDL; SEBRAE; Secretária de Desenvolvimento de Caruaru.

Principais fontes de recursos: Empresas Sindicalizadas

Principais conquistas: O sindicato tem 18 anos, ele foi fundado por empresários de Caruaru, com a contribuição do atual presidente da FECORMERCIO doutor Josias Albuquerque, e o primeiro presidente foi Paulo Cazé, que é um empresário aqui da cidade, e hoje ele é o vice-presidente. E a finalidade era ter um sindicato patronal na cidade, que não existia, então era só a federação que representava a categoria e não existia um sindicato.

Inicialmente funcionava em outra sede, no centro da cidade, e aos pouco como toda instituição fomos melhorando e aumentando e assim nos transferimos para cá há uns 3 anos. Onde temos um espaço considerável com sala de eventos, espaço para diretoria. E hoje ele é um sindicato que representa a categoria dos lojistas daqui de Caruaru do comércio de bens e serviços, de supermercados e similares.

Uma voz da própria organização: “Nós temos como desafio, basicamente uma melhor estruturação do sindicato. A meta principal da diretoria atual é tornar o sindicato mais forte, não só na questão estrutural mais também com representante político.”

Sindicato dos Professores de Pernambuco - SINPRO-PE

Endereço: Rua João Tupinambá n.42 1º. Andar, Centro, Caruaru, PE, Brasil
Telefone/Fax: (81) 37226066
E-mail: sinpro@sinpro-pe.org.br e sinpro@veloxmail.com.br
Site: www.sinpro-pe.org.br

Ano de Fundação: 1945

Nº. aprox. de pessoas da organização: 40 pessoas

Área de atuação geográfica: Pernambuco

Objetivos ou missão: A luta dos trabalhadores da educação, da escola privada, da escola municipal. Agente busca

melhoria do trabalho dos professores e qualidade de ensino, esses são objetivos nossos.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Área de interesse dos professores de Pernambuco e temas sempre relacionados à luta dos professores como a garantia de uma vida digna com boas condições para sua função dentro das escolas.

Público-alvo das ações da organização: Professores

Principais parceiras: CUT, CONTEE, FITEE-NE, DIEESE.

Principais fontes de recursos: 1% do salário dos filiados a organização

Principais conquistas: Apesar de termos grandes perdas, já tivemos inúmeras conquistas. Conquista nossa é agente ter hoje na rede particular uma convenção com 65 itens que são direitos dos trabalhadores. Tivemos também conquistas no setor público, conquistas de quando a prefeitura não mostra a folha de pagamento e agente vai ao ministério público e este cobra das prefeituras, agente vê a folha e detecta que o dinheiro está sendo desviado e aí agente reverte este dinheiro para os professores. E outra também é quando agente não precisa desse enfrentamento, as prefeituras já abrem as contas sem problemas. E essas conquistas não são da unidade sindical não, são da categoria.

Uma voz da própria organização: “Em Caruaru não existia nenhum tipo de discussão sindical e a gente chegou aqui para abraçar essa luta. E os professores dentro

dessa luta estão cumprindo apenas uma parte onde buscamos uma sociedade, um sonho, por que se não houver um sonho da sociedade não existe movimento sindical, uma coisa se atrela a outra. E buscamos essa sociedade justa através da educação, pois se não houver educação na existe nada. E a verdade é que o movimento sindical passa por um momento difícil a nível nacional, há uma dificuldade de repor quadros dos movimentos, por que pra você entra no movimento você tem que dedicar-se a uma vida sindical.”

Sindicato dos Servidores Públicos – SINDSEPE

Endereço: Avenida Rui Barbosa, 76, Centro, Caruaru, PE, Brasil
Tel.: 37229998

Ano de Fundação: Foi fundado no final da década de 80.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Nós temos mais de 20 mil servidores públicos federais em todo o estado e cerca de 14 mil são filiados ao SINDSEPE.

Área de atuação geográfica: O sindicato dá apoio a todo o estado de Pernambuco e também no território de Fernando de Noronha.

Objetivos ou missão: Nossa luta é defender os nossos direitos que são ceceados pelos políticos irresponsáveis que vivem nos enganando, inclusive contra os aposentados a carga é mais forte. E o nosso propósito é nos reunir com os demais sindicatos, muito embora, eles não se

agrupam. Infelizmente nós não temos essa recíproca porque existem o partido da direita e da esquerda, e nosso partido é mais da esquerda, do nosso lado, do lado do sindicato. Nós somos do lado da esquerda porque nós vivemos lutando contra essa situação e infelizmente nós não podemos fazer nada só reivindicar. Então, nós temos a responsabilidade de lutar em defesa de todos, nós trabalhamos aqui na administração de Caruaru.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: É justamente o Estado.

Público-alvo das ações da organização: São, principalmente, os servidores públicos.

Principais parceiras: Não temos organizações parceiras, mas temos organizações que nós somos filiados como a CUT e a CONDSEFE.

Principais fontes de recursos: A nossa única fonte de recurso é a do contribuinte. Nosso filiado contribui com 1% do seu salário, que é descontado em sua folha de ponto ou contracheque.

Principais conquistas: São inúmeras, porque no governo anterior nós tínhamos o medo da demissão, o governo extinguiu vários órgãos e você ficava ao relento, você ficava ao “Deus dará”, você não sabia se seria demitido ou não, hoje nós temos a garantia, nós temos hoje vários concursos públicos em vários setores aí, e isso é uma garantia. Através da mobilização nós temos essa garantia, ao 13º, a férias, tudo isso foi conseguido através de mobilizações nossas. Nós temos sempre a negociação, a

conversa, o diálogo, e a greve é o único meio quando a gente não consegue o que a gente quer, como uma última alternativa.

Uma voz da própria organização: “Nosso principal objetivo como funcionário público é servir bem a população. E o nosso público precisa entender bem o que é o funcionário público porque o seu nome foi desgastado com apelidos como Barnabé, Tubarão, Barão entre outros. Então as pessoas têm um pé atrás conosco. E nosso maior desejo como funcionário público é defender o povo, é trabalhar de forma bem feita, e se nós não formos compreendidos não podemos fazer nada. Por isso, o povo tem de tirar da cabeça a ideia de que o funcionário público é irresponsável.”

Sindicato dos Taxistas de Caruaru – STC

Endereço: Rua Frei Caneca, 78 - Centro, Caruaru, PE, Brasil-55012-330
Tel.: 3722-4106

Ano de Fundação: Não soube informar

Nº. aprox. de pessoas da organização: Mais de 500 pessoas

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: O objetivo principal é dar assistência ao associado, naquilo que se propõe com estatutos sociais, assistência médica um pouco restrita. Não há condições porque com uma mensalidade social em torno de

R\$18,00 de se dar uma assistência médica mais abrangente, ou seja, não há condições do sindicato assumir tratamentos, cirurgias. Há convênios com clínicas, com laboratórios, com médicos, com desconto de até 50% do valor da consulta. Assistência jurídica, quando há necessidade, o associado envolvido em um acidente de trânsito, então o sindicato acompanha. E assistência relacionada em todos os sentidos da atividade.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: A nossa área, como eu disse, ela agrega o condutor autônomo. Táxi ou caminhão, de aluguel.

Público-alvo das ações da organização: O público são os taxistas, caminhões etc. (transportes automobilísticos de locação).

Principais parceiras: Parcerias eu acho que são um pouco restritas, porque quando se vai buscar parceria, é no sentido de algum benefício relacionado a algumas empresas que estão inseridas no ramo automobilístico. Então, são concessionárias... Benefícios que a entidade procura em prol dela mesma, em prol dos seus associados.

Principais fontes de recursos: Do próprio associado, não temos outra fonte de renda. Essa é a grande dificuldade pra se administrar.

Principais conquistas: A principal conquista foi a invenção do IPI e ICMS, porque sem eles junto ao governo federal, estadual, invenção de ISS junto ao governo municipal, são reivindicações de elevada importância para a

categoria, porque são poucos os profissionais autônomos, os motoristas que têm condições de comprar um carro novo, 0 Km. IPI = imposto sobre produto industrializado, do governo federal e ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadoria.

Uma voz da própria organização: “O que seria bastante importante é que o taxista pudesse sair de casa para trabalhar com a certeza de que ele iria voltar. Nós pensamos dessa forma porque nós vivemos num mundo conturbado em todas as esferas sociais, onde a violência predomina em que eu e vocês podemos ser abordados em qualquer lugar, a qualquer momento. Nós não podemos deixar no esquecimento esse objetivo, mostrando as dificuldades de melhorar a segurança no segmento, ou outros segmentos, na saúde, na educação, mas o que mais apreende a categoria é justamente nesse segmento da categoria de segurança pública. Nós temos que continuar insistindo que o governo deve melhorar a segurança.”

Sindicato dos Trabalhadores de Artefatos e Couro – SINDICOUPE

Endereço: Rua São Mateus, 39 - São Francisco, Caruaru, PE,
Brasil
Tel.: 37227270

Ano de Fundação: 1937

Nº. aprox. de pessoas da organização: 400 trabalhadores

Área de atuação geográfica: Todo o Estado.

Objetivos ou missão: O sindicato trabalha em prol da categoria. Durante o ano nós temos um mês chamado data base, que é em junho, negocia o sindicato profissional com o sindicato econômico, negociamos em Recife na Casa da Indústria em Santo Amaro. E o objetivo é conseguir melhores condições de trabalho para os trabalhadores. Na parte financeira nós temos um piso salarial de 370,00 reais, e a taxa de insalubridade, que é de 20% sobre o salário base. Sendo assim, o salário menor está em torno de 440,00 reais e o salário é escalonado de acordo com a profissionalização do trabalhador.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: É o curtume, ele pega a pele no estado apodrecido e torna ela imputrescível. Assim, pega a pele com o pelo e há um processo de depilação e depois há o processo de curtimento, que é o que torna o couro imputrescível, torna ela em couro e depois passa por outros processos de aperfeiçoamento até torná-lo em estado de fazer os calçados.

Público-alvo das ações da organização: Os trabalhadores da indústria de couro e de artefatos.

Principais parceiras: Nós temos a Central Sindical, que antes era CGT e agora é a nova Central Sindical, que eu faço parte. E tem ainda a Federação e a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

Principais fontes de recursos: A mensalidade que o trabalhador paga, o imposto sindical e a taxa assistencial para a cobertura das despesas.

Principais conquistas: A maior conquista que tivemos foi uma greve que fizemos em agosto de 1990, nós paramos durante dezessete dias, fomos ao tribunal (o TRT), onde conseguimos na época 120% de reajuste, fora hora extra que foi de 70%, contracheque discriminado, prêmio assiduidade, pagamento dos dezessete dias parados, estabilidade de 180 dias para os grevistas.

Uma voz da própria organização: “Para se fundar um sindicato é preciso haver uma categoria. Após a fundação deste é preciso para se fundar uma federação cinco sindicatos. Após ter a federação você pensa na confederação, que para existir precisa de três federações, e tem a sede geralmente em Brasília. A nossa federação funciona no Recife”.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caruaru – STRC

Endereço: Avenida Joaquim Nabuco, s/n, Centro, Caruaru, PE, Brasil
Tel.: 3721-2529

Ano de Fundação: Não soube informar

Nº. aprox. de pessoas da organização: 4000 cadastrados e 2000 a recadastrar

Área de atuação geográfica: Caruaru e região

Objetivos ou missão: Defender os objetivos gerais dos trabalhadores. É mais na Previdência Social, a agricultura,

a Reforma Agrária, a política agrícola. Mas na nossa região os trabalhadores são mais autônomos, na Zona da Mata o pessoal fica mais preso às usinas. A saúde e a educação são as lutas principais, é rotina. Nós representamos o pequeno produtor, pequenos assalariados, que não tem grandes empresas.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nível rural (nível jurídico, trabalhista, capacitação, formação, conscientização).

Público-alvo das ações da organização: Pequenos trabalhadores rurais

Principais parceiras: BB, Banco do Nordeste.

Principais fontes de recursos: Mensalidade Associados (R\$ 7,00) e contribuição federativa (R\$ 20,00 anuais)

Principais conquistas: Na Previdência, quando a gente melhorou o acesso do agricultor à Previdência, nós tivemos a renegociação das dívidas do agricultor, que foi um avanço que ajuda a nossa luta, a gente também teve alguns avanços na Reforma Agrária, que apesar de uns pesares a gente teve alguns avanços aqui em Caruaru e na região, nós tivemos também avanços nos Créditos, que a gente avançou com o PRONAP, que antigamente o PRONAP dificultava muito o acesso, eram juros altos, era a falta de funcionários nos bancos para nos atender, a quantidade da demanda, era distante e hoje em dia é mais perto.

Uma voz da própria organização: “A nossa estratégia é organizar, orientar e motivar as pessoas em busca dos direitos, porque o sindicato existe para isso, pra esclarecer, orientar, ajudar. Se o INSS nega os direitos do trabalhador nós procuramos a Justiça, quando a gente tem algum problema a gente tem o setor jurídico do sindicato para defender os trabalhadores que estão sendo prejudicados.”

Sindicato Rural de Caruaru – SRC

Endereço: Rua Frei Caneca, 138, Centro, Caruaru, PE, Brasil-55012-330

Ano de Fundação: 1968

Nº. aprox. de pessoas da organização: 16 pessoas

Área de atuação geográfica: Agreste Setentrional

Objetivos ou missão: Assistencialismo ao empregador rural

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Educacional, jurídico e saúde.

Público-alvo das ações da organização: Empregadores Rurais

Principais parceiras: SEBRAE e SENAC

Principais fontes de recursos: Verba pública, e contribuição Sindical.

Principais conquistas: Olhe teve muita conquista viu, agora já faz muito tempo, quando o sindicato era como um sindicato autônomo ela desenvolvia mais, agora hoje em dia tudo nós passamos para o de Recife.

Uma voz da própria organização: “Hoje não temos exposições de animais, temos um convênio com o Sebrae e Senac, então eles promovem muitos cursos, de agricultura, culinária, artes. Então existe aqui no sindicato isso porque temos ligações com o Sebrae e o Senac, Então hoje o sindicato do trabalhador cresce muito porque o trabalhador ele requer muito benefício, mas o empregador não requer tanto, pois ele mesmo paga particular, mesmo a gente tendo tudo isso, advogado, medico.”

Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Pernambuco – SINTEPE

Endereço: Rua Vidal de Negreiros, 89 - Centro, Caruaru, PE,
Brasil- 55004-430
Tel.: 3722 0257
E-mail: sintepe@sintepe.org.br
Site: www.sintepe.org.br

Ano de Fundação: 1991

Nº. aprox. de pessoas da organização: Aproximadamente 400 filiados e um funcionário em cada núcleo regional

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Ajudar a defender as reivindicações da classe relacionada à educação brasileira, especial-

mente professores, tentando promover melhores condições de trabalho e de segurança, buscando o apoio de órgãos governamentais, geralmente.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Na educação, porque na educação a gente tem acesso a todo o resto: saúde, segurança, todas essas coisas.

Público-alvo das ações da organização: Professores, agentes da educação, merendeiras, quaisquer pessoas que trabalhem relacionadas com a educação.

Principais parceiras: CUT e CNTR

Principais fontes de recursos: Os recursos vêm da sede, em Recife, que paga o aluguel e as contas, as despesas em geral. E tem também a contribuição dos associados, que é 1% do salário deles.

Principais conquistas: Foi o PCC – Plano de Cargos e Carreiras (*quanto mais capacitado o professor for, mais remuneração terá*) e a aprovação da Lei do Estatuto do Magistério (em 1998).

Uma voz da própria organização: “O SINTEPE luta contra a má educação, não apenas no contexto Caruaru. A gente faz greves pra conseguir alcançar alguns objetivos e enfrentamos um preconceito muito grande ainda, é como eu disse a educação não é uma prioridade, realmente.”

União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru – UESC

Endereço: Rua São Roque, 35, Centro, Caruaru, PE, Brasil,

55004-390

Fone: (81) 3722-2246 / 94248223

Ano de Fundação: Não soube informar

Nº. aprox. de pessoas da organização: Todos os estudantes secundaristas

Área de atuação geográfica: A UESC tem abrangência em todo o Agreste.

Objetivos ou missão: A UESC tem o papel político-cultural na sociedade, principalmente visando à juventude, então diante de todo o sucateamento que vemos na educação, a gente visa mais politizar essa juventude pra se organizar, tanto na parte de conscientização quanto os seus direitos e deveres. Então, hoje existe uma lei federal desde 84 que dá prioridade e abre a nível federal uma organização dos estudantes. Então, a UESC tem esse papel de representar a juventude aqui dentro do Estado de uma maneira que é também filiada à entidade Estadual. Rua São Roque, Centro.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nosso principal tema é a juventude, lidando com todos os aspectos da sua vida na sociedade.

Público-alvo das ações da organização: Os estudantes.

Principais parceiras: A gente tem trabalhado principalmente com alguns sindicatos: o SINTEPE, aqui em Caruaru, é um sindicato que quando a gente faz mobilização junto aos estudantes, esse sindicato também participa

das passeatas, que o problema da educação não é só do estudante é do professor também. Aqui no Estado de Pernambuco são mais de oito anos que não se tem um concurso público, a mais de sete anos não se tem um reajuste salarial para o professor do Estado. As escolas estão sucata e faltam merendas. Também fazemos parcerias com o Sindicato da Construção Civil daqui de Caruaru, que teve eleições esse ano e é um dos nossos colaboradores no papel de conscientização dos pais e alunos. Há também o sindicato rural, nem todas às vezes da para contar com a Prefeitura Municipal de Caruaru.

Principais fontes de recursos: A nossa única fonte de recurso, que é uma fonte mínima, refere-se à questão da carteira de estudante, que é uma das nossas grandes conquistas para as estudantes em 2000, garantindo a meia passagem. E também, outra fonte de recurso, é quando a gente realiza atividades com os nossos parceiros.

Principais conquistas: A conquista da carteira de estudante e algumas manifestações que fizemos para os estudantes em 2000, garantindo a meia passagem. E também, outra fonte de recurso, é quando a gente realiza atividades com os nossos parceiros.

Uma voz da própria organização: “Gostaria muito que as universidades e as escolas secundaristas levassem para si à educação que tanto Paulo Freire falou. Porque a educação é uma questão básica, educação como prática

da liberdade. Uma adoção dos métodos de Paulo Freire trazendo para sala de aula a questão social”.

3. Organizações de caráter religioso, filantrópico e de solidariedade

Alcoólicos Anônimos – AA

Endereço: Rua XV de Novembro, nº. 250 - 1º andar - Sala 03,
Centro, Caruaru, PE, Brasil 55004-160
Tel.: 3721-6788

Ano de Fundação: Não soube informar

Nº. aprox. de pessoas da organização: Não soube informar

Área de atuação geográfica: Na verdade o programa de AA é a nível mundial, porque ele nasceu em 1935, lá nos EUA, por dois homens: Bob e o Bill W. Quando eles se uniram, eles começaram a perceber que dois bebedores (juntos) ficavam mais fáceis de parar. Aí começou um trabalho de divulgação, hoje em dia vai já através da mídia, que ajuda muita gente aí, foi se expandindo até chegar a Caruaru.

Objetivos ou missão: O objetivo maior da irmandade de AA é fazer com que a mensagem chegue ao bebedor que não consegue se abster sozinho. Ao chegar à irmandade, a gente mostra a ele que ele deve fazer um programa de 24 horas e vir um dia de cada vez, sempre tentando evitar o primeiro gole. Segundo a organização mundial de saúde o alcoolismo é uma doença, sem

cura e com determinação fatal, levando o homem ou a mulher a uma morte prematura. Portanto o programa de AA surgiu pra isso, é uma das saídas para o bebedor prolixo, que não consegue se abster.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Alcoolismo

Público-alvo das ações da organização: O A.A. é uma porta aberta pra todo mundo. A porta do AA está sempre aberta com o propósito de que? Alguém necessitou e a gente possa recebê-lo, dando a ele a chance de se recuperar. E essa pessoa, quando começa a se recuperar, começa a despertar dentro de si aquela vontade de trabalhar, de ajudar também, e isso é valioso, muito importante para todos nós.

Principais parceiras: Não temos. Quem ajudava sentia a necessidade de querer alguma coisa em troca, então existe a necessidade das tradições. Nós nos regemos por meio de 36 princípios básicos. 12 passos, 12 conceitos e 12 tradições. O que seria isso? Os 12 conceitos para serem mundiais, as 12 tradições para manter-se o grupo e os 12 passos com a proposta de melhorar o espírito do grupo. Então, conseguindo esse objetivo, vamos longe.

Principais fontes de recursos: Uma das nossas tradições, uma das 12, mostra que a sobrevivência é da irmandade. Em cada reunião é passada uma sacola, denominada de cédula-cartão. E nessa cédula-cartão só o participante sabe quanto vai colocar. De acordo com a minha condição eu vou lá e contribuo anonimamente. No final

o tesoureiro soma, coloca a quantia em um quadro e o grupo fica sabendo quanto tem.

Principais conquistas: É salvar vidas, que é o objetivo do AA. É salvar a vida de um ser humano, de um pai de família. É ver um lar feliz.

Uma voz da própria organização: “O principal programa da organização é fazer com que o alcoólico, o bebedor-problema, como a gente diz, tenha a oportunidade.”

Associação de Assistência Social e Evangélica da Primeira Igreja Batista em Caruaru – AASEPIB

Endereço: Rua Marcílio Dias, 99, Bairro São Francisco, Caruaru, 55006-110

Telefone/Fax: 37216831

E-mail: pedidodeoracao@pibcaruaru.org.br

Site: www.pib.caruaru.org.br

Ano de Fundação: 1997.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Das pessoas que já foram atendidas, nós temos um levantamento de 60 mil atendimentos nas áreas de pediatria, ginecologia, clínico geral, odontologia, psicologia. E entre funcionários, voluntários e médicos nós temos quarenta pessoas.

Área de atuação geográfica: Além de Caruaru nós também atendemos os municípios de Lajedo, Belo Jardim, Panelas, Bonito, Bezerros e outras.

Objetivos ou missão: Em 1995, um jovem da nossa Igreja, que naquela época era instrumentador cirúrgico, trabalhava com o médico Paulo André. E vendo a carência da sociedade, o sofrimento das pessoas, aí Deus colocou no coração dele o desejo de que a Igreja Evangélica abrisse as portas para essa obra social. Então foi quando esse jovem iniciou esse trabalho na casa de sua mãe, com um pequeno consultório, e depois o Dr. Paulo também o ajudava. A ideia foi passada para a igreja, o pastor abraçou a ideia. Daí nós alugamos uma casa, isso foi se expandindo, e para a glória de Deus nós temos esse prédio construído. Então foi assim, nós vimos que a igreja não pode ficar omissa. A gente prega o Evangelho, mas também a nossa missão é atender as pessoas no físico também, e não só o espírito.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: A AASEPIB presta assistência médica e odontológica ao menor carente; assistência educacional, assistência geriátrica; criação e manutenção de cursos profissionalizantes e promover o desenvolvimento e a difusão cultural. Eu não estou dizendo que nós estamos fazendo isso tudo, mas é o nosso sonho poder alcançar todos esses objetivos.

Público-alvo das ações da organização: É a comunidade em geral. Independe se a pessoa que vamos atender possui o mesmo credo religioso que o nosso ou não, a Policlínica está aberta para todos que precisarem.

Principais parceiras: Nós não temos parcerias, o que temos é alguns médicos credenciados pelo SUS (Sistema Único de Saúde), com o qual nós temos um convênio.

Principais fontes de recursos: Oitenta por cento dos nossos recursos são mantidos pela nossa igreja. Nós temos sócios mantenedores que contribuem com valores menores. E em nosso convênio com o SUS, nós recebemos uma pequena parcela que fica na casa para manutenção.

Principais conquistas: O que conseguimos foi ter a credibilidade da população. Graças a Deus, nós até aqui somos respeitados, procurados. Tanto é que como eu já falei no início, pessoas de outras cidades que vêm nos procurar e acreditam no trabalho da gente. A conquista da nossa sede, pois começamos em uma casa alugada e hoje temos uma sede própria. O reconhecimento em nível estadual da policlínica.

Uma voz da própria organização: “A Policlínica Batista foi a primeira policlínica organizada em nível de estado. Eu sabia que era a primeira dentro de Caruaru, mas para a glória de Deus ela foi a primeira dentro do estado, pois até então nunca se tinha ouvido falar sobre isso. Então nós demos o pontapé inicial.”

Cáritas de Caruaru

Endereço: Avenida Osvaldo Cruz, 207, Mauricio de Nassau, Caruaru, PE, Brasil - 55012-040
Telefone/Fax: 3721-8719
E-mail: caricar@velox.com.br

Ano de Fundação: Maio de 2004

Nº. aprox. de pessoas da organização: Bem, nós temos hoje em torno de 10 pessoas que trabalham no projeto por um milhão de cisternas (P1MC), tem cinco pessoas que trabalham pelo cargo, depois tem a Simone que trabalha com jovens e adolescentes, outro que trabalha com o Semi-árido, e eu na coordenação geral, então ao todo são 13.

Área de atuação geográfica: A Arquidiocese, no projeto P1MC ainda participa cinco municípios que n fazem parte da arquidiocese, porque quem fez a divisão dessa micro região não foi a Caritas nem a diocese. São nos municípios de pesqueira, palmares, Garanhuns. Temos um projeto com uma comunidade quilombola também. No que tem desrespeito aos idosos, nós também temos parcerias.

Objetivos ou missão: Nós temos que atender, sobretudo, os mais necessitados, promover a vida. É um compromisso com a cidadania. Não só ver a necessidade urgente, mas também ajuda-lo, fazer com que a própria pessoa se torne o atuante da história, o sujeito e para isso agente também tem que cobrar, para isso temos também dado informações políticas, não de cunho político partidário, mas sobre políticas publicas, para sabermos dos seus direitos e deveres como cidadão.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Praticamente ele não atua de forma especifica, tendo seus projetos de maneira geral. Como eu vinha falando antes a Cáritas busca trabalhar a pessoa, melhores condições, valorização do homem. Então a Cáritas não tem uma área

social específica de atuação, ela atua de forma geral na sociedade. Seja jovem de rua, seja idoso, seja negro. A atuação é de muita abrangência.

Público-alvo das ações da organização: População Carente

Principais parceiras: FAFICA, Congregação de Irmãs, Paróquia do Rosário, Dom Bosco, Bonanza.

Principais fontes de recursos: Através dos projetos, principalmente o projeto do governo federal e FEBRABAN que colabora especificamente no projeto P1MC. Cada projeto tem suas fontes. Mas em geral os recursos vêm de fora do país, das Cáritas de lá.

Principais conquistas: São várias conquistas, num evento mesmo que fizemos na FAFICA uma senhora chegou pra nós e disse: “Poxa irmã nunca pensei que pudéssemos entrar na casa dos doutores”. Quer dizer essa felicidade e se sentir importante são nossas conquistas. Quando percebemos que nossos esforços melhoram a vida de pessoas que tinha que pegar água distante e voltar cansado e por vezes perder essa água e chorar e depois ver a felicidade depois de ter a água em casa tudo isso são nossas conquistas.

Uma voz da própria organização: “Eu estou convicta que o processo se dá, não tem como você forçar o processo, ninguém muda a vida do outro se o outro não quiser.”

Casa dos Pobres de São Francisco

Endereço: Av. Lourival José da Silva, 483, Petrópolis, Caruaru, PE,

Catálogo

Brasil

Telefone/Fax: 37214325

E-mail: casadospobres@casadospobres

Ano de Fundação: 1948

Nº. aprox. de pessoas da organização: Há hoje noventa e um internos e, aproximadamente, dez pessoas na direção.

Área de atuação geográfica: A princípio seria atender somente a cidade de Caruaru, porém como a procura é grande, hoje atendemos toda a região agreste.

Objetivos ou missão: Assistência aos idosos.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós trabalhamos apenas com idosos

Público-alvo das ações da organização: Somente os idosos

Principais parceiras: Não temos.

Principais fontes de recursos: Doações da sociedade, aluguel de algumas lojas da Feira da Sulanca e também 70% da aposentadoria dos nossos internos.

Principais conquistas: Conseguir atender a um número significativo de idosos

Uma voz da própria organização: “Não tivemos muitos obstáculos, pois a sociedade caruaruense é muito solidária a esse tipo de organização. A Casa dos Pobres é uma instituição pertencente à Maçonaria, que é a instituição que mais nos ajuda.”

Centro de Assistência Social Evangélico Vale da Bênção - CASEVABE

Endereço: Rua Joaquim Távora, 402, São Francisco, Caruaru, PE, Brasil
Telefone/Fax: 3721-9312 / 3095-0105
E-mail: marcosgalindo2@gmail.com.br

Ano de Fundação: 1991, nós já temos dezesseis anos de existência.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Na diretoria são doze pessoas e temos quinhentos sócios, que trabalhamos operando com eles no atendimento médico e odontológico e em questão de outras ajudas como passagens, alimentos e medicamentos nessa questão social.

Área de atuação geográfica: Temos alguns atendimentos da zona rural de Caruaru e de outros municípios, mas a nossa atuação, a princípio é na cidade de Caruaru.

Objetivos ou missão: A nossa finalidade é ajudar. Por que a própria mantenedora da CASEVABE é a Igreja Vale da Bênção Central, e nós temos alguns sócios e voluntários que ajudam. E a nossa intenção é ajudar, tanto na área médica, odontológica como em outras.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nas questões médica e odontológica trabalhamos através de convênios com consultórios, clínicas e laboratórios, onde nossos sócios recebem desconto de pagamento nesses locais. Praticamente temos convênio com todas as especialidades médicas. O atendimento odontológico é feito aqui na CASEVABE.

Público-alvo das ações da organização: É toda a comunidade. Não só os membros da nossa igreja, mas qualquer pessoa que esteja precisando de auxílio. Nós atendemos à família,

por exemplo, o marido faz a carteirinha e a sua esposa e filhos são dependentes. Nós não podemos restringir o nosso atendimento ninguém, independente do credo religioso.

Principais parceiras: São exatamente os convênios que temos com as clínicas, consultórios e laboratórios. A Novo Gás, que está fora do contexto saúde, mas é um atendimento para ajudar os sócios da seguinte forma: o sócio faz a compra, a prazo, do botijão de gás com o pagamento após trinta dias no valor de R\$ 33,00 reais. E A Novo Gás repassa a nossa sede um percentual de seu lucro a fim de nos ajudar na manutenção da sede.

Principais fontes de recursos: Como eu já disse inicialmente, nós temos a própria Igreja que é a mantenedora, temos os sócios que mantêm com uma contribuição mensal e temos outros que contribuem de forma voluntária independente de ser ou não sócio.

Principais conquistas: Faltam algumas como a construção da nossa sede própria, até porque a igreja está em construção. Mas pelo menos, o atender que está há dezesseis anos acontecendo, mesmo com dificuldades estamos de portas abertas para a população. Também conseguir uma ambulância para atender mais e melhor.

Uma voz da própria organização: “O nosso desejo é o de poder ampliar a nossa atuação para servir mais, pois esse centro é alugado, e nós precisamos de um local próprio.”

Centro de Educação Popular Assunção – CEPA

Endereço: Rua Alexandrino Boa Ventura, s/n, Vila Padre Inácio, Caruaru, PE - Brasil 55036-525
Tel.: 92415955 e 91044331
E-mail: cepacaruaru@hotmail.com

Ano de Fundação: No caso da comunidade em 1996, mas o CEPA nasceu em 2001.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Temos os voluntários, mas próximos que estão dentro da instituição, que trabalham aqui. Mas tem os voluntários que estão fora, por exemplo, a nossa contadora ela não tá aqui, mas toda parte contábil é um trabalho fora da instituição, mas é uma pessoa que dispõe do seu tempo para prestar essa assistência. Então eu diria que entre voluntários está em torno de vinte e oito e trinta pessoas que doam seu tempo, sua formação profissional.

Área de atuação geográfica: Ela se localiza na Vila Padre Inácio, mas atende crianças e outras pessoas da comunidade. Na Vila Padre Inácio, José Carlos de Oliveira, Vila Kennedy, Cohab I e II, Vila do Aeroporto e Caiucá, Vila Diocesana.

Objetivos ou missão: Nossos projetos têm como principal finalidade a criança na escola estudando, e a partir disso construir seu futuro. Mas só que nossas escolas têm apenas o período de um turno, ou seja, a criança está na escola de manhã ou à tarde e outro turno onde está? Está na rua. E quando está na rua está aprendendo o que? Sabe Deus. Então a proposta é trabalhar junto aos pais a importância da educação dessas crianças e também trabalhar com os pais a importância delas participarem do CEPA, no sentido de não está na rua aprendendo o que não presta, e estando aqui estará ampliando seus horizontes no futuro dessas crianças.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Temos aqui vários projetos. Temos o Projeto de Canto, Capoeira, Dança e Teatro, Acompanhamento Escolar e o Projeto Incluir. Cada um com sua filosofia, mas que também com dedicação não se isola dos outros projetos, por exemplo, o Projeto de computação não é uma coisa isolada do de Teatro.

Público-alvo das ações da organização: Nosso principal alvo são as crianças e os adolescentes, mas também trabalhamos com adultos (família).

Principais parceiras: Temos a FAFICA, a ASPROMA que também é da comunidade, o SESC através de banco de alimentos, e o SENAI. Nossos alunos, que estudam no nosso projeto de computação, eles tiram dois certificados, uma pelo CEPA e a outra pelo SENAI, e fazem duas provas dessas duas instituições.

Principais fontes de recursos: Com doações da comunidade, mas principalmente com pessoas jurídicas e de pessoas físicas também, mas principalmente jurídicas.

Principais conquistas: Os relatos das crianças, a formatura das nossas crianças do Projeto Tatear Educação Infantil, elas passaram por aqui e permaneceram em um espaço de tempo de quatro anos, e no mês de dezembro realizamos a formatura dessas crianças, elas saíram daqui lendo e escrevendo. Muitas vezes tem um desempenho melhor que algumas crianças de escolas particulares. A pessoa jurídica; O espaço físico; Novos computadores; Apresentações no São João da cidade; Entrada dos educandos nos cursos técnico-profissionalizante.

Uma voz da própria organização: “O aprendizado aqui é formidável. Mesmo trabalhando na coordenação eu não posso impor para o educador, tem que dialogar com ele e com o grupo.”

Centro de Educação Popular Comunidade Viva – COMVIVA

Endereço: Rua do Cedro, 995, Caruaru, PE, Brasil 55000-000 Telefone/Fax: 3721-3097

E-mail: comviva_org@yahoo.com.br

Ano de Fundação: 1989

Nº. aprox. de pessoas da organização: 25 (funcionários) nas três casas, 250 educandos (diretamente).

Área de atuação geográfica: Município de Caruaru. A nossa clientela já pega pessoas de vários bairros da cidade.

Objetivos ou missão: Proporcionar um atendimento sócio-educativo para crianças e adolescentes em situação de risco, sendo voz ativa na luta pela vida e pelos direitos de toda infância empobrecida e marginalizada.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós temos um trabalho sócio-educativo que é um acompanhamento escolar. Esses meninos passam por algumas dificuldades na escola, então muito deles não estão dentro do perfil escolar, tem menino que deveria estar no 2º ano, mas está na 5ª série, então ele teve problema no rendimento escolar. Fazemos um acompanhamento escolar com Educação social de rua (abordagens) – iniciação profissional (estágios).

Público-alvo das ações da organização: Crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Famílias e comunidades (visitas e encontros) – políticas públicas (cons. MDCA)

Principais parceiras: Nós temos a KNH, que é uma instituição internacional, que também é financiadora, parceira e financiadora. Hoje nós estamos só com duas (financiadoras), que são a KNH e a MISERIUM, que são instituições alemãs. Os projetos deles são feitos a cada três anos. A vida da entidade é dos financiadores que estão com a gente, o tempo todo. E aí nós temos o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, onde a gente também tem um assento dentro das políticas

públicas, porque nós promovemos uma ação dentro das políticas públicas. Então, nós também temos um assento lá, pra você ver, eu sou uma das conselheiras do município. Temos também contato e parceria com o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, ano passado nós fizemos um projeto e recebemos o núcleo de turma digital. E temos as pessoas que fazem doações espontâneas. Uma das parceiras que está há uns quatro anos é a FAFICA, com seus estagiários. Eles passam três horas, têm uma bolsa integral, atuam na área pedagógica / escolar.

Principais fontes de recursos: As ONGs de Caruaru. A gente sempre tem uma reunião onde conversamos sobre as outras problemáticas a fim de desenvolver a questão de políticas públicas dentro do próprio conselho. E também o Banco de Alimentos do SESC.

Principais conquistas: É a de ter engajado alguns meninos da rua. Hoje eles estão trabalhando, se tornam pais de família, saíram do mundo das drogas e da exclusão social em geral.

Uma voz da própria organização: “Nosso principal obstáculo sempre foi o preconceito é o maior. Porque a gente trabalha com pessoas que quase ninguém quer trabalhar. Então o educador, às vezes é tratado como o educador que está com marginal. Aí às vezes um menino “bate uma carteira” e as pessoas acham que somos nós que estamos incentivando, e não vê qual é realmente o nosso trabalho que está por trás”. “Para manter as atividades, que tem muita dificuldade financeira, hoje estamos investindo em divulgação”.

Centro de Serviço à Vida

Endereço: Rua Ioiô Nunes, 28, Bairro Santa Rosa, Caruaru-PE, Brasil 55.028-010
Telefone/Fax: (81) 3721 5663 / 3721 0894

Ano de Fundação: 2002

Nº. aprox. de pessoas da organização: Quatro voluntários com reuniões semanais e pessoas da comunidade fundaram uma escola com professores, estagiários da FAFICA, o diretor, duas mães que fazem merenda e limpeza e voluntários que ajudam com ações em dinheiro. No ano passado nós tínhamos 64 crianças de 0 a 7 anos, porque na verdade a gente fundou a escolinha para atender a pré-escola de 0 a 6, só que a gente encontrou uma quantidade muito grande de crianças com mais de 6 anos que nunca tinha freqüentado a escola. Alguns colaboradores aceitam, outras não, dizem que a gente está fazendo um trabalho que deveria ser feito pela prefeitura, mas se isso não existe? Estar dando certo, nunca faltou merenda, nós temos comida, às vezes até demais. Ganhamos freezer, geladeira, vídeo, DVD, televisor. Nosso objetivo é trabalhar essas crianças até os 16 anos, porque de 14 aos 16 oferecer estágios e pegar essa parte cultural, dança, música, etc.

Área de atuação geográfica: Vila Bonanza (Caruaru) com trabalhos diversos.

Objetivos ou missão: Promover e incentivar atividades que favoreçam a promoção humana e, conseqüentemente, uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, em um processo em que cada um se torne sujeito do seu próprio crescimento e do crescimento da comunidade. Disponibilizar serviço de escuta, encaminhamento, acompanhamento, formação e informação com relação aos diversos aspectos da vida, tais como trabalho, saúde, espiritualidade, habitação, educação, relacionamentos e comunicação.

Público-alvo das ações da organização: População carente em geral, especialmente na Vila Bonanza.

Principais parceiras: As dos comerciantes, Pastoral da Criança.

Principais fontes de recursos: Nós temos em torno de vinte associados que ajudam financeiramente com contribuições de R\$ 5,00 a R\$ 50,00.

Principais conquistas: “Eu acho que tudo que a gente fizer pelas crianças vale a pena. Se a gente não conseguiu marcar todas as crianças então algumas delas vão sair marcadas por nosso trabalho. O que eu valorizo mais é a formação da personalidade e a gente tem conseguido nesses dois anos de escola passar pela formação de algumas crianças. Estamos agora com uma pedagogia construtivista e a gente usa “A Arte de Amar”. Ela é do movimento dos Focolares, um movimento da Igreja Católica. A fundadora teve uma ideia de fazer um dado, e nesse dado tem uma maneira de viver a cada dia, que é “amar o inimigo”, “amar a todos”, “amar como a si mesmo”, “amor recíproco”, “amar por primeiro”, “amar Jesus no irmão”. É tudo sobre o amor ao próximo. Você joga o dado o lado que cair é aquele que você vai viver naquele dia”.

Desafio Jovem

Endereço: Rua Laércio Florêncio, s/n Auto do Moura, Caruaru, PE, Brasil.

Ano de Fundação: O Desafio Caruaru já está há 17 anos, vem fazendo um trabalho de re-socialização, trabalhando com jovens que são dependentes de drogas, aquele jovem que para a sociedade às vezes é um caso perdido.

Nº. aprox. de pessoas da organização: 45 (internos e funcionários, atualmente) e cerca de 5000 (desde a fundação até atualmente).

Área de atuação geográfica: A primeira casa de recuperação surgiu nos EUA, através do pastor David Wilson, que era um camarada viciado, aí foi a data da primeira casa de recuperação dos EUA e de lá pra cá se expandiu no mundo todo. Hoje em todo lugar do Brasil tem casa de recuperação Desafio Jovem.

Objetivos ou missão: O Desafio Jovem é uma casa de recuperação que tem o objetivo de tirar os jovens da droga, resgatá-los e reintegrá-los à sociedade. Então, nosso objetivo é esse. É conscientizar que a droga mata, destrói qualquer pessoa, ela não escolhe idade ou classe social. Essa casa é evangélica, nós não pregamos religião, mas o caminho é Jesus Cristo, que é o Caminho, a Verdade e a Vida. Ele é a cura para qualquer tipo de doença. Nosso objetivo, através desse trabalho é esse, ajudar. Porque, na cabeça dele, é impossível deixar as drogas. Mas a gente sabe que a cura é difícil, mas existe.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nosso tema de atuação é o trabalho, em qualquer área, para manter os detentos ocupados e também a disciplina e a ordem.

Público-alvo das ações da organização: Jovens dependentes de 18 anos acima.

Principais parceiras: Hoje nós temos uma estrutura muito boa, mas que ainda não é adequada. Nós somos conscientes de quem nos mantém, Deus. E segundo a força de vontade de trabalhar e construir. Hoje, dos 40 internos, eu tenho bolsas. Como o Senhor Adauto, que era mendigo, e outros aqui que recebem três refeições diárias, roupa, dois banhos por dia, têm tudo aqui dentro. E têm outros internos que a família contribui para manter eles aqui. Nós temos telemarketing e as pessoas que quiserem se associar ao Desafio Jovem pode contribuir. A esposa do presidente tem uma casa no centro e

liga para comerciantes e as pessoas. Se quiser contribuir com o Desafio Jovem, que o faça, porque é uma casa séria.

Principais fontes de recursos: Nós temos uma pequena fábrica de gesso, tanto fabricamos, quanto vendemos. Além, da fábrica de buchas e da embalagem de etiquetas, a família de alguns internos que nos mantém aqui. Nas palestras são realizadas campanhas de alimentos em escolas para ajudar o Desafio. Também faço palestras e arrecado tanto dinheiro quanto alimentos.

Principais conquistas: A recuperação de muitos jovens dependentes. Desde o surgimento dessa casa, que era esse quatinho minúsculo que fica ali na frente, até hoje já passaram cerca de 5000 jovens por aqui. A nossa alegria é ver esses jovens longe dessa vida. É outra conquista nossa essa estrutura de hoje em dia. Foi tudo construído com o trabalho dos próprios internos, com as mãos deles.

Uma voz da própria organização: “Nos não temos nada contra quem usa drogas, mas somos contra as drogas, não contra o usuário. O nosso trabalho é mostrar ao usuário que ele vai morrer que não existe cura e essa cura depende dele através de Jesus Cristo.”

Lar da Criança Nossa Senhora do Carmo

Endereço: Rua Prof. Ferruccio 622, Bairro Centenário, Caruaru, PE, Brasil 550048 -230.
Telefone/Fax: 37214238

Ano de Fundação: 12 de outubro de 1989, Centenário. 12 de outubro de 1981, Salgado (fundada com a denominação Lar da Criança Pobre de Caruaru).

Nº. aprox. de pessoas da organização: Trinta pessoas.

Área de atuação geográfica: Bairro Centenário e adjacentes; Salgado e adjacentes.

Objetivos ou missão: Assistência, educação e a promoção de crianças e adolescente de 2 a 16 anos.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Assistência sócio-educativa.

Público-alvo das ações da organização: Crianças e adolescentes de 2 a 16 anos

Principais parceiras: Secretária Municipal de Ação Social (convênio); Secretária Municipal de Educação (merenda); SESC (Banco de Alimentos).

Principais fontes de recursos: Entidade Mantenedora: Lar da Criança Pobre de Mossoró.

Principais conquistas: Algumas crianças egressas da entidade são hoje funcionários da casa; Apoio nos estudos com apoio do ensino médio.

Uma voz da própria organização: “Apesar das dificuldades enfrentadas, temos funcionado sem parar, desde 1981, graças ao apoio e o material da nossa mantenedora, o Lar da Criança Pobre de Mossoró, com recursos provenientes da Alemanha. Porém, a ainda falta de apoio externo, tanto da esfera governamental, quanto do meio empresarial”.

Obra Kolping

Endereço: Rua Paulo Afonso, 310. Bairro São Francisco, Caruaru e
CEP: 55008-560

Telefone/Fax: 3721-6270

E-mail: koupingpe@yahoo.com.br
ou koupingpe@bol.com.br

Ano de Fundação: Por data de documentação foi em 04/08/1983 que foi quando surgiu à regional. Porém, o início do movimento foi em 1978 que chegou a Caruaru.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Bem é um numero aprox.. Hoje são dez comunidades Kolping funcionando e quatro grupos em formação. Entre funcionários, associados, voluntários, frequentadores, simpatizantes são cerca de quinhentas a seiscentas pessoas.

Área de atuação geográfica: A Obra Kolping do estado de PE só atua em PE. Municípios: Caruaru, Xexéu, Bezerros, Flores, Triunfo, Afogados da Ingazeira e Maraial.

Objetivos ou missão: Objetivo geral: Promoção integral do homem como um todo;
Missão: Formação integral de homens e mulheres, nos aspectos de sua vida, através da formação e ação social e da intervenção em espaços institucionais. (folder).

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós construímos a Matriz de Planejamento, e nós temos o que é chamado de Programa de Ação. Os Programas de Ação podem variar de estado para estado de acordo com a realidade em que vive, mas geralmente são muito semelhantes aqui no nordeste. Aqui em Pernambuco trabalhamos os quatro programas de ação: Desenvolvimento Comunitário e Ação Política, Geração de renda, Ação Social e Convivência com o Semi-árido e Juventude.

Público-alvo das ações da organização: São os cidadãos. Trabalhamos com jovens, idosos, comunidades, crianças, grupos de mulheres. Então assim, não há um perfil definido. Porém, claro alguns projetos tem um publico definido. Como jovens, mulheres...

Principais parceiras: São muitas. O nosso escritório central, a Obra Kolping do Brasil, a Obra Kolping Regional, a Diocese

do município ao qual a Kolping pertence, a Obra Kolping Internacional da Alemanha, Sindicato de Trabalhadores Rurais, o DED (Serviço Alemão de Cooperação Técnica), a Caritas Regional Nordeste II e Caritas Diocesana de Caruaru, Além dos parceiros locais como o CIEE (Centro de Integração Empresa – Escola), ASA (Articulação do Semi-Árido), Associações de moradores, Prefeituras, Conselhos, Secretarias Municipais, CECOR (Centro de Educação Comunitária Rural), IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agricultura Apropriada).

Principais fontes de recursos: Doações de associações; Doações de particulares (pessoas físicas, jurídicas); Projetos Comunitários de fundo governamental e não-governamental; Fontes próprias (alugueis, eventos, bazares...)

Principais conquistas: Foi a questão da formação da pessoa humana mesmo. Hoje temos pessoas dentro da sociedade que passaram por esse movimento, temos pessoas que tem sua família e a mantém através de projetos que a Kolping proporcionou.

Uma voz da própria organização: “A organização social comunitária possibilita a transformação social do ser humano.”

Pastoral Carcerária

Endereço: Rua Deputado Torres Galvão 607, Salgado, Caruaru, PE, Brasil 55018601

Telefone/Fax: 37229455 / 30453011

E-mail: past_carc_diocese@yahoo.com.br

Ano de Fundação: 1997

Nº. aprox. de pessoas da organização: Sete

Área de atuação geográfica: Caruaru, mais especificamente o presídio.

Objetivos ou missão: Dar assistência religiosa e quando possível jurídica aos presos.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Religiosa e educacional.

Público-alvo das ações da organização: Presidiários e suas famílias.

Principais parceiras: Diocese

Principais fontes de recursos: Diocese e contribuição dos integrantes da pastoral.

Principais conquistas: O próprio trabalho realizado, apesar de ser uma atuação difícil estamos conseguindo continuar.

Uma voz da própria organização: “Nossa estratégia é mostrar que o preso é como qualquer um. Às vezes a sociedade o trata como monstro, é tanto que pouco a sociedade se interessa pelos seus problemas. Estamos todos propensos a cometer erros e é assim que nos colocamos frente a eles, de igual pra igual.”

Pastoral da Criança

Endereço: Ruas São Paulo 152, Bairro Mauricio de Nassau, Caruaru, PE, Brasil 55012-000
Telefone/Fax: (81) 37229740 / 88650433

Ano de Fundação: 1987

Nº. aprox. de pessoas da organização: Eu acho que está numa fase de 2000 participantes

Área de atuação geográfica: 28 municípios do Agreste Pernambucano

Objetivos ou missão: Qualidade de vida para Crianças

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Seria o trabalho direcionado às crianças. Saúde, higiene e evangelização.

Público-alvo das ações da organização: Crianças de 0 a 6 anos e gestantes.

Principais parceiras: Rede Globo NE e Caza Nova Construções

Principais fontes de recursos: Pastoral Nacional – Ministério da Saúde, Criança Esperança; Rede Globo NE – Movimento Pró Criança; Fome Zero – Gol Linhas Áreas

Principais conquistas: Ver as crianças felizes

Uma voz da própria organização: –

Pastoral do Morro do Bom Jesus

Endereço: Rua Silva Jardim, 87, Centro, Caruaru, PE, Brasil 55004-210

Ano de Fundação: 1997

Nº. aprox. de pessoas da organização: Da equipe mesmo são mais ou menos 14 pessoas, entre os representantes do morro e de outras entidades. O primeiro projeto que surgiu foi o “Moradia”, com a construção de moradias. Então, na época conseguimos vários padrinhos para assumir o projeto, numa época em que houve muitas chuvas no morro, algumas casas foram destruídas e muitas pessoas ficaram sem ter onde morar. Por conta disso foi feito o projeto “Moradia”. As casas antes, que eram feitas de lata e tábuas, foram

reconstruídas com tijolos. Depois continuamos com outras ações junto à comunidade do morro.

Área de atuação geográfica: Nós estamos voltados totalmente para a situação do morro Bom Jesus, porque é um local onde se encontra um foco de drogas, há um número elevado de violência, principalmente contra as mulheres e crianças, além da pobreza e só conhece essa história quem trabalha quem acompanha de perto sabe o quanto é gritante a situação, mais até do que as outras comunidades da cidade. Às vezes muitos fugitivos usam o morro pra se esconder, às vezes vêm de outras cidades, de outros estados.

Objetivos ou missão: Resgatar a dignidade dos moradores do bairro do Morro do Bom Jesus.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Primeiro nós temos trabalhado no sentido de humanização, mesmo: de estar perto, de estar ouvindo a comunidade deforma sempre presente, semanalmente, onde é feita uma palestra educativa. Outro objetivo é o trabalho de educar as pessoas, de cuidar das coisas da comunidade, de preservar. Outro tema também é o de profissionalização das pessoas para que elas tenham uma vida mais digna. Então, no nosso trabalho de parceria com a nossa equipe nós fizemos alguns cursos de artesanato, bijuterias, culinária. Estamos agora com o curso de bordado e próximo semestre será o curso de pintura. Esse trabalho é feito com jovens mulheres. Fora isso, há um grupo de *hip hop*, com a grafiteagem, um DJ.

Público-alvo das ações da organização: Moradores do morro.

Principais parceiras: Nós já tivemos parceria com o Pólo Comercial, com alguns empresários, a Caruaruense, a Italiana, e tantos outros doadores, a Diocese, a prefeitura.

Principais fontes de recursos: São as doações. Até agora nós só trabalhamos com parceiros, colaboradores da sociedade.

Principais conquistas: Os nossos cursos, os PSF's, a construção e reconstrução de algumas casas. Agora também está havendo um trabalho de parceria na escola do morro com teatro, dança e pintura para as crianças e artes circense.

Uma voz da própria organização: “Eu acho que nosso principal desafio é a realização do projeto. Ter que concluir o que está no papel. As letras são fáceis de fazer, agora outra coisa é colocar no concreto.”

Rosa de Saron

Endereço: 2ª Travessa Mestre Vitalino, s/n Alto do Moura (por trás do Colégio Municipal), Caruaru, PE, Brasil -
Telefone: 3722-7428

Ano de Fundação: 2003

Nº. aprox. de pessoas da organização: Nós temos hoje dezenove meninas. Estamos construindo uma nova estrutura para sessenta e quatro.

Área de atuação geográfica: Caruaru, mas pode vir também de outras localidades inclusive de outros estados.

Objetivos ou missão: Então a razão maior é proporcionar aquela pessoa desestruturada uma vida de honra e acima de tudo fazer chegar a ela o conhecimento de Deus, independente de religião, pois se ela conhecer Deus ela irá se conhecer melhor e amar o seu próximo e a vida será bem diferente: querendo estudar, trabalhar, honrar os seus pais, o seu vizinho e as autoridades.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: As jovens carentes com uma vida desestruturada.

Público-alvo das ações da organização: Nós trabalhamos com adolescentes (meninas), a partir dos onze anos de idade a gente recebe. São pessoas menores infratores, que cometem delitos, com um agravante que a família não pode suportar, as autoridades ficam torcendo para que haja uma retirada de circulação de alguma forma. Geralmente a autoridade judicial é acionada e através do conselho tutelar, no caso de ser menor ela procura alguém que possa dar guarita, então vem para cá. E às vezes o juiz não quer mandar para uma FUNDAC, pois entende que lá não é o lugar adequado e que essa pessoa tem condições de ser reeducada e voltar para a sua família, e então manda aqui para a gente. Quando chega aqui Deus na verdade tem honrado os trabalhos. Nossa entidade atende só o sexo feminino.

Principais parceiras: Não temos.

Principais fontes de recursos: Só através de doações. Ninguém hoje aqui coopera de forma oficial. Porque é tão difícil quando se trata de cuidar de pessoas assim carentes, nem todo mundo é tocado, tem seu dom, se não tiver a vocação para servir não faz, faz um mês, dois ou três por emoção, mas depois fica de lado.

Principais conquistas: Cuidar das meninas e vê-las com suas vidas recuperadas.

Uma voz da própria organização: “Nós obtemos aqui um grande fruto, esse fruto muito embora venha sufocado pelo que a vida nos proporciona, mas nós tem os conseguido depois de lutas, fazer com que essa pessoa desacreditada, que não tem nenhum valor para sociedade e para família, fazer com que

ela volte à cidade de origem e depois dizer-nos que está bem, isso tem sido para nós altamente gratificante.”

Santuário das Comunidades

Endereço: (Escritório: Casa Pe. Pedro Aguiar) Rua Joaquim Tabosa, 69.
(Centro de Treinamento): Sítio Juriti, km 58, BR 104, Caruaru, PE, Brasil
Telefone/Fax: (Casa Pe. Pedro Aguiar): 3095.5720 e
(Centro de Treinamento): 37195880
E-mail: naopcar@supranet.com.br

Ano de Fundação: Maio de 1989.

Nº. aprox. de pessoas da organização: Em termos de sócios são mais ou menos 250.

Área de atuação geográfica: A área geográfica pega a área que pertence às três dioceses do Agreste, a área de Garaunhuns, Pesqueira e Caruaru, então é quase o agreste todo.

Objetivos ou missão: apoiar as CEBs e outras organizações populares do Agreste de Pernambuco; capacitar lideranças populares e agentes pastorais, nas áreas de: relações de gênero, formação de lideranças, políticas públicas, conjuntura eclesial, espiritualidade libertadora, saúde integral e segurança alimentar, implementar experiências para geração de renda na linha de agricultura orgânica familiar e de apicultura.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Bíblia – Igreja – Espiritualidade libertadora - Semi-Árido – Saúde – Formação de Lideranças – Gênero – Políticas Públicas / Conjuntura política – Orçamento participativo – Autoconhecimento – Apicultura – Horta Orgânica

Público-alvo das ações da organização: Pessoas de baixa renda: jovens e adultos, na maioria mulheres (agentes comunitários de saúde, conselheiros/usuários, agricultores/as, professoras, donas de casa, estudantes, etc)

Principais parceiras: Principalmente com o NAOP – Núcleo de Assessoria às Organizações Populares; GASPAPE – Grupo de Articulação da Saúde Popular do Agreste de PE; Pastorais Sociais; Sindicatos; CNMP – Centro Nordestino de medicina Popular. As parcerias não são parcerias em termos financeiras, mas no sentido de trabalhar juntos

Principais fontes de recursos: Além do que está escrito: Nós nos mantemos com a locação do espaço. Além disso contamos com a contribuição social dos/as sócios/as e com a venda de mel orgânico

Principais conquistas: A sede foi uma grande conquista. A gente tem dez hectares de terra, bastante grande. A questão da autonomia, a gente realmente conseguiu se automanter sem depender de nenhum político, de nenhum bispo, de igreja ou de padre. A auto sustentabilidade, esta foi a grande conquista que a gente alcançou.

Uma voz da própria organização: “A questão da formação e organização das próprias comunidades é nossa principal atividade e para o alcance desta é preciso quatro chaves: articulação, autonomia, organização e celebração que fazem parte da vida da gente.”

Rotary Club de Caruaru

Endereço: Avenida Venezuela, 47, Maria Gorete, Caruaru, PE, Brasil

Telefone/Fax: 37214466 / 37214904

E-mail: rotaryclubsul@redeveloz.com.br

Ano de Fundação: Foi fundado em 08 de junho de 1976, e admitido em RI (Rotary Internacional), em 30 de junho de 1977.

Nº. aprox. de pessoas da organização: São 34 associados. O qual é composto por presidente e conselho diretor que é escolhido pelo presidente. Eu sou o presidente. O vice-presidente é o Luís Clemente; 1º secretário é o Gilvan George; 2º secretário é o Valdemar; 1º tesoureiro é o José Augusto; 2º tesoureiro é o Dianor; 1º diretor de protocolo é o Manoel Bezerra; 2º diretor de protocolo Antônio de Melo Nogueira e tem também o diretor de patrimônio, que administra o patrimônio do clube, que é o Romero Coelho Bezerra.

Área de atuação geográfica: O Rotary Sul atua em toda região de Caruaru. Porque Caruaru tem quatro clubes, mas nenhum tem região de atuação específica. Todos eles podem atuar em qualquer parte da cidade. As principais cidades têm o seu Rotary.

Objetivos ou missão: O objetivo de Rotary é estimular e fomentar o ideal de servir com base em todo empreendimento digno promovendo e apoiando o desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de servir;
O reconhecimento do mérito de toda ocupação como útil e difusão das normas de ética profissional;
A melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na vida pública e privada;
Aproximação dos profissionais de todo o mundo visando à consolidação das boas relações da cooperação e da paz entre as nações.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós trabalhamos muito com filantropia. Também fazemos um trabalho na zona rural devido à contaminação muito grande que há na água dessa re-

gião, já que as pessoas não têm muito o cuidado de ferver a água. Então nós doamos filtros nessas comunidades.

Público-alvo das ações da organização: É o povo carente

Principais parceiras: Qualquer associação pode ser parceira do Rotary, contanto que seja uma associação sem fins lucrativos e seja de boa índole, por que no Rotary não pode haver coisas duvidosas. As nossas parcerias com outras instituições são temporárias de acordo com as necessidades.

Principais fontes de recursos: Os associados pagam uma mensalidade de “x reais” por mês, e daí se houver uma sobra - por que nós temos funcionários, uma sede, um jantar que realizamos nas nossas reuniões semanais, e tudo isso é despesa - então das nossas mensalidades, quando sobram, nós aplicamos em algo para a comunidade. Fazemos doações de livros. Tem uma doação que fizemos numa escola em Serra dos Cavalos doamos muitos livros, já que a escola não tinha nenhum. Mas nossas doações não são feitas em dinheiro.

Principais conquistas: A gente já teve várias conquistas. Contribuímos, por exemplo, para acabar com doenças. No ano passado nós fizemos uma campanha de parceria com a Faculdade de Odontologia de Caruaru sobre câncer bucal.

Uma voz da própria organização: “A principal estratégia de atuação do Rotary é o companheirismo, não vivemos sem ele. E o nosso lema consiste em: Dar de si antes de pensar em si.”

4. Organizações de gestão territorial

Associação dos Moradores do Boa Vista – AMBV

Endereço: Avenida Caruaru, n. 44, Caruaru, PE 55038-270
Telefone: 3722-7387 / 3724-2668

Ano de Fundação: 1993

Nº. aprox. de pessoas da organização: 1200 pessoas aproximadamente

Área de atuação geográfica: Os bairros Boa Vista 1 e 2

Objetivos ou missão: Os principais objetivos da associação é reivindicar e defender os interesses da comunidade.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: A gente tem a área de trabalho com o esporte principalmente, o forte da gente é o esporte. Tem a escolinha de varias modalidades e outros cursos em parceria com o SEBRAE. Outras formas de trabalho são na área de saúde, de educação, principalmente na saúde porque a gente está sempre dando palestras, temos convênios com mais de cinquenta médicos e fora o trabalho de conscientização que agente tem com a família esse é o forte nosso, é o trabalho de conscientização porque ou você faz um trabalho de conscientização com a família ou é perdido tudo o que você faz.

Público-alvo das ações da organização: Os moradores do Boa Vista 1 e 2.

Principais parceiras: Tem a parceria com a associação municipal e a associação estadual de todas as organizações de bairro e a confederação nacional de todas as associações de bairro. Temos parceria com o SESI.

Principais fontes de recursos: Parceria que agente faz e os sócios que pagam R\$2,00 reais e cerca da metade dos associados pagam regularmente. Fora os bingos, as festas, as parcerias que agente faz.

Principais conquistas: A principal conquista nossa é toda essa estrutura aqui, esse terreno que tem 1500 metros quadrados,

toda essa organização e a conquista d você envolver a cidade em torno do movimento comunitário. Essa associação é modelo para as outras. Além disso muitas coisas como educação, moradia, saneamento que agente tem um trabalho de conscientização pegando no pé dos órgãos competentes e outros bairros que você vai se expandindo, não fica só aqui.

Uma voz da própria organização: “O importante é dizer que seria bom que cada bairro tivesse a sua associação. Porque a associação é o órgão mais importante da sociedade. Mais importante do que outra: de que escola, de que igreja, de que clube, qualquer uma outra entidade a associação é mais importante. Porque as outras entidades elas são fechadas, cada igreja tem seu grupo, cada escola tem seu grupo, cada movimento tem o seu grupo. A associação não, ela é aberta pra todos, ela é para todos. Ela acolhe você que é de uma religião, outro que é de outra, você que é de um partido ou de outro, ou se é rico ou se é pobre e a associação tem por obrigação de acolher a todos sem distinção.”

Associação dos Moradores de Vassoural – AMV

Endereço: Rua do Vassoural, 355 - Vassoural, Caruaru, PE- Brasil
Tel.: 37214369

Ano de Fundação: 1998.

Nº. aprox. de pessoas da organização: A Associação trabalha em prol de todo o bairro, toda a comunidade, não tem um número aproximado.

Área de atuação geográfica: O Bairro Vassoural.

Objetivos ou missão: A gente trabalha em prol dos mais carentes. Beneficiar aquelas pessoas mais carentes.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Trabalhamos em tudo, saúde, educação, nós temos aqui uma escolinha infantil que funciona há três anos. Temos vários convênios médicos, com laboratórios, temos convenio com ultra-som, raios-X, farmácias.

Público-alvo das ações da organização: A população em geral do Bairro Vassoural.

Principais parceiras: Parceira mesmo não tem. Às vezes recebemos ajuda da prefeitura.

Principais fontes de recursos: A taxa de contribuição da Associação que o sócio paga. Também bingos, rifas. Estamos fazendo um trabalho manual de bolsas artesanais e tudo que é arrecadado com as vendas é revertido para a Associação.

Principais conquistas: Conseguirmos trazer o Doutor Walter pra atender aqui e isso é muito importante porque ele atende a muitas senhoras, gestantes. E também agora a nossa escolinha, falta até mais espaço.

Uma voz da própria organização: “Assim, não é tanto isolado por causa da UMANSC, porque agente vive em união com outros presidentes e aí há um intercambio de ideias, um tem uma ideia e passa para o outro. Então, não é tanto isolado porque tem a UMANSC, mas fora isso não tem nenhuma instituição que nos ajude e eu acho isso muito errado, deveria ter algum movimento ou coisa parecida para crescermos mais.”

Associação dos Moradores do Bairro do Salgado – AMBS

Endereço: Rua Vital Brasil, número 90, Salgado, Caruaru, PE, Brasil- 55016-190
Tel.: 3045 2558

Ano de Fundação: 1987

Nº. aprox. de pessoas da organização: Pela quantidade de fichas que já foram utilizadas concluímos 4500 pessoas associadas. Agora, contribuindo e participando de reuniões esse número é bem menor. Hoje, apenas 38 pessoas contribuem.

Área de atuação geográfica: O Bairro do Salgado.

Objetivos ou missão: Servir a comunidade; servir como elo da comunidade às autoridades, prestando serviço social, através de um plano de saúde, que tem 60 médicos conveniados e o associado utiliza essa associação da melhor maneira possível. Agora, um dos principais objetivos é fazer com que o carente do bairro melhore de vida. Através de cursos e empregos através de ajudas, de uma carta de alimentação.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: A gente tem projetos na área de educação, como eu acabei de falar, mas não temos condições de continuar, mas falta apoio. O projeto que eu mais queria colocar em prática é o da padaria popular, em que os associados mesmos poderiam trabalhar e o produto seria vendido a preço de custo, só para cobrir a matéria-prima e a mão-de-obra. Pra gente ter uma sala de aula, era necessário ter um voluntário para lecionar. Mas aqui só me aparece gente que queira se aproveitar à custa da associação.

Público-alvo das ações da organização: Os moradores do Bairro do Salgado.

Principais parceiras: Não temos parceria.

Principais fontes de recursos: A contribuição dos associados e também nós fazemos rifas, sorteios.

Principais conquistas: A gente comprar o terreno e construir a sede e ela chegar ao ponto em que está. Outras conquistas

como o curso que eu falei há algum tempo atrás, patrocinado pelo governo Miguel Arraes, o programa do leite, com Jarbas. As conquistas foram graças à diretoria e à comunidade.

Uma voz da própria organização: “A gente precisa de pessoas esclarecidas e que tenham boa vontade, sejam voluntários, porque o que aparece é aquela ajuda do tipo “eu lhe ajudo, mas você me paga”, e isso não dá pra Associação fazer. Eu tinha uma associada que colaborava com R\$ 0,25 por mês, a Dona Severina. Mas ela fazia questão de comparecer a reunião, na reunião ela era participativa, ela dava opinião, ela apontava os erros. A maioria das pessoas paga R\$ 1,00 por mês, e é só. Eu gostaria tanto de ter um colaborador de esportes dentro da Associação, que fizesse um time de futebol, um time de voleibol. Mas eu não tenho mais condição física, eu já tenho 61 e se doutora Norma não fizer, ninguém faz”.

Associação dos Moradores da Vila Kennedy - AMVK

Endereço: Rua 62, nº. 24, Vila Kennedy, Caruaru, PE, Brasil
Tel.: 9444-9144

Ano de Fundação: 17 de agosto de 1964.

Nº. aprox. de pessoas da organização: São doze pessoas na diretoria e aproximadamente mil sócios.

Área de atuação geográfica: Vila Kennedy, Bairro Kennedy, Bairro Sol Poente e o Loteamento Hosana.

Objetivos ou missão: Melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Movimentos Sociais, Culturais e etc.

Público-alvo das ações da organização: Os mais carentes.

Principais parceiras: Associações e sindicatos.

Principais fontes de recursos: Colaboração dos sócios.

Principais conquistas: Uma biblioteca com mais de trezentos livros; A Sede Social; Médicos nos Postos de Saúde das Famílias (PSF); Ônibus Coletivo para os moradores dos Bairros.

Uma voz da própria organização: “Acredito que quanto mais nós lutarmos e zelarmos pelo bem-estar das pessoas mais nós nos fortaleceremos e teremos mais conquistas.”

Associação Protetora do Meio Ambiente - ASPROMA

Endereço: Rua Maria Antonieta, 54 - Salgado, Caruaru, PE, Brasil
Tel.: 3719 3320 / 9141 6835
E-mail: asproma1@hotmail.com

Ano de Fundação: A ASPROMA foi inaugurada em 25 de novembro de 1998

Nº. aprox. de pessoas da organização: Na nossa diretoria são doze pessoas que são voluntários, temos vinte e três associados, um motorista, uma merendeira e dois agentes de núcleo.

Área de atuação geográfica: Caruaru.

Objetivos ou missão: A preservação do meio ambiente; a geração de emprego e renda: o resgate da dignidade das pessoas que trabalham conosco, de ter orgulho de trabalharem numa associação de reciclagem.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Além do trabalho com os catadores, nós temos o Projeto Aprender, com alimentação para crianças de quatro a seis anos juntamente com a FAFICA (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru). Nesse

projeto a FAFICA mantém uma estagiária do curso de pedagogia que trabalha com as crianças nesse espaço com educação ambiental, teatro, dança e várias outras atividades. E também o de Educação Ambiental.

Público-alvo das ações da organização: A sociedade em geral, tendo como principais beneficiados os catadores de material reciclável.

Principais parceiras: O comércio, alguns bancos, escolas, faculdades, o Pólo Comercial entre outros.

Principais fontes de recursos: A gente vende o material que é coletado, e 70% do que recebemos vai para os associados e 30% fica para a manutenção da associação.

Principais conquistas: A conquista desse segundo núcleo, que já tem três anos de existência, a geração de emprego e renda para os nossos associados e de estar conscientizando a população continuamente sobre o meio ambiente. Apesar do nosso trabalho não ser bem reconhecido aqui, nós temos um bom reconhecimento fora do nosso estado.

Uma voz da própria organização: “O mais importante para nós é o resgate da dignidade humana de nossos associados, pois muitos deles tinham vergonha de quem eram e de seu trabalho. Quando recebemos algum prêmio são eles que sobem ao palco e o recebem, pois o trabalho e o esforço são deles. Eles agora entendem que eles são os responsáveis pela ASPROMA existir e agir na comunidade. Qualquer um deles está apto a falar sobre tudo o que fazemos. Se vier alguma emissora de rádio ou televisão fazer uma entrevista, eles estão mais preparados que nós para falar sobre o nosso trabalho, porque eles passam o que vivenciam.”

Federação das Associações de Moradores de Caruaru - FAMC

Endereço: Rua Rui Barbosa, 76 - Centro, Caruaru, PE, Brasil
Tel.: 3722-2191 / 9444-9144

Ano de Fundação: 09 de julho de 1989

Nº. aprox. de pessoas da organização: São doze membros.

Área de atuação geográfica: Caruaru

Objetivos ou missão: Defender o bem comum das Associações de Moradores, Sindicatos, etc.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Direitos dos cidadãos.

Público-alvo das ações da organização: População em geral.

Principais parceiras: Associações de moradores e sindicatos.

Principais fontes de recursos: Colaboração das Associações.

Principais conquistas: Criação do Conselho do Meio Ambiente; Plano Diretor Municipal; Agenda 21 local.

Uma voz da própria organização: “Participar de qualquer movimento social é difícil, mas é preciso entender que se nós não nos unirmos pra buscar melhorias para toda a população a desigualdade social só tende a aumentar.”

5. Organizações de apoio aos setores econômicos

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

Endereço: Avenida Adjar da Silva Casé s/n, Indianópolis, Caruaru, PE, Brasil 55.024-740
Telefone/Fax: 37278500 / 37278501
E-mail: cpaiva@pe.sebrae.com.br

Ano de Fundação: 1975

Nº. aprox. de pessoas da organização: Indefinido

Área de atuação geográfica: Agreste e parte do Sertão

Objetivos ou missão: É a sustentabilidade e competitividade das empresas da região

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Sustentabilidade e Competitividade

Público-alvo das ações da organização: Principais empresas da região

Principais parceiras: SINDIVEST, SENAI, Prefeituras locais, FA-CEPE, SENAC, FIEPE, FECOMERCIO, SINDILOJ, ACIC, Governo do Estado.

Principais fontes de recursos: Contribuição dos associados

Principais conquistas: A Confiança do empresariado, a integração do SEBRAE no município de Caruaru, a imagem resgatada da feira da sulanca, onde antes era vista com maus olhos hoje vemos como um pólo de confecções. Fora isso as questões das parcerias.

Uma voz da própria organização: “Apoiar as empresas para o alcance da sua sustentabilidade e da sua competitividade, para gerar o desenvolvimento da região. Procuramos também sensibilizar todas as parcerias, pois sem elas nós não conseguimos fazer.”

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Endereço: Avenida Cleto Campelo, nº. 79 Centro, Caruaru, PE, Brasil 55012-330
Telefone/Fax: (81) 3721-5599 / 3721-1647
E-mail: cfpc@pe.senac.br

Ano de Fundação: 1982

Nº. aprox. de pessoas da organização: Cerca de 50 pessoas

Área de atuação geográfica: Atendemos por região, Caruaru e mais 18 municípios vizinhos: Agrestina, Altinho, Cupira, Belo Jardim, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Ibirajuba, Pesqueira, Sanharó, São Caetano, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama.

Objetivos ou missão: Educar para o trabalho e atividades de comércio de bens, serviços e turismo. Em 2010 ser referência nacional em educação profissional.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: São as áreas que são determinadas pela LDB e de acordo com a lei 16.2.2, houve alguns empurrões, mas aqui no SENAC trabalhamos com a área que demanda a região: artes, comunicação, design, comércio, gestão, turismo e hospitalidade, imagem pessoal, saúde, meio ambiente, conservação/zeladoria, informática, idiomas. Trabalhamos também com algumas programações que não estão contidas em nenhuma área, colocadas como

'sem área', colocamos como 'sem área' porque elas permeiam todas as áreas. Por isso, no SENAC trabalhamos com algumas naturezas de curso e também temos os níveis de curso, conforme a LDB. Temos o nível de capacitação, o nível de curso técnico e o curso de nível tecnológico. Temos também o curso de aperfeiçoamento, no qual quem já está no mercado de trabalho, que já tenha tido uma formação do nível de capacitação e, posteriormente, está sempre procurando aprender. Já os cursos de capacitação, técnico e tecnológico possuem itinerário formativos e, como eles são modulados, geralmente, o primeiro módulo é integrador, o segundo é específico daquela área, e o terceiro traz a prática.

Público-alvo das ações da organização: Os funcionários do comércio e de serviços. As pessoas que estão à procura de capacitação para entrar no mercado de trabalho. Também as pessoas que já estão no mercado de trabalho e buscam se aperfeiçoar.

Principais parceiras: SEBRAE, Pró-Comércio, CR de Turismo (centro de resultados de turismo), CR de Confecções, Prónúcleo, Prefeitura Municipal de Caruaru, ASCES.

Principais fontes de recursos: Além dos projetos do próprio SENAC, através da unidade central do SENAC, no Rio de Janeiro, temos uma receita compulsória advinda do comércio e de serviços. Porém, agora com o super simples ficou ainda mais difícil obter a receita compulsória. Devido a este fato, é que nós temos a nossa própria receita, através da cobrança de um preço acessível pelo curso, que também é regulador de mercado. Muitas vezes, essa receita não dá pra cobrir os custos do curso. Assim, o departamento nacional faz um rateio com os demais departamentos regionais e colaboram com a nossa receita. No entanto, a receita principal é a compulsória, advinda do comércio.

Principais conquistas: A principal conquista é o grande número de funcionários que estão inseridos no mercado de trabalho, através do SENAC.

Uma voz da própria organização: “Quando estamos na educação convencional, ficamos felizes com algumas aulas e a aprovação. A inserção no mercado de trabalho é demorada. Já na formação profissional, quase que na sua plenitude, temos a realização de vermos o aluno, ao sair, estar apto para ingressar no mercado de trabalho ou capacitado para montar seu próprio negócio.”

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Endereço: Rua João Gomes Pontes, 166 - Vila Kennedy
Caruaru, PE, Brasil
Telefone/Fax: 37212675
Site: www.pe.senai.br e E-mail: apoiojvc@pe.senai.br

Ano de Fundação: 1970 (Caruaru)

Nº. aprox. de pessoas da organização: 37 funcionários

Área de atuação geográfica: Caruaru e região

Objetivos gerais ou missão da organização: Contribuir para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do país, promovendo educação para o trabalho e a cidadania, a assistência técnica e tecnológica, a produção e disseminação de informação e a adequação, geração e difusão de tecnologia.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: –

Público-alvo das ações da organização: Adolescentes e jovens que recebem cursos gratuitos. E também adultos para quem oferecemos cursos particulares.

Principais parceiras: Enquanto organizações parceiras nós temos o SEBRAE através de consultorias e até minimamente em alguns treinamentos. Temos a própria FIESP como parceira, a ACIC, a Câmara da Moda, que é um elo da ACIC, entre vários outros atores que se incorporam a nós. A própria FA-FICA já foi nossa parceira e agora nós temos a possibilidade de firmar um contrato, uma parceria com a UFPE – CAA.

Principais fontes de recursos: O SENAI é financiado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). São as empresas que recolhem 1% da sua folha de pagamento para que a gente reverta isso em educação profissional gratuita para esses menores que nós atendemos. O diferencial disso. O que resta, o que sobra, são aqueles treinamentos que nós temos que desenvolver para adultos que não passam por um processo seletivo e nós temos que cobrar a diferença para fechar o ativo com o passivo.

Principais conquistas: Hoje eu tenho uma equipe totalmente nova e que foi igual a vocês, estudantes, e que tiveram uma maturação. Prepararam-se, fizeram faculdade, outros estão concluindo, ou seja, tenho uma equipe que tem competência técnica, massa crítica e formação superior ou em processo e que entrou aqui como aluno e hoje são nossos grandes representantes, multiplicadores de educação profissional. Outra conquista é a infra-estrutura, nós, há 6 anos atrás, não tínhamos esse universo que temos hoje, que é referência nacional. Recebemos missões empresariais diariamente. Semana passada, recebemos missões do Mato Grosso do Sul, de Maceió e do Ceará, e eles vêm aqui pra ver a nossa tecnologia, nossa competência e nossos resultados. Só no ano passado nós par-

ticipamos da Olimpíada do Conhecimento, que é em nível nacional e nós tivemos aqui duas medalhas de ouro.

Uma voz da própria organização: “Nós temos educação profissional, um núcleo de design, que é para desenvolver coleções e aí há duas consultorias: uma em desenvolvimento de coleções e a outra em produção. E também fazemos serviços de modelagem e reprodução de cópias através dos softwares que temos aqui. Então tudo isso têm nos dado garantias de reconhecimento por parte dos empresários, de acordo com os resultados obtidos”.

Serviço Social da Indústria – SESI

Endereço: Rua São Vicente Ferrer, s/n, Boa Vista II, Caruaru, PE, Brasil

Telefone/Fax: 3722 – 9998 / 3722 - 9520

Site: www.pe.sesi.org.br

E-mail: caruaru@pe.sesi.org.br

Ano de Fundação: 1946

Nº. aprox. de pessoas da organização: 68 funcionários

Área de atuação geográfica: Nós abrangemos uma área de 60 municípios

Objetivos ou missão: O objetivo geral do SESI é contribuir para a indústria, é uma contribuição nossa para a indústria.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: Nós temos as quatro áreas. A área de educação, saúde, lazer e responsabilidade social. São os nossos quatro produtos.

Público-alvo das ações da organização: Nosso foco principal, nosso cliente, é a indústria. Mas nós atendemos também o

que chamamos de comunidade: seria o comércio e outros setores que nem é comércio e nem é indústria.

Principais parceiras: Nós trabalhamos, além das indústrias, também com as prefeituras. Na área de educação, por exemplo, nós temos com a prefeitura de Santa Cruz, a parte de EJA. Também temos parceria com o SESC, quando eles querem fazer alguma coisa, o SEBRAE, o SENAI, qualquer instituição que queira ser parceira do SESI, nós fazemos.

Principais fontes de recursos: O SESI é totalmente mantido pela contribuição das empresas. 1,5 % em cima da folha de pagamento das indústrias. Apesar de depois de instituído esse imposto simples, as empresas deixaram de contribuir para o SESI. O imposto simples é um tipo de imposto único e a empresa que tem uma arrecadação até X não paga o SESI. É como se o Governo reduzisse os impostos para que as empresas pudessem se manter no mercado. Para eles foi ótimo, para nós não. Porque nós não vivemos em cima da arrecadação deles, em cima da folha de pagamento. Então, quanto mais empresas têm e mais têm funcionários registrados, mais a contribuição vem para a gente. Não temos nenhuma contribuição extra, mas somos auditados.

Principais conquistas: Acho que uma conquista muito grande do SESI é continuar prestando bons serviços, pois primamos justamente pela qualidade de nossos serviços.

Uma voz da própria organização: “Acho que o empresariado deveria ver a importância que o SESI tem para a indústria. Eles deveriam participar mais, cobrar mais do SESI. Muitas vezes eles só procuram o SESI quando são auditados pela fiscalização. Era bom que eles vissem o SESI realmente como um parceiro que está sempre em busca de prestar um bom serviço.”

Serviço Social do Comércio - SESC

Endereço: Avenida Lourival José da Silva, s/n - Petrópolis, Caruaru, PE, Brasil 55030-200
Telefone/Fax: 37213967

Ano de Fundação: Em Caruaru eu tenho dúvidas, mas em Pernambuco tem 60 anos de atuação.

Nº. aprox. de pessoas da organização: A organização SESC é um complexo, eu falo de SESC Pernambuco porque existe SESC em nível nacional. Eu posso dar a informação de Caruaru, nós temos 77 funcionários incluindo os estagiários.

Área de atuação geográfica: A organização SESC é um complexo, eu falo de SESC Pernambuco porque existe SESC em nível nacional. Eu posso dar a informação de Caruaru, nós temos 77 funcionários incluindo os estagiários, todos nós estamos intrinsecamente ligados a ao SESC regional 1.

Objetivos ou missão: O SESC tem como missão realizar o bem estar social ao trabalhador do comércio, de bens e serviços, de seus dependentes e de um modo geral a comunidade pernambucana através da educação, da cultura, do lazer, do esporte, da saúde e da assistência contribuindo para o desenvolvimento da cidadania e o desenvolvimento da autoestima e tem como missão ser reconhecida como a melhor entidade de educação para o bem estar social no estado de Pernambuco. Para isso tem como responsabilidade com o social e a cidadania de sua clientela, ação educativa permeando todas as atividades; melhoria contínua em produtos, serviços, ações e procedimentos; qualidade, pertinência e visibilidade de seus produtos e serviços; Ética agilidade e transparência e comprometimento em procedimentos e ações realizadas. Assim, tem como objetivo, o que eu estou colocando como finalidades estudar, planejar e executar medidas que contribua

para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida do trabalhador do comércio e de bens de serviço e de sua família e para o aperfeiçoamento da coletividade através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, Exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária participação numa sociedade democrática.

Temas, áreas de trabalho ou atuação: O SESC desenvolve cinco programas de atuação: educação, saúde, lazer, assistência e cultura. Esses cinco programas estão subdivididos em atividades.

Público-alvo das ações da organização: Os comerciários e seus dependentes, mas também atendemos os usuários de uma forma geral.

Principais parceiras: Vai de órgãos públicos a empresas particulares. Existe uma federação que é a FECOMERCIO (Federação do Comércio) que esta muito ligada ao SESC. E com isso eu quero dizer que essas empresas todas ligadas ao comércio mantêm uma parceria.

Principais fontes de recursos: Existe uma contribuição compulsória dos empresários do comércio e essa não atinge todas as empresas do comércio, por exemplo, aquelas que optarem pelo Simples elas não contribuem. Com isso, desde a criação do Simples houve uma considerável diminuição de receitas, em que nós precisamos cobrar preços diferenciados. Mesmo assim essas taxas que nós cobramos não pagam o custo SESC. O SESC assim oferece todos esses serviços com a preocupação de tê-los como fonte de recurso.

Principais conquistas: A grande conquista do SESC é poder nesses 60 anos ter oferecido a oportunidade de melhoria da qualidade de vida. Em Caruaru, por exemplo, tem uma quantidade de atendimento que é um presente, o nível de atendi-

Catálogo

mento de Caruaru dentro dessa linha de oferta de serviços nas mais variadas áreas.

Uma voz da própria organização: “O SESC é uma instituição de responsabilidade social na prática. Ele age e faz um trabalho dentro da responsabilidade social e da semente dessa educação.”

Coordenação Geral
Prof. Wellington Pinheiro dos Santos, DSc

Design Gráfico
Bureau de Design da PROEXT
Maria Helena Araújo
Erivaldo Sousa
Solange Coutinho

Capa
Marcel Scherz

Formato
A5

Tipografia
Palatino

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, Pernambuco
CEP: 50.740-530
Fax: (81) 2126 8395
Fones: (81) 2126 8397 / 2126 8930
www.ufpe.br/edufpe
edufpe@ufpe.br

Série Extensão

A Universidade Federal de Pernambuco tem a satisfação de apresentar à comunidade universitária e à sociedade como um todo a Série Extensão, que tem como objetivo a difusão do conhecimento produzido no âmbito da UFPE em caráter extensionista.

A Série Extensão é fruto dos Editais de Publicação da Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT, abertos à comunidade da UFPE e organizados de acordo com os Programas Institucionais “UFPE Et Movimentos Sociais”, “UFPE Et Políticas Públicas”, “UFPE Et Políticas Culturais”, “Educação Inclusiva e Formação Permanente” e “Integração UFPE Empresa”. As publicações são escolhidas de acordo com avaliação de mérito com uma comissão de pareceristas, sendo o resultado referendado pela Câmara de Extensão.

A partir do nosso compromisso com o papel da Extensão Universitária para a transformação social, com redução das desigualdades sociais e construção de uma cultura de democracia e de paz, é nossa intenção que esses saberes sejam largamente compartilhados com a universidade e a sociedade, e que essas publicações possam chegar às mãos de estudantes, docentes e técnicos da UFPE e ao público mais amplo da sociedade em geral, cumprindo assim a nossa missão, na perspectiva da Consolidação e Inovação.

Edilson Fernandes de Souza
Pró-Reitor de Extensão da UFPE



PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



ISBN 978-85-415-0237-5



9 788541 502375